



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

CEFET/RJ

Rio de Janeiro
2017

EXPEDIENTE FUNCIONAL

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

Mendonça Filho

Secretária da Educação Profissional e Tecnológica (Setec)

Eline Neves Braga Nascimento

Diretor Geral

Carlos Henrique Figueiredo Alves

Vice-diretor

Maurício Saldanha Motta

Diretora de Ensino

Gisele Maria Ribeiro Viana

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Manuel Calas Lopes Pecheco

Diretora de Extensão

Maria Alice Caggiano de Lima

Diretora de Administração e Planejamento

Inessa Laura Salomão

Diretora de Gestão Estratégica

Úrsula Gomes Rosa Maruyama

Diretor do *campus* Angra dos Reis

Tiago Siman Machado

Diretor do *campus* Itaguaí

Luiz Diniz Corrêa

Diretor do *campus* Maria da Graça

Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues

Diretora do *campus* Nova Friburgo

Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretora do *campus* Nova Iguaçu

Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Diretor do *campus* Petrópolis

Frederico Ferreira de Oliveira

Diretor do *campus* Valença

Fabiano Alves de Oliveira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA

Relatório de Gestão do Exercício de 2016

Relatório de Gestão do Exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal. O Relatório foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017, Portaria CGU nº 522/2015 e instruções constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-contas). Este instrumento de prestação de contas abrange as atividades e dispêndios oriundos das seguintes unidades administrativas: Sede Maracanã, *Campus Angra*, *Campus Itaguaí*, *Campus Maria da Graça*, *Campus Nova Friburgo*, *Campus Nova Iguaçu*, *Campus Petrópolis* e *Campus Valença*.

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do CEFET/RJ – CERG
Principal unidade responsável pela compilação e elaboração do Relatório de Gestão:
Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

Rio de Janeiro
2017

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do Cefet/RJ – CERG

Equipe da Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES

Diretora (organizadora)

Úrsula Gomes Rosa Maruyama

Equipe Técnica DIGES (coleta dos dados e organização)

Alexandre Barbosa Marques (Departamento de Desenvolvimento Institucional)

Elielson Lima Ribeiro (Departamento de Tecnologia de Informação)

Kátia Aparecida da Rocha (Divisão de Gestão Estratégica)

Marcia Rodrigues Alves

Marina Pinho

Equipe Técnica – outras diretorias (disponibilização das informações)

Unidade de Auditoria Interna - UAUDI

Luciana Sales Marques (auditora-chefe)

Direção Geral

Ângela Lopes Norte (Assessora de Convênios e Relações Internacionais)

Mário dos Santos Soares (Prefeitura)

Diretoria de Administração e Planejamento - DIRAP

Aline Rocha Cordeiro de Oliveira (Divisão de Capacitação e Desenvolvimento)

Antônia Ferreira Elvas (Divisão de Movimentação e Lotação)

Célia Machado Guimarães e Souza (Assessora de Gestão, Operações, Orçamento e Convênios)

Carlos Augusto Freitas Maciel (Departamento de Assuntos Disciplinares)

Maria Luisa de Luca Mattos (Departamento de Contabilidade e Finanças)

Rosana Pinto Galiza (Departamento de Administração)

Sérgio Kazuyoshi Saruwataru (Departamento de Gestão Orçamentária)

Diretoria de Ensino

Gisele Maria Ribeiro Viana (Diretora de Ensino)

Manuel Joaquim Lourenço (Departamento de Desenvolvimento Educacional)

Diretoria de Pesquisa

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco (Diretor de Pesquisa e Pós Graduação)

Diretoria de Extensão

Maria Alice Caggiano de Lima (Diretora de Extensão)

LISTA DE SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública
ASCRI – Assessoria de Convênios e Relações Internacionais
AWISA - *Association of Washington International Student Affairs*
BCCIE – *British Columbia Council for International Education*
BIBCE – Biblioteca Central
BPMN – *Business Process Model and Notation*
CAE – Coordenação de Assistência Estudantil
CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCCSS – Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária
CCONC – Coordenadoria de Concursos
CCSF – *City College of San Francisco*
CD – Cargo de Direção
CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CENTRESAF/RJ – Centro Regional de Treinamento da Escola de Governo de Administração Fazendária no Rio de Janeiro
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CERG – Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão
CETI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CGRIFES - Conselho de Gestores de Relações Internacionais das IFES
CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CIEEMAT – Congresso Ibero-americano de Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia
CMRI – Comissão mista de Reavaliação de Informações
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR – Conselho Diretor
COGRA – Coordenadoria dos Curso de Graduação
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONDEP – Conselho Departamental
CONDMET – Conselho do Departamento de Ensino Médio Técnico
CONEN – Conselho de Ensino
CONEX – Conselho de Extensão
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONPUS – Conselho do *Campus*
COOTRABOM – Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso Ltda.
COPEP – Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
COPET – Coordenadoria de Pesquisa e Estudo Tecnológico
CORECON – Conselho Regional de Economia
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRA-RJ – Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro



CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

DAAD

DDR – Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

DEAC – Departamento de Assuntos Comunitários

DEADI – Departamento de Assuntos Disciplinares

DECOF – Departamento de Contabilidade e Finanças

DEDED – Departamento de Desenvolvimento Educacional

DEDIN – Departamento de Desenvolvimento Institucional

DEMET – Departamento de Ensino Médio e Técnico

DEPEQ – Departamento de Pesquisa

DEPES – Departamento de Educação Superior

DERAC – Departamento de Registro Acadêmico

DETRAN – Departamento de Trânsito

DICAP – Divisão de Capacitação e Desenvolvimento

DICOM – Divisão de Comunicação Social

DIEMP – Divisão de Integração Empresarial

DIGES – Diretoria de Gestão Estratégica

DIMED – Divisão de Mídias Educacionais

DIPED – Divisão de Projetos Educacionais

DIPPG – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

DIRAP – Diretoria de Administração e Planejamento

DIREG – Direção Geral

DIREN – Diretoria de Ensino

DIREX – Diretoria de Extensão

DN – Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

DPROV – Divisão de Programação Visual

DRH – Departamento de Recursos Humanos

DTINF – Departamento de Tecnologia da Informação

EAD – Ensino a Distância

EAIE – *European Association for International Education*

EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EGTI – Estratégia Geral de Tecnologia da Informação

eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

e-Ouv – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

EP – Estágio probatório

ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

ESL – *English as a Second Language*

ETN - Escola Técnica Nacional

EUA – Estados Unidos da América

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAUBAI - *Brazilian Association for International Education*

FECTI – Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

FG – Função Gratificada

FIC/RJ – Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro



FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pro-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira
GABIN – Gabinete da Direção-Geral
GEARE – Gerência de Acompanhamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia Civil
GECOF – Gerência Contábil e Financeira
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas
IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPB – Instituto Politécnico de Bragança
IPC – Instituto Politécnico de Coimbra
IPP – Instituto Politécnico do Porto
IPPortoAlegre – Instituto Politécnico de Porto Alegre
IPSantarém – Instituto Politécnico de Santarém
IPT – Instituto Politécnico de Tomar
IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis
ITIL – *Information Technology Infrastructure Library*
IUNC - *International Universities Networking Conference*
JA – Juízo de Admissibilidade
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEANI – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LNC – Levantamento das Necessidades de Capacitação
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
MUAS - *Munich University of Applied Sciences*
NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
OFSS – Orçamento da Seguridade Social
PAAV – Plano Anual para Aquisição de Veículos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAC/TAE – Plano Anual de Capacitação de Servidores Técnico-Administrativos em Educação
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAE – Plano de Apoio Estudantil
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEA – Planejamento Estratégico Anual

PETI – Plano Estratégico de TI
PIB – Produto Interno Bruto
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas Iniciação Científica
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNE – Plano Nacional de Educação
PNE – Portador de Necessidades Especiais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA – Plano Orçamentário Anual
POSIC- Política de Segurança da Informação e Comunicação
PP – Plano de Previdências
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPCIC – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação
PPEEL – Pós-Graduação em Engenharia Elétrica
PPEMM – Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais
PPFEN – Programa de Pós-Graduação em Filosofia em Ensino
PPPRO – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistema
PPRER – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais
QP – Quadro Permanente
QUANTA - *International Competition for Science, Mathematics, Mental Ability and Electronics*
RA – Relatório de Auditoria
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
REARI-RJ - Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro
REDETEC- Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro
RFEPT - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
RI – Regimento Interno
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP – Restos a Pagar
SAD – Sistema de Avaliação de Desempenho
SECEX – Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro
SeCI – Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses
SEDSA – Seção de Desenvolvimento de Sistemas de Apoio
SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal
SEGUR – Seção de Segurança da Informação
SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SETEC / MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIE – Sistema de Informações para o Ensino
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SMU – *Saint Martin's University*



SOF / MPOG – Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SOPHIA – Sistema de Gestão de Bibliotecas
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO / MEC – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SPU/MPOG – Secretaria de Patrimônio da União do Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAE's – Técnico-administrativos em educação
TCU - Tribunal de Contas da União
TD&E – Treinamento, Desenvolvimento e Educação
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UASG – Unidade Administrativa de Serviços Gerais
UAUDI – Unidade de Auditoria Interna
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFSM – Universidade de Santa Maria
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicional
UNED – Unidade descentralizada
UNT – *University of North Texas*
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
UTC – *Université de Technologie de Copiégne*
UTE – *Universidad Tecnológica Equinoccial de Ecuador*
UTRECHT Network - *network of European universities*

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas – DIPPG
Tabela 2: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* – DIPPG
Tabela 3: Recomendações da CGU – Sistema Monitor – Status Atendida
Tabela 4: Recomendações CGU – Sistema Monitor – Status Monitorando
Tabela 5 - Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Sede (Maracanã)
Tabela 6: Alunos matriculados na graduação Tecnologia *Campus* Sede (Maracanã)
Tabela 7 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Nova Iguaçu
Tabela 8 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Nova Friburgo
Tabela 9 Alunos matriculados na graduação Tecnologia *Campus* Nova Friburgo
Tabela 10 Alunos matriculados na graduação Licenciatura *Campus* Nova Friburgo
Tabela 11: Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Petrópolis
Tabela 12 Alunos matriculado na graduação Tecnologia *Campus* Petrópolis
Tabela 13 Alunos matriculados na graduação Licenciatura *Campus* Petrópolis
Tabela 14 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Itaguaí
Tabela 15 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Angra dos Reis
Tabela 16: Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Valença
Tabela 17 Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os *campi*
Tabela 1 Alunos matriculados no ensino médio por *campus*
Tabela 2 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente *Campus* Sede (Maracanã)
Tabela 20 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente *Campus* Itaguaí
Tabela 21: Alunos matriculados no ensino técnico a distância *Campus* Sede (Maracanã)
Tabela 3: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante *Campus* Sede (Maracanã)
Tabela 23 Alunos matriculados no ensino técnico integrado Unidade Sede (Maracanã)
Tabela 4 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante (anual)- *Campus* Nova Iguaçu
Tabela 5 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Nova Iguaçu
Tabela 6 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Maria da Graça
Tabela 7 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Maria da Graça
Tabela 8 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Petrópolis
Tabela 9 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Petrópolis
Tabela 30 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Nova Friburgo
Tabela 31 Alunos matriculados no ensino técnico integrado – *Campus* Nova Friburgo
Tabela 32 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Itaguaí
Tabela 10 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Itaguaí
Tabela 11 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Angra dos Reis
Tabela 12 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - *Campus* Valença
Tabela 13 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Valença
Tabela 37: Sumário dos alunos matriculados no ensino técnico de todos os *campi*
Tabela 38: Número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* – DIPPG
Tabela 39: Número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* – DIPPG
Tabela 40: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual
- Quadro 2 – Resumo dos regulamentos que regem o funcionamento do órgão
- Quadro 3 – Objetivos Estratégicos apresentado no PDI 2015-2019
- Quadro 4 – Resumo do ambiente de atuação Cefet/RJ Sistema *Multicampi*
- Quadro 5 – Áreas estratégicas do Cefet/RJ
- Quadro 6 – Áreas estratégicas do Cefet/RJ: representações nos *campi*
- Quadro 7 – Resumo dos Macroprocessos finalísticos do Cefet/RJ
- Quadro 8 – Resumo das Metas PNE 2014-2024 associadas ao Cefet/RJ
- Quadro 9 – Relação dos principais instrumentos de monitoramento
- Quadro 10 – Ação/Subtítulos – OFSS
- Quadro 11 - Ação/Subtítulos – OFSS
- Quadro 12 - Ação/Subtítulos – OFSS
- Quadro 13 – Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica
- Quadro 14 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.
- Quadro 15 – Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica.
- Quadro 16 – Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.
- Quadro 17 – Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade.
- Quadro 18 – Pessoal ativo da União.
- Quadro 19 – Aposentadorias e pensões – servidores civis.
- Quadro 20 – Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.
- Quadro 21 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.
- Quadro 22 – Auxílio transporte aos servidores civis, empregados e militares.
- Quadro 23 – Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.
- Quadro 24 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.
- Quadro 25 - Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a pagar – OFSS
- Quadro 26 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 27 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios
- Quadro 28 – Despesas por modalidade de contratação
- Quadro 29 – Despesas por grupo e elemento de despesa
- Quadro 30 – Concessão de suprimento de fundos
- Quadro 31 – Utilização de suprimento de fundos
- Quadro 32 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência
- Quadro 33 – Relação de Instituições de Ensino Superior em convênios com Cefet/RJ
- Quadro 34 – Acordos assinados em rede
- Quadro 35 – Relação de estudantes do Cefet/RJ em programas de intercâmbio no exterior em 2016
- Quadro 36 – Relação de alunos recebidos em intercâmbio no Cefet/RJ
- Quadro 37 – Público participante das atividades extensionistas em 2016
- Quadro 38 – Variação das atividades de estágio 2015/2016
- Quadro 39 – Principais atividades da Diretoria de Extensão
- Quadro 40 – Gestão de Convênios ativos de Extensão
- Quadro 41 – Gestão de convênios com incubadoras
- Quadro 42 – Resultados dos indicadores – Acórdão TCU nº 2.267/2005
- Quadro 43 – Composição da UAUDI
- Quadro 44 – Atividades de correição e de ilícitos administrativos
- Quadro 45 – Força de Trabalho do Cefet/RJ
- Quadro 46 – Distribuição da Lotação Efetiva

- Quadro 47 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (Situação em 31/12/2016)
- Quadro 48 – Educação formal dos técnico-administrativos por nível de classificação
- Quadro 49 – Temáticas de Capacitação (PAC, DICAP)
- Quadro 50 – Plano Anual de Capacitação
- Quadro 51 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- Quadro 52 – Situação das avaliações de desempenho dos servidores TAEs
- Quadro 53 – Concessões de Abono de Permanência em 2016
- Quadro 54 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade
- Quadro 55 – Composição da frota de veículos
- Quadro 56 – Frota de automóveis a serem doados
- Quadro 57 – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade do Cefet/RJ, exceto imóvel funcional
- Quadro 58 – Obras e serviços de engenharia relacionados com a atividade-fim
- Quadro 59 – Áreas construídas no Cefet/RJ
- Quadro 60 – Descritivo de áreas do Cefet/RJ
- Quadro 61 – Força de trabalho de TI no Cefet/RJ
- Quadro 62 – Quantidades mensais de resíduos sólidos recicláveis arrecadados
- Quadro 63 – Dimensões avaliadas e subcomissões de trabalho da CPA (Portaria nº 1342 de 2016)
- Quadro 64 – Processo TC -026.265/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Quantitativo de servidores aposentados durante o exercício 2016
- Gráfico 2 – Concessão de abono de permanência em 2016
- Gráfico 3 – Quantidades arrecadadas de recicláveis de set/2015 a set/2016 em quilogramas
- Gráfico 4 – Perfil dos solicitantes SIC Cefet/RJ 2016
- Gráfico 5 – Gênero dos solicitantes SIC Cefet/RJ 2016
- Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos solicitantes SIC Cefet/RJ 2016
- Gráfico 7 – TOP 10 - SIC Cefet/RJ 2016 - Assuntos
- Gráfico 8 – Participação na Auto-Avaliação Institucional 2016
- Gráfico 9 – Como você avalia o seu conhecimento do PDI (Cefet/RJ)
- Gráfico 10 – Você conhece a missão do Cefet/RJ
- Gráfico 11 – Como enxerga os recursos multimídia, software e hardware na área institucional ?
- Gráfico 12 – Política institucional de incentivo à Pesquisa
- Gráfico 13 – A instituição respeita as diferenças. Sejam religiosas, de sexo ou étnicas. Isso se dá de maneira ...
- Gráfico 14 – Quanto às ações de inclusão das pessoas com deficiências.
- Gráfico 15 – Coleta de materiais recicláveis.
- Gráfico 16 – Divulgação das ações implementadas na coleta seletiva solidária.
- Gráfico 17 – Efetividade da comunicação e circulação das informações institucionais no Cefet/RJ.
- Gráfico 18 – Política de capacitação institucional.
- Gráfico 19 – Política institucional de incentivo à pesquisa.
- Gráfico 20 – Ações institucionais voltadas à participação dos servidores.
- Gráfico 21 – Planejamento institucional atende às necessidades da comunidade de forma ...
- Gráfico 22 – Os ambientes institucionais, em relação à limpeza podem ser considerados ...
- Gráfico 23 – Adaptação e adequação das instalações para pessoas com deficiência.
- Gráfico 24 – Os recursos de informática disponibilizados, podem ser avaliados ...
- Gráfico 25 – Ambientes da Biblioteca para estudo individual e estudo em grupo.
- Gráfico 26 - Gestão dos recursos orçamentários da instituição.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa Estratégico do Cefet/RJ
- Figura 2 – Principais marcos regulatórios na história do Cefet/RJ
- Figura 3 – Mapa de localização do CEFET/RJ *Multicampi*
- Figura 4 – Organograma Cefet/RJ
- Figura 5 – Organograma Cefet/RJ – Diretorias do Sistema *Multicampi*
- Figura 6 – Estrutura da cadeia de valor Cefet/RJ como macroprocessos
- Figura 7 – Estrutura da Governança no Cefet/RJ
- Figura 8 – Logotipo da Comissão de Coleta Seletiva Solidária
- Figura 9 – Coleta seletiva nos *campi*
- Figura 10 – Divulgação pela coleta seletiva e multirão de eletrônicos
- Figura 11 - Atuação dos terceirizados da limpeza em encontro sobre coleta solidária
- Figura 12 – Printscreen da plataforma de acesso eletrônico à Ouvidoria do Cefet/RJ
- Figura 13 – Carta de Serviços ao Cidadão do Cefet/RJ
- Figura 14 – Fluxograma do currículo novo do curso de Licenciatura em Física e disciplina de Libras
- Figura 15 – Ofício resposta referente a Recomendação 04/2016
- Figura A1 – Organograma DIRAP
- Figura A2 – Organograma DIREN
- Figura A3 – Organograma DIPPG
- Figura A4 – Organograma DIREX
- Figura A5 – Organograma DIGES

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	01
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	03
2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	05
2.2. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE	07
2.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	10
2.4. ORGANOGRAMA	12
2.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	14
2.5.1. Macroprocesso de Ensino	15
2.5.2. Macroprocesso de Pesquisa e Pós-Graduação	16
2.5.3. Macroprocesso de Extensão	17
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL, DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	18
3.1. PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	18
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	18
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	18
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	19
3.1.3.1. <i>Plano Plurianual (PPA 2016-2019) Programa 2080 – Educação de qualidade para todos</i>	19
3.1.3.2. <i>Plano Plurianual (PPA 2016-2019) Programa 2038– Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</i>	19
3.1.3.3. <i>Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)</i>	19
3.1.3.4. <i>Plano Estratégico CNPq 2025 - Processos</i>	20
3.2. ... FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	21
3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	22
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	22
3.3.1.1. <i>Ações / Subtítulos - OFSS</i>	22
3.3.1.2. <i>Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS</i>	36
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	37
3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	37
3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	37
3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	38
3.3.6. Informações sobre a execução das despesas	39
3.3.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	40
3.3.7.1. <i>Concessão de Suprimento de Fundos</i>	40
3.3.7.2. <i>Utilização de Suprimento de Fundos</i>	41
3.3.7.3. <i>Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos</i>	41
3.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	41
3.4.1. Direção Geral – Assessoria de Convênios e Relações Internacionais	41
3.4.1.1. <i>Convênios Internacionais</i>	41
3.4.1.2. <i>Participações em eventos representando o Cefet/RJ</i>	43
3.4.1.3. <i>Estudantes Cefet/RJ em programas de intercâmbio no exterior em 2016</i>	43
3.4.1.4. <i>Recebimento de estudantes de intercâmbio no Cefet/RJ</i>	45
3.4.1.5. <i>Atuação da ASCRI na organização de eventos voltadas à internacionalização</i>	45
3.4.2. Diretoria de Administração e Planejamento	46
3.4.3. Diretoria de Ensino	46
3.4.4. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	46
3.4.5. Diretoria de Extensão	48
3.4.6. Diretoria de Gestão Estratégica	50

3.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	50
3.5.1. Indicadores de Desempenho Institucional.....	50
3.5.2. Análise consolidada dos resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005	51
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	53
4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	53
4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	54
4.2.1. Regulação da atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	55
4.2.2 Estrutura da UAUDI	55
4.2.3. Independência e Objetividade da UAUDI.....	57
4.2.4. Estratégia de atuação da UAUDI.....	60
4.2.5. Comunicação, implementação e acompanhamento das recomendações	61
4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	64
4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	66
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	69
5.1. GESTÃO DE PESSOAS.....	69
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	69
5.1.2. Qualificação e capacitação da força de trabalho.....	71
5.1.3. Demonstrativo de despesas com pessoal	74
5.1.4. Avaliação de Desempenho	76
5.1.5. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	77
5.1.5.1. <i>Abono de Permanência</i>	78
5.1.6. Contratação de estagiários e pessoal de apoio.....	79
5.1.7. Contratação de consultores e Cooperação Técnica	82
5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	83
5.2.1. Gestão da Frota.....	83
5.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis	85
5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário.....	87
5.2.4. Informações sobre a infraestrutura física.....	88
5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	89
5.3.1. Descrições sucinta do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e/ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	89
5.3.2. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI).....	89
5.3.3. Principais Sistemas de Informações	90
5.3.4. Força de trabalho de TI.....	92
5.3.5. Plano de Capacitação do Pessoal de TI.....	92
5.3.6. Processos de Gerenciamento de Serviços de TI implementados	92
5.3.7. Projetos de TI desenvolvidos no período	93
5.3.8. Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para unidade.....	94
5.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	95
5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	95
5.5. GESTÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS.....	99
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	100
6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO.....	100
6.1.1. Ouvidoria.....	100
6.1.2. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC, e-SIC).....	101
6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO.....	102
6.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	103

6.3.1. Auto-avaliação Institucional.....	103
6.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	111
6.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	111
6.5.1. Acessibilidade física: ações da Prefeitura Cefet/RJ.....	111
6.5.2. Acessibilidade e inclusão: ações NAPNE	115
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	116
7.1. DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (2016)	116
7.1.1. Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	116
7.1.1.1. <i>Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão</i>	116
7.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	116
7.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	117
7.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS ..	117
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	118
8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	118
8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)	120
8.3. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	122
8.3.1. Registro de possíveis faltas disciplinares	122
8.3.2. Fomento à capacitação de servidores para atuarem em Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar	123
8.3.3. Atuação nos processos de penalização de empresas contratadas para fins de prestação de serviços terceirizados ou de fornecimento de bens.....	123
8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	123
8.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	124
8.6. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	124
8.7. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI 5.626/2005.....	124
9. ANEXOS E APENDICES.....	127
9.1. ORGANOGRAMA POR DIRETORIA SISTÊMICA	127
9.2. PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS CEFET/RJ	130
9.3. DIRETORIA DE ENSINO.....	131
9.3.1. Alunos matriculados na Graduação.....	131
9.3.2. Alunos matriculados no Ensino médio.....	133
9.3.3. Alunos matriculados no Ensino Técnico subsequente.....	133
9.3.4. Alunos matriculados no Ensino Técnico à distância	134
9.3.5. Alunos matriculados no Ensino Técnico concomitante interno, concomitante externo e integrado	135
9.3.6. Alunos matriculados no Ensino Técnico – PROEJA.....	138
9.4. DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.....	138
9.4.1. Pós-graduação <i>Lato sensu</i>	138
9.4.2. Pós-graduação <i>Stricto sensu</i>	139
9.4.3. Bolsas de Pós-graduação e Pesquisa	139
9.5. BALANÇO PATRIMONIAL (Tesouro Gerencial).....	140
9.6. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ACESSIBILIDADE DIGITAL (art.120 Lei 13.146/2015)	142

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão integra o processo de Tomada de Contas do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca ó Cefet/RJ, exercício de 2016. Neste sentido, é apresentada uma síntese dos resultados das ações institucionais empreendidas, bem como a utilização de seus recursos orçamentários e financeiros.

O ano de 2016 apresentou uma intensa instabilidade política ó com o processo de solicitação e efetivação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff ó dificuldades para recuperação da economia com o crescente aumento do índice de desemprego, acrescido das impactantes investigações da operação Lava-Jato, onde principalmente o setor de Petróleo & Gás e Construção Civil foram atingidos com falência de empresas e aumento do desemprego. No âmbito de uma instituição de ensino que prepara profissionais para o mercado nas áreas supracitadas, este cenário contribuiu para uma mudança no perfil do estudante ingresso e egresso em todos os níveis (técnico à pós-graduação) assim como no aumento da demanda por bolsas estudantis. Tanto as dificuldades na liberação orçamentária para execução, como os próprios efeitos da crise econômica, também afetaram fornecedores e a consequente entrega de produtos ou prestação de serviços em 2016.

Institucionalmente, o ano de 2016 foi um ano de mudanças em suas diretorias: inicialmente, no início do segundo quadrimestre a transição no campus Nova Friburgo, com a entrada da diretora *Bianca de França Tempone Felga de Moraes* (DOU 27/04/2016), na Diretoria de Administração e Planejamento, a entrada da economista, *Inessa Laura Salomão CORECON 27022* (DOU 04/05/2016). Em seguida, a partir do final do terceiro quadrimestre, a Diretoria de Gestão Estratégica recebeu a nomeação da administradora *Úrsula Gomes Rosa Maruyama, CRA-RJ, 20.66.261-0* (DOU 15/09/2016).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) elaborado pela gestão anterior, foi revisado e aprovado pelo Conselho Diretor em 23/09/2016. Além disso, alguns eventos tonaram-se notícias que compuseram a pauta da imprensa externa merecem destaque:

- A assinatura de um convênio do Cefet/RJ *campus* Angra com a empresa Eletrobras Eletronuclear trará um aporte de recursos que será revertido na compra de equipamentos, mobiliário e acervo para biblioteca exclusivos deste *campus*;
- A Ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes proferiu a aula magna do primeiro semestre de 2016 como o tema "Educação das relações étnico-raciais e a produção do conhecimento";
- A sede Maracanã foi invadida em março de 2016 por uma enchente noticiada amplamente pela mídia e que deixou durante alguns dias a instituição interdita para limpeza e manutenção.
- Os principais resultados na instituição estão relacionados à Avaliação de Cursos pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), representante do Ministério da Educação: (i) no campus Itaguaí do curso de Engenharia Mecânica (nota 4) e (ii) na sede Maracanã, do curso Ciência da Computação (nota 4).

O objetivo principal deste Relatório de Gestão é apresentar os dados, informações e indicadores apurados ao longo da gestão institucional em 2016, no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes atos legais:

- **Lei 13.249/2016**, institui o Plano Plurianual do Governo Federal (2016 ó 2019);
- **Lei 13.242/2015**, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- **Lei 13.255/2016**, Lei Orçamentária Anual;
- **Lei 4.320/1964**, Lei de Direito Público Financeiro;
- **Lei 8.666/1993**, Lei de Licitações e Contratos;

- **Lei 10.520/2002**, Lei do Pregão;
- **Decreto 8.670/2016**, que estabelece a programação orçamentária e financeira;
- **Portaria SOF/MPOG 67/2016**, que estabelece limites de empenho;
- **Portaria SOF/MPOG 12/2016**, que estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no exercício 2016.

A organização deste Relatório de Gestão está baseada nos seguintes instrumentos normativos gerais para a prestação de contas anual:

- **Resolução TCU nº 234/2010** - Estabelece diretrizes para as unidades internas do TCU relacionadas ao tratamento da prestação de contas da administração pública federal;
- **Resolução TCU nº 244/2011** - Altera dispositivos da Resolução TCU nº 234/2010;
- **Instrução Normativa TCU nº 63/2010** - Estabelece regras gerais para a organização e a apresentação da prestação de contas pela administração pública federal a partir de 2010;
- **Instrução Normativa TCU nº 72/2013** - Altera dispositivos da Instrução Normativa-TCU nº 63/2010, que estabelece regras gerais para a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas da União.
- **Portaria CGU nº 522/2015** - Norma de Execução nº 01/15 destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre os procedimentos relacionados à prestação de contas anual a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União.

Além disto, o Relatório de Gestão também está baseado nas normas específicas das contas de 2016:

- **Decisão Normativa TCU nº 154/2016;**
- **Decisão Normativa TCU nº 156/2016;**
- **Portaria TCU nº 59/2017, de 17/01/2017.**
- **Portaria DIREG Cefet/RJ, nº 40, de 06/01/2017.**

O conteúdo deste Relatório de Gestão estará baseado nos seus instrumentos regulamentares e normativos internos (i.e. Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções do Conselho Diretor), assim como em suas normas de serviço e portarias vigentes.

As figuras, quadros e tabelas estarão numerados sequencialmente na ordem em que aparecem no texto. O Relatório está estruturado de acordo com a Portaria TCU nº 59/2017, de 17/01/2017, seus itens e subitens que se aplicam a instituição.

Faltando apenas um ano para completar o seu centenário, a capacidade e competência do Cefet/RJ como instituição de ensino tecnológico estarão projetadas naturalmente à sua transformação em Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro. A expansão realizada por meio de nosso Sistema Multicampi foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra região formada por mais de 40 municípios indiretos, atendendo a uma população superior a 8 milhões de pessoas.

Finalmente, considerando que este Relatório de Gestão estará disponibilizado no portal do Cefet/RJ (www.cefet-rj.br) para consulta pública, entende-se que este documento fornecerá à sociedade subsídios para acompanhamento dos trabalhos realizados pelo Cefet/RJ em 2016, garantindo transparência à sua gestão.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca é uma instituição autárquica de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criado pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Atualmente, apresenta-se como um Sistema *Multicampi* composto pela sua sede Maracanã e os *campi* Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Valença.

A sua Missão é Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

A Visão estabelecida no PDI 2015-2019 é tornar-se Universidade Federal de Ciências Aplicadas do Rio de Janeiro, com os seguintes valores: Integração; Responsabilidade; Comprometimento (ambiental, social, sustentável, com desenvolvimento do país); Busca pela excelência; Autonomia; Ética e transparência; Respeito (humano e à diversidade); Compartilhamento de ações e decisões; Meritocracia. O quadro a seguir, resume as principais características da unidade prestadora de contas (Cefet/RJ).

Quadro 1 - Identificação da UPC ó Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
Denominação Abreviada: CEFET/RJ			
Código SIORG: 000448	Código LOA: 26256	Código SIAFI: 15244	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia - 1104		CNPJ: 42.441.758/0001-05	
Principal Atividade: Educação			Código CNAE: 9999-9
Telefones/Fax de contato:	(021) 2566-3110	(021) 2566-3112	(021) 2568-2198
Endereço Eletrônico: direg@cefet-rj.br			
Página na Internet: http://www.cefet-rj.br			
Endereço Postal: Avenida Maracanã, 229 ó Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.271-110			
Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas			
Lei 6.545, de 30 de junho de 1978.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas			
Estatuto, Portaria MEC nº 3.796, de 1º de novembro de 2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas			
Plano Orçamentário Anual (POA)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Código SIAFI	Nome		
153010	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Gestões Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Código SIAFI	Nome		
15244	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153010		15244	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas			
Código SIAFI	Nome		
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		

Os principais norteadores do atual planejamento estratégico do Cefet/RJ podem ser resumidos da seguinte forma:

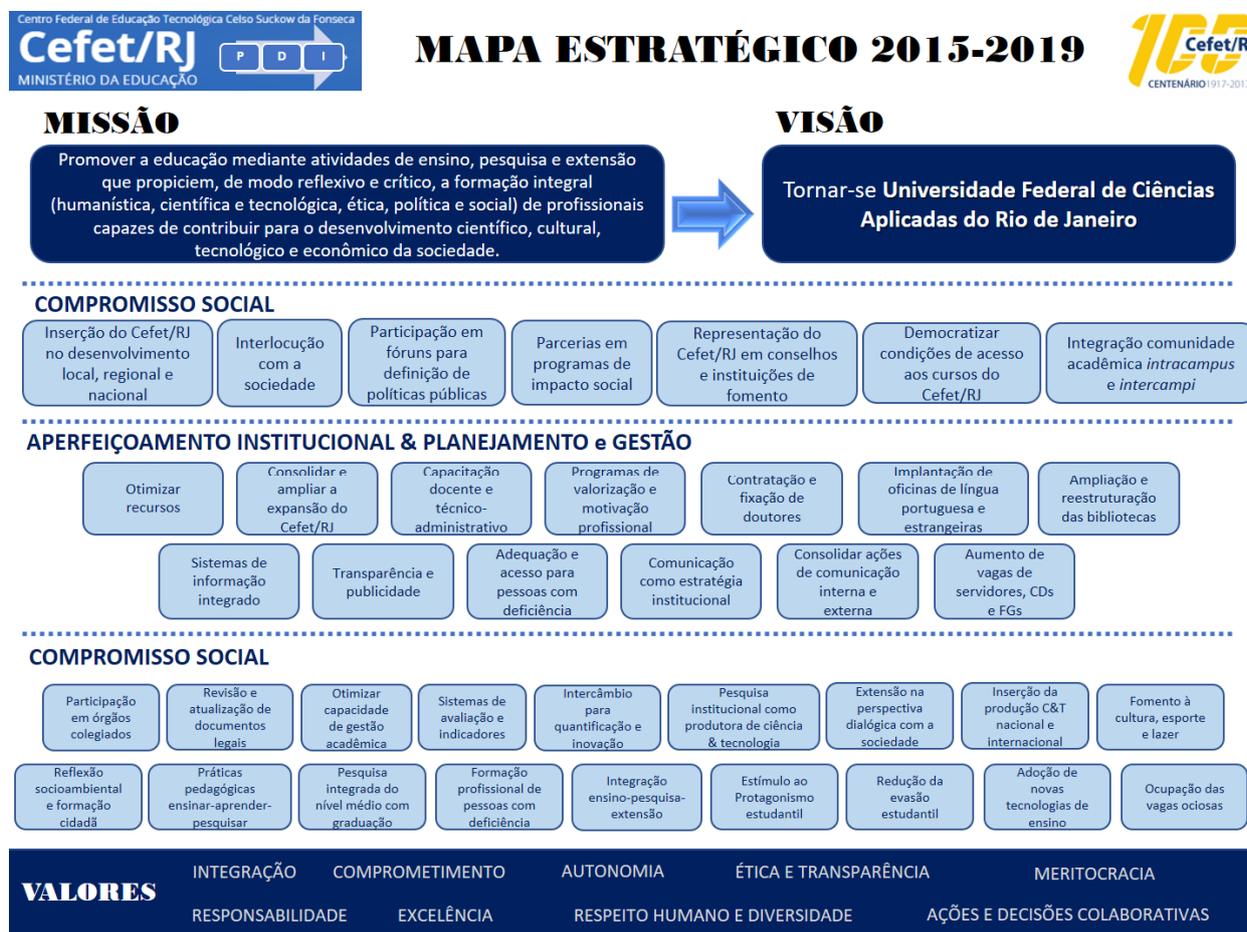


Figura 1 ó Mapa Estratégico do Cefet/RJ

O Cefet/RJ conta com 1518 servidores (DRH, 2017): 890 docentes e 628 técnicos-administrativos para atender seus 14.386 estudantes em todos os níveis (SIMEC, 2016).

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Quanto à sua finalidade, o Cefet/RJ goza de autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Conforme apresentado em seu PDI (2015-2019), são objetivos que compõem os seus alicerces estatutários e regimentais:

- Ministar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- Ministar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- Realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Quanto à sua competência, os cursos ofertados pelo Cefet/RJ estão presentes desde a educação profissional técnica de nível médio à pós-graduação *stricto sensu* (doutorado). A oferta institucional está organizada em:

I ó Cursos ofertados para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Construção Civil (edificações e estradas); Geomática (metereologia); Gestão; Industrial (eletromecânica, automação, eletrônica, eletrotécnica, manutenção automotiva, mecânica); Informática; Química; Saúde (Enfermagem e Segurança do Trabalho); Produção Alimentícia (Agroindústria); Telecomunicações; Turismo e Hospitalidade (Turismo, Turismo e Entretenimento); Transportes (Portos).

II ó Cursos ofertados para o Ensino Superior: (i) **Bacharelado:** em Administração, Ciência da Computação, Engenharias (Alimentos, Computação, Construção Civil, Controle e Automação, Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Produção, Telecomunicações); Línguas Estrangeiras Aplicadas à Negócios Internacionais, Sistemas de Informação, Turismo; (ii) **Superiores de Tecnologia:** Gestão Ambiental, Gestão de Turismo; (iii) **Licenciatura:** Física.

III- Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Letramento e Práticas Educacionais; Ensino de Línguas Estrangeiras; Ensino de Filosofia com Ênfase na Docência; Educação Tecnológica.

IV- Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Ciência, Tecnologia e Educação (mestrado e doutorado); Engenharia de Produção e Sistemas (mestrado); Ensino de Ciências e Matemática (mestrado); Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (mestrado); Engenharia Elétrica (mestrado); Filosofia e Ensino (mestrado); Instrumentação e Óptica Aplicada (doutorado); Relações Étnico-Raciais (mestrado).

2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

O Cefet/RJ iniciou suas atividades como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás em 1917 e ao longo do tempo foi se transformando até a criação da Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, onde se consolidou como instituição voltada à educação tecnológica. Com advento da Lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei 11.892/2008), o Cefet/RJ configura-se como instituição de ensino superior especializada na oferta de educação tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. A figura a seguir, ilustra as principais transformações pelas quais o Cefet/RJ passou ao longo de sua existência:



Figura 2 ó Principais marcos regulatórios na história do Cefet/RJ

A seguir, apresentam-se as principais leis, decretos e portarias diretamente relacionadas ao seu funcionamento e regulamentação.

Quadro 2 ó Resumo dos regulamentos que regem o funcionamento do órgão

Documento	Descrição
Lei 6.545/1978	<i>Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.</i>
Lei 8.711/1993	<i>Modifica o art.2 da Lei 6.545/1978</i>
Lei 8.948/1994	<i>Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências</i>
Decreto 5.224/2004	<i>Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.</i>
Decreto 5.225/2004	<i>Dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições,</i>
Portaria 3.796/2005	<i>Aprova o Estatuto do Cefet/RJ</i>
Decreto 5.773/2006	<i>Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino</i>
Lei 11.892/2008	<i>Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.</i>

Os documentos reconhecidos como normas e regulamentos internos são: (i) Estatuto, (ii) Regimento Geral¹, (iii) Plano de Desenvolvimento Institucional [vigente PDI 2015-2019], (iv)

¹ Atualmente em fase de revisão da estrutura e elaboração de um novo documento (vigente de 1984).

Projeto Pedagógico Institucional, (v) Organograma, (vi) Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), (vii) Plano Orçamentário Anual (POA), (viii) Prestação de Contas Anual ao TCU ó Relatório de Gestão. Além destes as Resoluções do Conselho Diretor, Portarias da Direção Geral, documentos da Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) e Normas de Serviços emitidas pelas diretorias sistêmicas são considerados norteadores da gestão institucional.

Os objetivos apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente (PDI 2015-2019) foram:

Quadro 3 ó Objetivos Estratégicos apresentado no PDI 2015-2019

Eixo	Objetivos
Compromisso Social	Consolidar e ampliar a inserção do Cefet/RJ no desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional.
	Criar mecanismos de ampliação dos espaços de interlocução do Cefet/RJ com a sociedade, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das demandas sociais e do desenvolvimento do país.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social.
	Consolidar e ampliar parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
	Promover a representação do Cefet/RJ nos diversos conselhos, comitês e organizações de fomento a projetos acadêmico-institucionais.
	Democratizar as condições de acesso aos cursos do Cefet/RJ.
	Estabelecer políticas facilitadoras da integração da comunidade acadêmica <i>intracampus</i> , <i>intercampi</i> e com os grupos organizados da sociedade, especialmente na área de atuação do Cefet/RJ.
Aperfeiçoamento Institucional & Planejamento e Gestão	Otimizar e manter os recursos infraestruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para a utilização plena da capacidade do Cefet/RJ.
	Consolidar e ampliar a expansão do Cefet/RJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área.
	Consolidar as ações de capacitação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos através da implementação de um programa de desenvolvimento, avaliação, desempenho e alocação, que respeite as habilidades de caráter pessoal e profissional, com reflexos na melhoria dos serviços essenciais às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
	Criar programas de valorização, reconhecimento e motivação das pessoas – servidores públicos – a fim de se perceberem como sujeitos da missão da universidade.
	Priorizar a contratação e fixação de doutores na instituição.
	Implementar oficinas de línguas estrangeiras e portuguesa para estudantes e servidores.
	Ampliação, manutenção e reestruturação das bibliotecas.
	Disponibilizar sistemas de informação para permitir o acompanhamento de uma forma integrada das informações institucionais de modo a dar suporte à gestão e ao planejamento estratégico.
	Proporcionar transparência e publicidade nas prestações de contas, tanto no que diz respeito às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), quanto no que tange ao uso dos recursos de que dispõe.
	Adequar os espaços e sistemas institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com deficiência.
	Fortalecer a comunicação como estratégia institucional.
	Criar, consolidar e/ou aperfeiçoar instrumentos, ações e meios de comunicação institucional com as comunidades interna e externa.
	Dar continuidade à atuação, junto aos órgãos competentes, com vistas a buscar o aumento do número de vagas de pessoal técnico-administrativo e docente, assim como do aumento/redimensionamento dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas (CD e FG), no intuito de adotar o modelo proposto para a transformação do Cefet/RJ em universidade.

Excelência Acadêmica	Ampliar e fortalecer a atuação dos órgãos colegiados do Cefet/RJ nos projetos político-institucionais.
	Participar, em nível local, regional e nacional, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.
	Promover revisão e atualização dos documentos legais do Cefet/RJ.
	Otimizar a capacidade de gestão institucional.
	Implementar sistemas de avaliação e monitoramento de indicadores, visando à melhoria da qualidade institucional do Cefet/RJ.
	Incentivar o desenvolvimento de programas inovadores, bem como o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando à crescente qualificação de pesquisadores e grupos de pesquisa, estimulando a divulgação do conhecimento produzido.
	Consolidar-se como produtor de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, de modo a contribuir para o desenvolvimento do país.
	Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento do sistema de bibliotecas e do acesso à internet e repositórios de dados.
	Promover a inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica e tecnológica.
	Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.
	Promover ações capazes de trazer ao cotidiano da vida acadêmica a discussão de estratégias e de atividades voltadas à questão socioambiental, no marco de uma formação profissional e cidadã.
	Melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, buscando envolver docentes e estudantes em processos e práticas pedagógicas nas quais ambos se reconheçam como produtores de conhecimento no âmbito da experiência de ensinar-aprender-pesquisar.
	Estimular a realização de projetos de pesquisa, que aperfeiçoem a produção científica e tecnológica, integrando os diversos níveis de ensino.
	Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, através de programas que envolvam de forma indissociável a produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a formação dos alunos.
	Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com diferentes segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação, estimulando o protagonismo estudantil.
	Reduzir a evasão dos estudantes nos cursos do Cefet/RJ.
	Consolidar as atividades baseadas em novas tecnologias de ensino presenciais, semipresenciais e a distância.
Promover o estudo para a ocupação das vagas ociosas, através de mecanismos diferenciados que contemplem a superação das causas da evasão estudantil.	

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O estado do Rio de Janeiro é formado por enorme variedade de etnias e povos, principalmente pelo fato de sua capital, Rio de Janeiro ter sido durante um longo período a capital do estado brasileiro. No início do século XVI, habitavam o Rio de Janeiro quatro grandes grupos indígenas, classificados de acordo com seu grupo linguístico: *tupis-guaranis*, *puri-corado*, *goitacases*, *guaianás*. Com a colonização, as tribos indígenas foram extintas e em fins da década de 1940, os guaranis migraram para a região de Angra dos Reis² e Paraty.

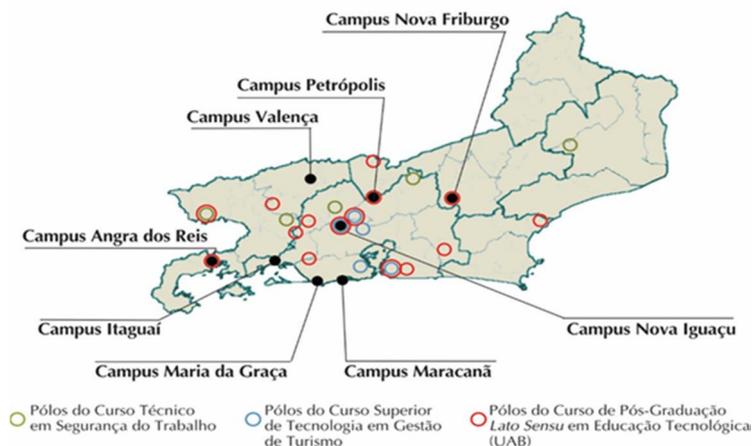


Figura 3 ó Mapa de localização do Cefet/RJ Multicampi

Os portugueses que invadiram a região da Baía da Guanabara e que saíram vitoriosos na guerra com os franceses, fundaram a Cidade do Rio de Janeiro³. Os primeiros imigrantes não-portugueses a chegar à região foram os suíços, em 1818, fundando na região das serras a cidade de Nova Friburgo⁴. A formação da diversidade étnica fluminense foi acrescida com a vinda dos alemães e britânicos, que também rumaram para as serras, principalmente para a região de Petrópolis⁵, além de italianos e espanhóis.

Atualmente, com a riqueza de sua origem e pluralidade de seus povos, o estado do Rio de Janeiro compõe uma das 27 unidades federativas do Brasil. Apesar de ser, efetivamente, a quarta menor unidade federativa brasileira, concentra 8,4% da população do país, sendo o estado com maior densidade demográfica do Brasil. A cidade mais populosa do estado é a sua capital homônima, que também é a segunda maior metrópole do Brasil.

O estado é formado por duas regiões morfologicamente distintas: a baixada e o planalto, que se estendem, como faixas paralelas, do litoral para o interior. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado é o segundo maior do país, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fluminense é o quarto mais elevado do Brasil. Além disso, de acordo com o supracitado instituto de estatística, o estado do Rio de Janeiro apresenta a terceira maior taxa de alfabetização do país.

Grande parte da economia do estado do Rio de Janeiro se baseia na prestação de serviços (62,1%), tendo ainda uma parte significativa de indústria (37,5%) e pouca influência no setor de

² Localização do *campus* Angra dos Reis do Cefet/RJ.

³ Localização da sede Maracanã e *campus* Maria da Graça.

⁴ Localização do *campus* Nova Friburgo do Cefet/RJ.

⁵ Localização do *campus* Petrópolis do Cefet/RJ.

agropecuária. As indústrias predominantes no estado são: metalúrgica, siderúrgica, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, salineira, alimentícia, mecânica, editorial, têxtil, gráfica, de papel e celulose, de extração mineral, extração e refino de petróleo. No sul do estado também se localiza um importante parque industrial. Além disso, o estado abriga o segundo maior polo cervejeiro do país em Petrópolis.

O estado do Rio de Janeiro é a segunda maior economia do Brasil, perdendo apenas para São Paulo, e a quarta da América do Sul, tendo um Produto Interno Bruto superior ao do Chile, com uma participação no produto interno bruto nacional de 15,8% (Fundação Cide e IBGE/2005). A partir da configuração supracitada, é importante reconhecer a dinâmica de formação de cada um dos municípios onde estão localizados cada um dos *campi* do Cefet/RJ:

Quadro 4 ó Resumo do ambiente de atuação Cefet/RJ Sistema Multicampi

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PIB*INDÚSTRIA	PIB*SERVIÇOS	ÍNDICE GINI
RIO DE JANEIRO	6.498.837	R\$ 40.757.086	R\$ 158.104.115	0,48
ANGRA	191.504	R\$ 2.023.634	R\$ 3.454.263	0,44
ITAGUAÍ	102.855	R\$ 1.738.271	R\$ 4.645.273	0,40
NOVA FRIBURGO	185.102	R\$ 581.622	R\$ 1.957.519	0,42
NOVA IGUAÇU	797.435	R\$ 1.782.243	R\$ 7.560.193	0,41
PETRÓPOLIS	298.158	R\$ 3.274.207	R\$ 4.985.240	0,44
VALENÇA	73.997	R\$ 445.458	R\$ 560.096	0,44

Fonte: Adaptado de IBGE (2014) ó Cidades@

População ó quantidade de habitantes;

PIB*Indústria e PIB*Serviços ó Valor adicionado do Setor

Índice de Gini⁶ ó grau de concentração de renda

No entanto, atualmente, o estado do Rio de Janeiro, iniciou 2017 com um rombo de aproximadamente R\$ 17 bilhões, resultando na paralisação de obras, salários atrasados e fornecedores sem recebimento⁷. O quadro dramático desencadeou no decreto de calamidade pública e vem perdendo a credibilidade no seu grau de investimento pelas agências internacionais de risco.

⁶ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor 'um' está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Assim, quanto maior o índice de Gini, maior o grau de desigualdade de renda na região analisada. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países.

Fonte: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23

⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamidade-rj-entrara-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>

2.4 ORGANOGRAMA

O organograma, a partir de 2003, tem sido continuamente revisado em função das transformações (novas unidades, campus). Atualmente, o organograma principal do Cefet/RJ, Sistema Multicampi está representado da seguinte forma⁸:

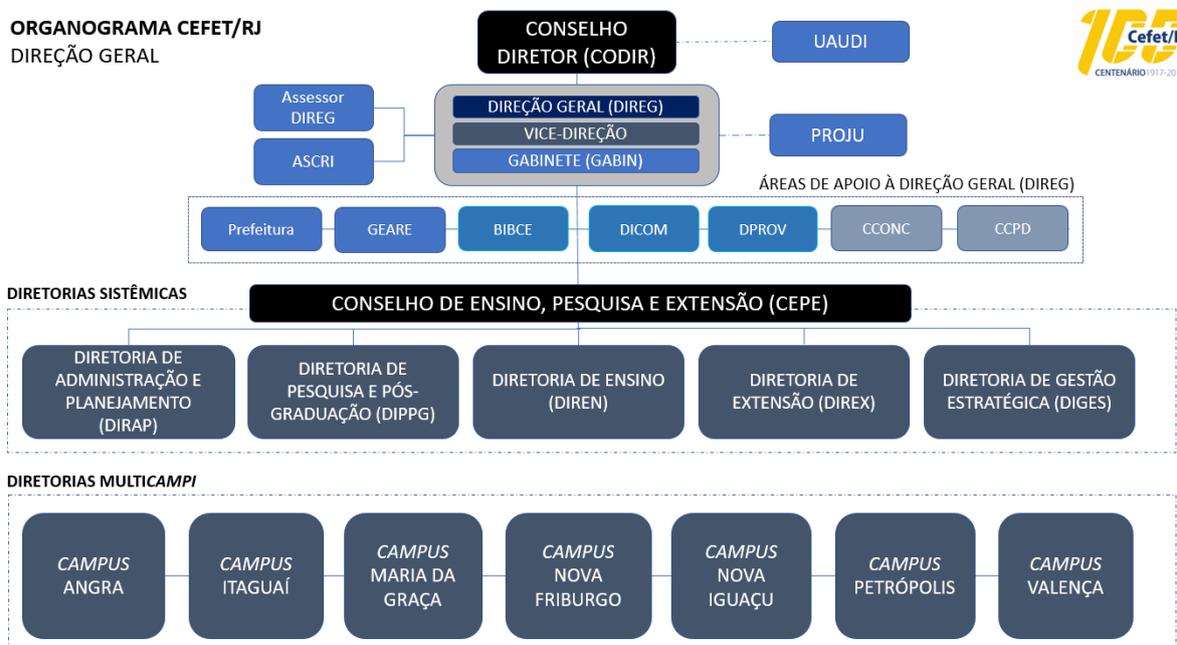


Figura 4 ó Organograma Cefet/RJ

O organograma básico dos campi (Angra, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Valença) está representado da seguinte forma:

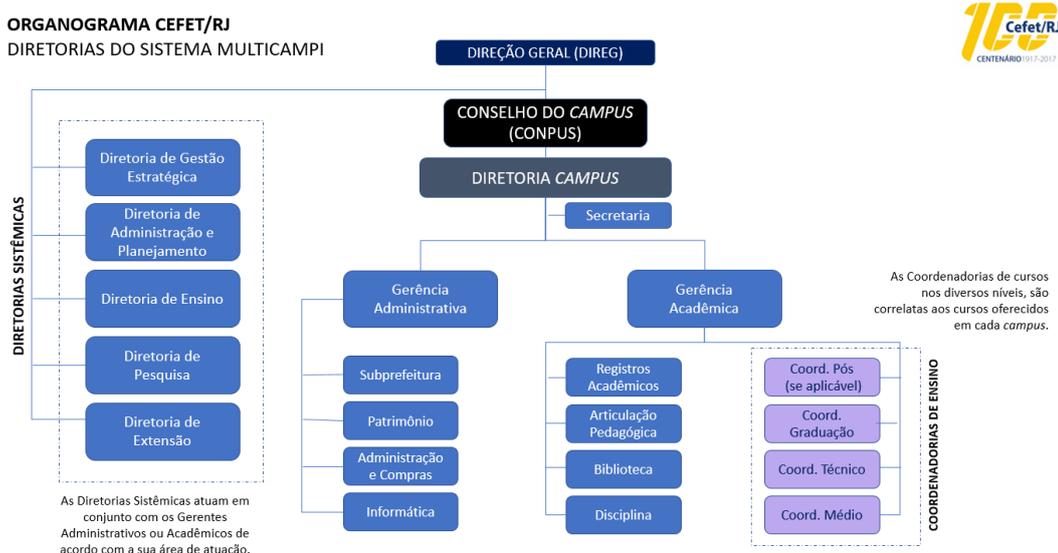


Figura 5 ó Organograma Cefet/RJ ó Diretorias do Sistema Multicampi

⁸ Legenda para classificação de CDs e FGs: Conselhos (preto n/a); diretor geral CD2(azul marinho); diretorias sistêmicas, diretorias de campus CD3 (cinza escuro); chefes de departamento, assessorias direção geral e correlatos CD4 (azul).

Para observância do organograma completo de cada Diretoria Sistêmica vide a seção de Apêndice e Anexos.

São consideradas áreas estratégicas institucionais:

Quadro 5 - Áreas estratégicas do Cefet/RJ

Áreas Estratégicas	Competências ⁹	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Diretor	Delibera sobre assuntos de interesse do Centro: a política geral nos âmbitos administrativo, econômico-financeiro; orçamento anual; prestação de contas; os bens patrimoniais; o balanço físico anual; a criação de novos cursos; a autorização de contratação, dentre outros, produzindo resoluções.	<i>Carlos Henrique Figueiredo Alves</i>	Presidente CODIR/ Diretor-Geral	24/06/2011 até a presente data
Auditoria Interna	Fornecer trabalhos de avaliação e assessoramento, destinados à melhoria dos Controles Internos e da Gestão de Riscos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos que façam que o Cefet/RJ não alcance seus objetivos, os mantenham em um nível aceitável.	<i>Luciana Sales Marques</i>	Auditora-chefe	06/10/2015 até a presente data
Direção Geral	Responsável pela direção administrativa e pelas políticas internas e externas do Centro.	<i>Carlos Henrique Figueiredo Alves</i>	Diretor Geral	24/06/2011 até a presente data
Diretoria de Administração e Planejamento	Executa as atividades relacionadas à administração de pessoal; Planejamento orçamentário e execução financeira e contábil.	<i>Fernando Ramos Corrêa</i>	Diretor de Administração e Planejamento	20/02/2014 até 03/05/2016
		<i>Inessa Laura Salomão</i>		04/05/2016 até a presente data
Diretoria de Ensino	Coordena, planeja, avalia e controla as atividades de desenvolvimento do ensino.	<i>Gisele Maria Ribeiro Vieira</i>	Diretora de Ensino	07/07/2011 até a presente data
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Coordena, planeja, avalia e controla as atividades da pesquisa e do ensino de pós-graduação.	<i>Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco</i>	Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	04/04/2008 até a presente data
Diretoria de Extensão	Coordena, planeja, avalia e controla as atividades de extensão da instituição.	<i>Maria Alice Caggiano de Lima</i>	Diretoria de Extensão	04/07/2011 até a presente data
Diretoria de Gestão Estratégica	Coordena a elaboração do PDI, assessora a elaboração do Relatório de Gestão, acompanha a execução dos projetos institucionais, e ainda fornece as informações relativas a desempenho do Centro.	<i>Marcelo Sampaio Dias Maciel</i>	Diretor de Gestão Estratégica	06/03/2014 até 14/09/2016
		<i>Úrsula Gomes Rosa Maruyama</i>		15/09/2016 até a presente data

⁹ Considerando a orientação para elaboração do item Organograma “não há necessidade de se relacionarem as competências legais ou normativas das áreas, mas, uma descrição sucinta dos seus papéis na condução da missão da UPC” alguns tópicos foram suprimidos.

Cada unidade descentralizada (*campus*), considerado como área estratégica institucional está representada da seguinte forma:

Quadro 6 6 Áreas estratégicas do Cefet/RJ: representações nos *campi*

Áreas Estratégicas	Competências ¹⁰	Titular	Cargo	Período de atuação
<i>Campus</i> Angra dos Reis	Busca a promoção das ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos <i>campi</i> . Responsável pela administração dos recursos orçamentários e de pessoal alocados nesta unidade.	<i>Tiago Siman Machado</i>	Diretor do <i>Campus</i>	15/10/2013 até a presente data
<i>Campus</i> Itaguaí		<i>Luiz Diniz Corrêa</i>	Diretor do <i>Campus</i>	09/03/2010 até a presente data
<i>Campus</i> Maria da Graça		<i>Luiz Claudio Rodrigues</i>	Diretor do <i>Campus</i>	26/08/2015 até a presente data
<i>Campus</i> Nova Friburgo		<i>Fábio Batalha Monteiro de Barros</i>	Diretor do <i>Campus</i>	26/08/2015 até 03/03/2016
		<i>Bianca de França Tempone Felga de Moraes</i>		27/04/2016 até a presente data
<i>Campus</i> Nova Iguaçu		<i>Luane da Costa Pinto Lins Fragoso</i>	Diretor do <i>Campus</i>	26/08/2015 até a presente data
<i>Campus</i> Petrópolis		<i>Frederico Ferreira de Oliveira</i>	Diretor do <i>Campus</i>	26/08/2015 até a presente data
<i>Campus</i> Valença		<i>Fabiano Alves de Oliveira</i>	Diretor do <i>Campus</i>	26/08/2015 até a presente data

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos do Cefet/RJ estão divididos em atividades primárias (finalísticas: Ensino, Pesquisa e Extensão) e atividades de apoio (suporte: Administração e Planejamento, Estratégia) voltadas a agregar valor por meio dos três principais eixos do PDI 2015-2019: Compromisso Social; Aperfeiçoamento Institucional; Excelência Acadêmica.

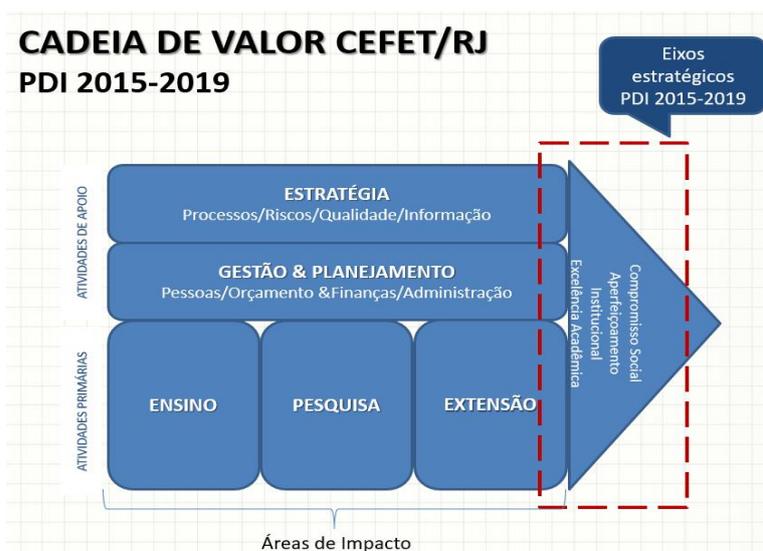


Figura 6 6 Estrutura da Cadeia de Valor Cefet/RJ como macroprocessos

¹⁰ Considerando a orientação para elaboração do item Organograma “não há necessidade de se relacionarem as competências legais ou normativas das áreas, mas, uma descrição sucinta dos seus papéis na condução da missão da UPC” alguns tópicos foram suprimidos.

Quadro 7 ó Resumo dos Macroprocessos Finalísticos do Cefet/RJ

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;ministrar ensino superior de graduação, ministrar cursos de licenciatura.	Cursos do Ensino Médio, Técnicos e de Ensino Superior	alunos	DIREN
Pesquisa	Ministrar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.Realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade.	Programas de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisas, Iniciação Científica	alunos e docentes	DIPPG
Extensão	Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada, estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.	Eventos, Oportunidades de negócios por meio das incubadoras, Cursos de Extensão e Bolsas de auxílios estudantis	Toda comunidade (alunos, técnicos administrativos, docentes)	DIREX

Fonte: DIGES

2.5.1. Macroprocessos de Ensino

O desenvolvimento das atividades de ensino do Cefet/RJ ó cursos regulares de educação profissional técnica de nível médio, articulada e subsequente ao ensino médio e de graduação ó é coordenado, planejado, avaliado e controlado no âmbito da DIREN, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e pós-graduação e de extensão.

Assim, a Diretoria de Ensino é responsável pela gestão das atividades de ensino de graduação e de educação profissional técnica de nível médio nos diferentes *campi* do Cefet/RJ, sempre visando alcançar a excelência no ensino em tais níveis, proporcionando uma formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, permitindo excelente colocação no mercado de trabalho de seus egressos.

A DIREN também é responsável pelo **Programa de Monitoria**, que oferece bolsas do próprio Cefet/RJ para alunos do ensino técnico de nível médio e do ensino superior de todos os *campi*. Também está sob a responsabilidade da Diretoria de Ensino o **Programa Jovens Talentos para a Ciência**, com bolsas da Capes, e o **Programa Ciência sem Fronteiras**, com bolsas da Capes e do CNPq, ambos voltados para a graduação.

Entre os setores e núcleos vinculados a DIREN, está o DEDED (Departamento de Desenvolvimento Educacional), o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais), o DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos), a DIMED

(Divisão de Mídias Educacionais), a DIPED (Divisão de Projetos Educacionais) e a (COGRA) Coordenadoria dos Cursos de Graduação.

O Napne conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos voltados a alunos e servidores. A finalidade do Napne é preparar os diferentes setores da instituição para trabalhar com a realidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais no Cefet/RJ.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos do Cefet/RJ contemplam o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sustentam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por sua vez sustentam a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

2.5.2. Macroprocessos de Pesquisa e Pós-Graduação

As atividades de pesquisa e de pós-graduação do Cefet/RJ têm sua orientação no âmbito da Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG), órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle dessas atividades nos diferentes *campi* da instituição.

As políticas de pós-graduação do Cefet/RJ devem garantir a consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes e a criação de novos programas em áreas com demanda por formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, nas quais a instituição apresenta competência em pesquisa. Dessa forma, é fundamental fortalecer as ações já implementadas e desenvolver novas ações que garantam o reconhecimento institucional das atividades de pesquisa e pós-graduação.

Dentre os departamentos que compõem a Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação (DIPPG), o Departamento de Pesquisa (DEPEQ), tem como finalidades incentivar, sistematizar, cadastrar, gerir e avaliar as atividades de pesquisa realizadas, em caráter sistêmico, na instituição ó ou seja, sua atuação abrange todos os *campi* e todos os níveis de ensino. Tais ações se concretizam através da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET).

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) está subordinado ao DEPEQ e tem como função gerir a política institucional de estímulo à inovação e outras formas de transferência de tecnologia, bem como da governança do sistema de inovação do Cefet/RJ. O NIT tem como missão estabelecer a proteção adequada das criações intelectuais geradas no âmbito da instituição, visando apoiar e assessorar a interação desta com a sociedade, promovendo a inovação e transferência do conhecimento e das tecnologias geradas.

O projeto de universidade deverá reafirmar a verticalização e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão como característica metodológica, potencializando o engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Cefet/RJ em projetos institucionais de pesquisa

2.5.3. Principais Resultados dos Macroprocessos de Extensão em 2016

As atividades de extensão do Cefet/RJ têm sua orientação no âmbito da Diretoria de Extensão (DIREX), órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle dessas atividades nos diferentes *campi* da instituição, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa.

Consoante à política e as diretrizes de ação da DIREX, ao se reafirmarem, na instituição, ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como *práxis* educativa, a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica, além de se constituir em forte instrumento de política de inclusão social.

Nessa perspectiva, o Cefet/RJ acompanha a concepção e os marcos para o trabalho da extensão definidos no Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado e aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras o FORPROEX, do qual a instituição participa com direito a voz e voto.

Dentre as ações realizadas pela Diretoria de Extensão no Sistema *Multicampi* Cefet/RJ no ano de 2016, destacam-se a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão o SEPEX, a Feira de Estágio e Emprego, o Simpósio de Educação Empreendedora e a execução dos Editais de Processo Seletivo dos Programas de Assistência Estudantil e do Processo Seletivo para o Programa de Bolsas de Extensão

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O planejamento organizacional é um processo que consiste em um conjunto de ações integradas, coordenadas e orientadas a realizar um determinado objetivo. O resultado de um planejamento institucional deve contemplar três elementos essenciais:

- Objetivos e metas;
- Meios necessários para a realização (humanos, financeiros, materiais, informacionais e tecnológicos);
- Mecanismos de controle (dispositivos e indicadores de desempenho que permitam o monitoramento durante a execução do planejado).

3.1 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é o principal instrumento de planejamento e gestão da instituição, elaborado para um período de cinco anos, e construído com ampla participação de servidores e estudantes. O PDI considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e ou pretende desenvolver.

3.1.1 *Descrição sintética dos objetivos do exercício*

No exercício de 2016, deu-se continuidade ao planejamento para atendimento da necessidade para expansão de espaço físico nos *campi* com as obras dos prédios do Maracanã, Nova Iguaçu e Valença, que disponibilizarão novos espaços para salas de aulas e laboratórios (totalizando um investimento de R\$ 3.781,722,73), entre recursos previstos na LOA para o CEFET-RJ e disponibilizados por meio de Emendas Parlamentares.

Também em 2016, o Cefet/RJ negociou junto ao MEC a execução de projetos por meio de Termo de Execução Descentralizada ó TED -, visando investimento para recuperação da infraestrutura já existente sendo licitado e empenhado o valor de R\$ 950.000,00 para troca de elevadores do bloco E da unidade Maracanã, e instalação de blindada para atende ao aumento de demanda elétrica na unidade sede do Cefet/RJ no valor de R\$ 413.185,16.

3.1.2 *Estágio de implementação do planejamento estratégico*

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) foi aprovado pelo Conselho Diretor em 23/09/2016. A partir da análise do PDI foi observada a necessidade de desdobramento dos seus objetivos em planos, metas e métricas específicas por Diretoria Sistêmica e por *campus*. Tal trabalho foi iniciado ao final de 2016 com a nova gestão da Diretoria de Gestão Estratégica e tem prazo determinado para término até o final do primeiro semestre de 2017.

O Plano Estratégico Plurianual (desdobramento do PDI) apresentará uma revisão anual por meio do Plano Estratégico Anual (PEA) onde serão observados não só o planejamento orçamentário, mas também a métrica dos resultados obtidos por meio das alocações dos recursos recebidos.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Foram selecionados três instrumentos relevantes onde vinculamos nossas competências institucionais e planos internos: Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024); Plano Plurianual (PPA 2016-2019); Plano Estratégico do CNPq 2025.

3.1.3.1. Plano Plurianual (PPA 2016-2019) Programa 2080 ó Educação de qualidade para todos

Não há associação direta no PPA 2016-2019 à instituição em nenhuma seção. No entanto, no que tange às nossas atividades e competências, são contemplados os seguintes objetivos:

- **Objetivo 1009** ó *Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).*
- **Objetivo 1011** ó *Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no PNE 2014-2024.*

3.1.3.2. Plano Plurianual (PPA 2016-2019) Programa 2038 ó Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Não há associação direta no PPA 2016-2019 à instituição em nenhuma seção. No entanto, no que tange às nossas atividades e competências, são contemplados os seguintes objetivos:

- **Objetivo 1154** ó *Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais.*
- **Objetivo 1157** ó *Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos.*
- **Objetivo 1158** - *Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.*
- **Objetivo 1159** - *Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade.*
- **Objetivo 1160** - *Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos.*
- **Objetivo 1161** - *Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação.*

3.1.3.2. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)

Como área finalística do Cefet/RJ, algumas metas do PNE 2014-2024 (associadas aos níveis de ensino ofertados pela instituição) estão associados em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional. O quadro apresentado a seguir resume os temas contemplados em nossas diretrizes:

Quadro 8 ó Resumo das Metas PNE 2014-2024 associadas ao Cefet/RJ

META NACIONAL (PNE 2014-2024) MEC	CEFET/RJ
Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	<i>Sistema de cotas</i>
Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público	<i>Educação Profissional Técnica na modalidade presencial e à distância</i>
Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.	<i>Assegurada a qualidade da oferta e expansão de vagas para o ensino superior</i>
Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.	<i>Aumento do número de mestres e doutores</i>
Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores	<i>Novos Programas stricto sensu tanto mestrado quanto doutorado</i>
Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	<i>Plano de carreira a todos os servidores: docentes do magistério Superior, EBTT e técnicos administrativos</i>

3.1.3.4. Plano Estratégico CNPq 2025 ó Processos

Dos processos indicados como estratégicos ao CNPq, foram identificadas seis ações relevantes ao desenvolvimento institucional do Cefet/RJ:

- **Modelo de Gestão:** Aumentar a capacidade institucional de articulação, integração e participação na formulação das políticas de CT&I
- **Internacionalização:** Capacitar pesquisadores e estudantes brasileiros no exterior
- **Monitoramento e Avaliação:** Criar sistema dinâmico e integrado de monitoramento e avaliação
- **Integração e interação com os parceiros:** Fazer parcerias aderentes à Estratégia Nacional de CT&I
- **Inovação:** (i) Apoiar o processo inovativo. (ii) Formar, capacitar e valorizar pessoas para inovação.
- **Compromisso Social:** (i) Promover o debate público, a divulgação e a educação em CT&I; (ii) Fortalecer a relação entre compromisso social e excelência científica.

3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

A existência e manutenção dos conselhos em diversas instâncias é um importante mecanismo de monitoramento e execução dos resultados dos planos. Os principais documentos institucionais são aprovados pelo Conselho Diretor, incluindo diretrizes encaminhadas pela Direção-Geral. Dentro da área acadêmica, a maior instância é o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), presidida pelo Diretor Geral e composta por todas as diretorias sistêmicas, representações docentes de todos os níveis e representações de *campus*. Cada diretoria de área finalística (Ensino, Pesquisa, Extensão), também possui conselhos que atendem a uma instância menor, analisando questões que deverão ser encaminhadas ao CEPE. A fim de manter a organização institucional em cada *campus*, o diretor de cada unidade deve consultar ao Conselho do *campus* (CONPUS).

Quadro 9 6 Relação dos principais instrumentos de monitoramento

Forma	Instrumentos
Conselho Diretor	Participação reuniões
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Participação reuniões
Conselho de Ensino	Participação reuniões
Conselho de Pesquisa	Participação reuniões
Conselho de Extensão	Participação reuniões
Conselho do Campus	Participação reuniões
Planejamento Estratégico Anual	Monitoramento PDI
Relatório de Gestão	Controle da Gestão Anual
Relatório da Auditoria Interna	Controle da Auditoria Interna
Lei de Acesso à Informação (e-SIC)	Solicitação à informações
Plano de Dados Abertos	Banco de Dados comuns
Ouvidoria	Recebimento de reivindicações

Todo cidadão, seja estudante, membro da comunidade interna ou sociedade poderá participar das reuniões, monitorando as suas representações e acompanhando os seus processos deliberativos.

Além disto, o presente Relatório de Gestão, apresentado ao TCU é considerado um instrumento de transparência que deve ser disponibilizado de forma acessível a todos. De forma análoga, o RAIN, relatório elaborado pela Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) é um importante instrumento de apoio ao Controle Interno institucional. Além disso, como mecanismo de comunicação e divulgação da informação institucional são considerados: a plataforma de acesso à informação (e-SIC), acesso à Ouvidoria, a elaboração do Plano de Dados Abertos (planejada para este ano de 2017).

3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

3.3.1.1. Ações / subtítulos ó OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

Quadro 10 ó Ação/Subtítulos ó OFSS

Identificação da Ação ¹¹							
Código	20RG			Tipo: Atividades			
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira ¹²							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	4.658.537	4.658.537	2.926.840	3.866.827	0,00	0,00	3.866.827
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta ¹³				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Projeto viabilizado	unidade	3	2	2		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

¹¹ **Identificação da ação Código:** Código atribuído à ação na LOA do exercício.; **Tipo:** Deve ser indicado se a ação corresponde a um projeto ou atividade. **Título:** Forma de identificação da ação orçamentária na LOA do exercício.

Iniciativa: Resumo da descrição da iniciativa à qual se vincula a ação, conforme LOA do exercício, Volume II, e correspondente código, disposto na Lei do PPA 2016-2019. **Objetivo:** Resumo da descrição do objetivo ao qual se vincula a ação, conforme LOA do exercício, Volume II, e correspondente código, disposto na Lei do PPA 2016-2019. **Programa:** Nome e código do programa ao qual se vincula a ação **Unidade Orçamentária:** Código da Unidade Orçamentária a qual foi consignado o crédito para ação na LOA. **Ação Prioritária:** Neste campo, deve ser informado se a ação constitui ação prioritária ou não de acordo com a definição de prioridade dada pela LDO do exercício.

¹² **Execução Financeira e Física** - Refere-se aos valores executados com base no orçamento do exercício do relatório de gestão, subdividindo-se nos seguintes itens: **Dotação:** Valor previsto na LOA para a ação. **Inicial:** Dotação inicial atribuída à ação na LOA do exercício de referência do relatório de gestão. **Final:** Dotação final atribuída à ação resultante da soma da dotação inicial da LOA com as alterações sofridas em razão de créditos adicionais, no próprio exercício. **Valor Realizado:** Valor executado da dotação no exercício do relatório de gestão.

¹³ **Meta Física:** Quantidade de produto a ser ofertado em razão da execução da ação. **Previsto:** Quantidade de produto prevista na LOA quando de sua aprovação. **Reprogramado:** Quantidade de produto prevista considerando alterações decorrentes de créditos adicionais abertos. **Realizado:** Quantidade de produto efetivamente ofertado no exercício do relatório em razão da execução da ação.

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0033 - Rio de Janeiro	4.044.354	1.668.203	618.984	-	-	-

No exercício de 2016, houve liberação de somente 50% dos recursos orçamentários previstos na LOA 2016 para o Cefet/RJ, sendo que essa liberação não distingue as ações 20RL e 20RG ficando a cargo do Cefet/RJ definir quais ações deveriam ser priorizadas. Entretanto, a execução desse limite foi inviabilizada para atender projetos exclusivamente na ação 20RG.

Outro fator de dificultou a execução dos recursos da Ação 20RG (Quadro 13) foi a liberação de 10% limite orçamentário de investimento e recursos por meio de TED, somente a partir do segundo semestre de 2016. Desta forma, tendo em vista se tratarem na sua maioria de atendimento para investimentos em obras de engenharia cuja modalidade de licitação exigida pela Lei 8.666/93 é a tomada de preços, a sua fase externa é muito mais morosa se comparada ao pregão eletrônico¹⁴ quanto à fase externa na qual são analisadas as habilitações e propostas dos fornecedores em sessão pública presencial.

Quadro 11 ó Ação/Subtítulos ó OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RL			Tipo: Atividades			
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	34.788.826	34.735.807	29.840.832	18.371.382	17.920.063	451.319	11.469.450
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	

¹⁴ Tendo em vista toda a complexidade técnica envolvendo tanto a fase interna referente a elaboração do termo de referência, pesquisa de mercado, elaboração de edital, chancela jurídica, entre outros

0033 - Rio de Janeiro0	Estudante matriculado	unidade	13.100	14.386	14.386	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
00033 - Rio de Janeiro0	14.926.142	8.809.742	3.231.046	-	-	-

Em razão dos compromissos assumidos pelo Cefet/RJ junto aos fornecedores de serviços essenciais ao funcionamento da instituição, tais como: fornecimentos de água potável, energia elétrica, telefonia, acesso à internet, limpeza interna e externa, manutenção predial, vigilância ostensiva, entre outros, e a incerteza na liberação dos recursos orçamentários previstos na LOA 2016, muitos processos para uso dos recursos destinados nesta ação não puderam dar prosseguimento antes do quarto trimestre do exercício de 2016, quando em outubro de 2016 houve a liberação de 100% do limite orçamentário para execução das despesas de custeio do Cefet/RJ (Quadro 14).

É importante ressaltar que 30,9% do total dos limites de custeio do Cefet/RJ estão previstos na LOA 2016 para atendimento da Ação 2994 (Assistência Estudantil), e em razão disso processos visando aquisição de bens e serviços para atendimento das demandas acadêmicas e administrativas não puderam ter o seu prosseguimento imediatamente aprovado, como vem ocorrendo em outras instituições.

Quadro 12 ó Ação/Subtítulos ó OFSS

Identificação da Ação							
Código	2994			Tipo: Atividades			
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	12.799.680	12.288.553	12.267.825	9.322.722	9.322.722	0,00	2.945.102,63
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Benefício concedido	unidade	2.628	2.776	2.776		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0033 - Rio de Janeiro	1.391.117	884.760	506.357	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial.

Em relação as ações relacionadas à Assistência ao Estudante (bolsas estudantis), uma vez que os processos de seleção são iniciados com margem de antecedência não houve problemas quanto ao planejamento para execução dos recursos, no entanto, a instabilidade e incerteza no recebimento dos recursos geraram grande preocupação durante a gestão de 2016, sendo diversas vezes discutida a possibilidade de corte nos quantitativos nas bolsas antes do fim do exercício.

No exercício de 2016, o CEFET/RJ participou dos principais fóruns de fomento das políticas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão contribuindo com as anuidades de entidades representativas como o Fórum Nacional de Gestores de Inovação, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendedorismo, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e a Sociedade Brasileira de Computação. O CEFET/RJ também é membro do Conselho Nacional das Instituições Federais de Ensino ó CONIF.

Quadro 13 ó Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica

Identificação da Ação							
Código	000L		Tipo: Atividades				
Descrição	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031		Tipo: Programa Temático				
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	65.000	65.000	38.476,56	33.925,06	33.925,06	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Em 2016, o CEFET/RJ deu continuidade às ações voltadas ao seu Plano Anual de Capacitação contratando empresas de treinamento especializado para cursos in company, firmando Termo de Execução Descentralizada ó TED ó com a ESAF, além de financiar a participação de servidores em cursos e eventos em suas áreas de atuação visando a capacitação dos servidores. Em razão dos treinamentos in company também por meio de Ensino à Distância ó EaD -, houve otimização dos recursos e superação das metas inicialmente previstas no planejamento de 2016.

Quadro 14 ó Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

Identificação da Ação							
Código	4572		Tipo: Atividades				
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031		Tipo: Programa Temático				
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	745.000	745.000	549.610,32	507.784,85	489.535,85	0,00	41.825,47
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal	Servidor Capacitado	128	-	272		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	62.959,00	14.536,53	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

O CEFET/RJ, na qualidade de Centro Tecnológico com cerca de 100 anos de tradição atuando na área de ensino profissional, é membro de Fóruns e Associação, nacionais ou internacionais, fomentadores do ensino profissional e tecnológico, extensão e pesquisa contribuindo anualmente para manutenção da Associação de Assessorias de Instituições de Ensino Superior, do Fórum Nacional de Gestores de Inovação, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendedorismo, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós Graduação, Sociedade Brasileira de Computação, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, entre outros.

Quadro 15 ó Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica.

Identificação da Ação							
Código	000L			Tipo: Atividades			
Descrição	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	65.000	65.000	38.476,56	33.925,06	33.925,06	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

No exercício de 2016, houve a manutenção de apenas uma solicitação de auxílio-moradia, tendo em vista que os demais servidores retornaram as suas unidades originais de lotação, razão pela qual houve diminuição dos valores inicialmente planejados para atendimento das despesas desta ação.

Quadro 16 ó Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.

Identificação da Ação							
Código	216H			Tipo: Atividades			
Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	72.906	72.906	16.000,00	14.606,91	14.606,91	0,00	1.393,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

No exercício de 2016 foram atendidos 15 processos para pagamento de auxílio-funeral, sendo 14 para servidores inativos e 01 para servidor ativo. O auxílio-natalidade é creditado em folha de pessoal, conforme os lançamentos mensais cadastrados pelo Departamento de Recursos Humanos ó DRH.

Quadro 17 ó Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade.

Identificação da Ação							
Código	00M1			Tipo: Atividades			
Descrição	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	89.688	89.688	88.740,17	88.740,17	88.740,17	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Os quadros a seguir referem-se às despesas exclusivamente com folha de pessoal de servidores ativo, inativos ou temporários que atuaram durante o exercício de 2016 no CEFET/RJ. Cabe ressaltar que o planejamento se encontra a cargo da Secretaria de Planejamento Orçamentário do MEC, cabendo ao CEFET/RJ o monitoramento e execução dos recursos orçamentários liberados nestas ações.

Quadro 18 ó Pessoal ativo da União.

Identificação da Ação							
Código	20TP			Tipo: Atividades			
Descrição	Pessoal Ativo da União						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	146972.745	181.728.884	179.680.290	179.680.290	179.680.290	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 19 ó Aposentadorias e pensões ó servidores civis.

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo: Atividades			
Descrição	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	78.041.002	86.806.099	86.806.099	86.806.099	89.806.99	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	Não Definida		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 20 ó Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.

Identificação da Ação							
Código	2004			Tipo: Atividades			
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	2.100.000	2.775.575	2.774.692,30	2.574.692,30	2.574.692,30	0,00	1.393,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 21 ó Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação							
Código	2010			Tipo: Atividades			
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	240.000	822.762	802.497,79	802.497,79	802.497,79	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 22 ó Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação							
Código	2011			Tipo: Atividades			
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	2.760.000	3.342.762	3.251.178,51	3.251.178,51	3.251.178,51	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 23 ó Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo: Atividades	
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031				Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	6.600.000	8.351.656	8.334.634,26	8.334.634,26	8.334.634,26	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
			Prevista	Reprogramada (*)			
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 24 ó Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Identificação da Ação							
Código	09HB			Tipo: Atividades			
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031			Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033 - Rio de Janeiro	30.182.204	36.553.038	35.417.479,50	35.417.479,50	35.417.479,50	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033 - Rio de Janeiro	Não Se Aplica	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033 - Rio de Janeiro	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

A unidade não é responsável pela integralidade dos valores consignados às ações, mas apenas a subtítulos dessas que são apresentadas no item seguinte.

3.3.1.2. Ações não Previstas na LOA do exercício ó Restos a Pagar não Processados - OFSS

O **Quadro 25** consigna ações não mais previstas na LOA do exercício 2016, visto que a UPC as executou no exercício e a título de restos a pagar não processados.

Quadro 25 ó Ações não Previstas na LOA do exercício ó Restos a Pagar ó OFSS.

Identificação da Ação					
Código	20RJ			Tipo: Atividade	
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica				
Programa	Educação Básica Temático	Código:2030		Tipo: Programa	
Unidade Orçamentária	26256 ó Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
87.387,00	86.400,00	987,00			
Identificação da Ação					
Código	6358			Tipo: Atividade	
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código:2031		Tipo: Programa	
Unidade Orçamentária	26256 ó Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
14.695		14.695			

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Conforme supramencionado, no exercício de 2016, a liberação tardia dos limites dos créditos orçamentário, inviabilizou a execução de projetos na ação 20RG por meio de TED ou de recursos do próprio Cefet/RJ, tendo em vista se tratarem na sua maioria de investimentos em obras de engenharia cuja modalidade de licitação exigida pela Lei 8.666/93 é a tomada de preços, cuja fase externa é mais morosa se comparada ao pregão eletrônico.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica ao Cefet/RJ.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2016, além a irregularidade da liberação dos créditos orçamentários, houve também dificuldades para recebimento no repasse do MEC ao Cefet/RJ dos repasses financeiros inviabilizando o cumprimento, dentro dos prazos firmados em contratos ou por edital, junto aos Fornecedores.

Em razão dos repasses serem insuficiente para liquidação de todas as notas fiscais tal situação provocou grandes transtornos junto a essa Administração, em vista das constantes reclamações (muitas vezes acaloradas), referentes aos atrasos de pagamentos além do pagamento de multas.

Quadro 26 ó Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2013	1.077.509,25	3.400,00	1.074.109,25	-
2014	1.187.184,60	148.893,54	1.038.291,06	-
2015	18.573.718,57	11.148.293,47	2.406.200,97	5.019.224,13
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2016
2013	235.098,52	221.848,00	-	13.250,52
2014	2.634.601,17	2.634.015,57	-	585,60
2015	2.493.614,12	2.492.704,12	400,00	510,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Durante o exercício de 2016 a irregularidade dos repasses financeiros inviabilizou o cumprimento na totalidade das obrigações assumidas com os Fornecedores dentro do exercício passado.

3.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Em 2016 foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada nº 01/2016 para contratação, visando o atendimento das demandas de Capacitação para os servidores do Cefet/RJ, ministrado pela CENTRESAF/RJ (UASG/Gestão: 170115/00001).

O **Quadro 27** contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores se referem à sua totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 27 ó Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	CENTRO FED.DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA					
UG/GESTÃO:	153010/15244					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação.	1	0	1	11.593,18	0	41.660

Fonte: SIAFI

3.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 28 ó Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: CEFET/RJ		Código UO: 26256		UGO: 153010	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2016	2015	2016	2015	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	28.834.499,20	14.900.995,39	12.850.014,53	12.791.023,04	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	1.629.154,48	781.755,01	165.022,51	516.131,01	
c) Concorrência	2.926.840,71	1.286.401,64	0,00	1.222.980,55	
d) Pregão	24.278.504,01	12.832.838,74	12.684.992,02	11.051.911,48	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	6.704.390,89	4.920.339,32	4.898.360,81	4.571.192,7	
h) Dispensa	1.260.960,51	1.071.395,17	901.572,72	1.026.414,01	
i) Inexigibilidade	5.443.430,38	3.848.944,15	3.996.788,09	3.544.778,69	
3. Regime de Execução Especial	771,38	2.552,94	771,38	2.552,94	
j) Suprimento de Fundos	771,38	2.552,94	771,38	2.552,94	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	302.360.530,35	242.855.827,85	302.360.530,35	242.855.732,70	
k) Pagamento em Folha	301.903.868,73	242.401.724,57	301.903.868,73	242.401.724,57	
l) Diárias	456.661,62	454.103,28	456.661,62	454.008,13	
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)	337.900.191,82	302.238.290	337.900.191,82	299.744.676	

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Gerencial

Conforme amplamente divulgado na mídia, houve durante o exercício de 2016 uma grande instabilidade política e econômica afetando a liberação regular dos limites orçamentários, aumentando a incerteza se realmente o Cefet/RJ receberia na sua totalidade os recursos orçamentários previstos na LOA 2016.

Até agosto de 2016 haviam sido liberados somente 80% dos recursos para despesas de custeio e 40% dos recursos previstos para investimento. Mas somente em outubro de 2016 houve a confirmação do repasse de 100% dos repasses dos recursos de custeio, no entanto os recursos para investimento foram limitados a 50% do montante previsto na LOA 2016. Em razão disso, as licitações para aquisição de bens e serviços ficaram em sua grande maioria concentradas no segundo semestre de 2016 havendo considerável aumento em restos a pagar não processados para equipamentos e material permanente em relação ao exercício de 2015.

Quadro 29 ó Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: CEFET/RJ		Código UO: 26256		UGO: 153010	
DESPESAS CORRENTES					
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores Pagos	

1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	167.431.533,59	150.086.889,38	167.431.533,59	150.086.889,38	-	-	167.431.533,59	150.086.889,38
Aposent. rpps, reser. remuner. e refor. militar	69.003.400,34	63.871.246,48	69.003.400,34	63.871.246,48	-	-	69.003.400,34	63.871.246,48
Obrigações patronais	35.854.696,70	29.192.183,04	35.854.696,70	29.192.183,04	-	-	35.854.696,70	29.192.183,04
Demais elementos do grupo	29.614.238,10	17.685.649,99	29.614.238,10	17.685.649,99	-	-	29.614.238,10	17.685.649,99
2. Outras Despesas Correntes								
Locação de mão-de-obra	13.505.537,20	11.958.337,1	10.741.661,40	9.583.399,25	2.763.875,80	2.374.937,85	10.651.511,15	9.140.409,62
Auxílio financeiro a estudantes	11.679.278,93	10.962.224,11	8.987.540,01	9.305.543,39	2.691.738,92	1.656.680,72	8.987.540,01	9.271.543,39
Outros serviços de terceiros pj	8.311.420,17	10.806.263,39	5.424.292,76	5.845.281,45	2.887.127,41	4.960.981,94	5.359.301,01	5.261.732,18
Auxílio Alimentação	8.152.729,04	6.226.391,91	8.152.729,04	6.226.391,91	-	-	8.152.729,04	6.226.391,91
Demais elementos do grupo	10.889.371,39	9.401.759,50	9.201.053,68	8.089.217,97	1.694.717,71	1.312.541,53	9.070.719,11	7.527.573,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
3. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e Instalações	5.216.769,68	7.555.427,17	7.080,00	1.582.630,47	5.209.689,68	5.972.796,70	7.080,00	1.382.395,38
Equipamentos e material permanente	4.953.859,20	2.725.894,85	171.187,46	704.549,71	4.782.671,74	2.021.345,14	167.849,83	83.324
Outros Serviços de Terceiros pj	218.944,96	339.741,88	76.978,80	65.307,19	141.966,16	274.434,69	34.075,00	15.337,02
Demais elementos do grupo	137.850,00	-	-	-	-	-	137.850,00	-

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Gerencial.

3.3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

3.3.7.1. Concessão de Suprimento de Fundos

O quadro a seguir visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal ó CPGF, bem como a quantidade de supridos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

Quadro 30 ó Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2016	152166	UNED Valença	-	-	1	2.000	2.000
2015	152166	UNED Valença	-	-	1	2.000	2.000
	152165	UNED Angra	-	-	-	2.000	2.000

Fonte: SIAFI/DECOF

3.3.7.2. Utilização de Suprimento de Fundos

O **Quadro 31** visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal ó CPGF, bem como a quantidade de vezes que o suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de 2016 e no exercício de 2015.

Quadro 31 ó Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	152166	UNED Valença	-	-	-	-	771,38	771,38
2015	152166	UNED Valença	-	-	-	-	1.971,54	1.971,54
	152165	UNED Angra	-	-	-	-	581,40	581,40

Fonte: SIAFI / DECOF

3.3.7.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O quadro a seguir visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de 2015.

Quadro 32 ó Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
152166	UNED Valença	33.90.30	07	771,38

Em 2016 o *campus* de Valença solicitou concessão dos recursos, disponibilizados para despesas de pequenos vultos, na categoria de despesa de consumo e no valor mensal de R\$2.000,00, tendo o demonstrativo dessas despesas consolidados na Prestação de Contas com o acompanhamento do DECOF e da Auditoria Interna. A princípio tal tipo de despesa (alimentos) não poderia ser utilizado com tal suprimento de fundos, no entanto, a finalidade deste suprimento é para ser utilizado como insumo e material de laboratório de ensino, pois há um curso nesta unidade com este fim. Após entendimentos entre os responsáveis foi considerado aceitável tal aplicação de gasto.

3.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional é representado pelas ações realizadas pelas diretorias sistêmicas e pela Assessoria de Convênios e Relações Internacionais que norteiam as principais ações no Cefet/RJ.

3.4.1. Direção Geral - Assessoria de Convênios e Relações Internacionais

3.4.1.1. Convênios Internacionais

Quadro 33 ó Relação de Instituições de Ensino Superior em convênios com Cefet/RJ

IES	PAÍS	ASSINATURA
MUAS ó Munich University of Applied Sciences	Alemanha	1988
SMU ó Saint Martin´s University	EUA	2012
CCSF ó City College of San Francisco	EUA	2016
University of Wisconsin- Stout	EUA	2015
Alamo Colleges	EUA	2010
UNT ó University of North Texas	EUA	2010
FEUP ó Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Portugal	2009
IPB ó Instituto Politécnico de Bragança	Portugal	2011
IPP ó Instituto Politécnico do Porto	Portugal	2013
IPC ó Instituto Politécnico de Coimbra	Portugal	2011
IPVC ó Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Portugal	2011
IPT ó Instituto Politécnico de Tomar	Portugal	2013
IPSantarém ó Instituto Politécnico de Santarém	Portugal	2011
IPPortoAlegre ó Instituto Politécnico de Porto Alegre	Portugal	2016
Universidade de Lisboa	Portugal	2013
Université de La Rochelle	França	2015
UTC ó Université de Technologie de Copiégné	França	1994
Universidad de Jaén	Espanha	2011
Universidad de Valladolid	Espanha	2016
Università de Pisa	Itália	2015
Memorial University	Canadá	2015
College Laflèche	Canadá	2012
Centennial College	Canadá	2010
Confederation College	Canadá	2010
MacEwan University	Canadá	2010
Cegèp Trois-Rivières	Canadá	2011
Limerick Institute of Technology	Irlanda	2015
UTE ó Universidad Tecnológica Equinoccial de Ecuador	Equador	2015
Universidad Nacional del Nordeste	Argentina	2007
Yangzhou University	China	2015

Além disso, a Ascri por meio da REARI-RJ (Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro) realizou outros acordos com instituições internacionais em acordos conjuntos.

Quadro 34 ó Acordos assinados em rede

ACORDOS ASSINADOS EM REDE		
REARI-RJ ó Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	AWISA - Association of Washington International Student Affairs (EUA)	2014
	BCCIE ó British Columbia Council for International Education (Canadá)	2015
	UTRECHT Network (Europa)	2016

3.4.1.2. Participações em eventos representando o Cefet/RJ

A Ascri também organiza as participações institucionais do Cefet/RJ conjuntas com a Direção Geral para divulgação de suas atividades voltadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito nacional e internacional:

- FAUBAI - Brazilian Association for International Education ó Ceará, Brasil (abril/16)
- Encontro CGRIFES (Conselho de Gestores de Relações Internacionais das IFES) (abril/16)
- EAIE ó European Association for International Education ó Liverpool, Inglaterra (setembro/16)
- Seminário òBrasil como estudantes internacionaisö & Salão *Étudier au Brésil* ó feira para estudantes e pesquisadores franceses ó Paris, França (setembro/16)
- II CIEEMAT ó Congresso Ibero-americano de Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia ó CEFET Angra dos Reis (novembro/16)
- Participação virtual na IUNC Latin America 2016 (*2nd Annual International Universities Networking Conference*) (novembro/16).

3.4.1.3. Estudantes Cefet/RJ em programas de intercâmbio no exterior em 2016

Quadro 35 ó Relação de estudantes do Cefet/RJ em programas de intercâmbio no exterior em 2016.

ESTUDANTE	PAÍS	CURSO	FINANCIAMENTO
Guilherme Ferreira Valentim	EUA	Eng. Mecânica	SMU & PAE
Renata Bicalho Azeredo da Silva	França	LEANI	PAE (Auxílio Exterior)
Julia Cruz Sodré	França	LEANI	PAE (Auxílio Exterior)
Rafael de Faria Ferreira	França	LEANI	PAE (Auxílio Exterior)
Maria Fernanda Tavares Lutterbach	Alemanha	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Gabriel Costa Procópio	Alemanha	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Camila Saraiva Mangueira	Espanha	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Rodrigo Tavares Frapolli Chaves	Espanha	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
João Octavio Kormann Maciel	Espanha	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Luana Carolina Alves da Costa	Espanha	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)

Maria Tereza Salgueiro Ramalho Mendes	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Amanda de Souza Crespo Lopes	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Isabela de oliveira Fonseca Sally	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Karina Fernandes Brum	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Joanna Silva Pimentel	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Natália Campanha Silva Madureira	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Vanessa Guedes Paura	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Luiz Eduardo de Andrade Mello	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Diogo Prata Macedo Achá	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Rafael da Costa Jahara	Portugal	Eng. de Produção	PAE (Auxílio Exterior)
Hannah Alves Furtado de Mendonça	Portugal	Eng. Eletrônica	PAE (Auxílio Exterior)
Felipe Augusto Corrêa Pegado	Portugal	Eng. Eletrônica	PAE (Auxílio Exterior)
Alexandre Rodrigues Pelagaggi Nunes	Portugal	Eng. Eletrônica	PAE (Auxílio Exterior)
Lígia Rocha dos Santos	Portugal	Eng. Mecânica	PAE (Auxílio Exterior)
Thalyta Martins de Avelar Nunes	Portugal	Eng. Mecânica	PAE (Auxílio Exterior)
Filipe Alves de Oliveira	Portugal	Eng. Mecânica	PAE (Auxílio Exterior)
Filipe de Almeida da Silva Soares	Portugal	Eng. Mecânica	PAE (Auxílio Exterior)
Glauco T. Vallicelli Nóbrega	Portugal	Eng. Mecânica	PAE (Auxílio Exterior)
Yasmin Aparecida de O. Chaves	Portugal	Eng. Mecânica	PAE (Auxílio Exterior)
Alexandre Bettoni de Castilho	Portugal	Eng. Civil	PAE (Auxílio Exterior)
Jéssica Costa Marotti	Portugal	Eng. Civil	PAE (Auxílio Exterior)
Leonardo Proença Gomide Vezza	Portugal	Eng. Civil	PAE (Auxílio Exterior)
Lucas Peres Almeida	Portugal	Eng. Controle Aut.	PAE (Auxílio Exterior)
Renan Medeiros Bastos dos Reis	Portugal	Eng. Controle Aut.	PAE (Auxílio Exterior)
Gabriella Rodrigues Medeiros	Portugal	Eng. Controle Aut.	PAE (Auxílio Exterior)
Vinícius Gomes Pereira Siston	Portugal	Eng. Controle Aut.	PAE (Auxílio Exterior)
Maira Moreira dos Santos	Portugal	Eng. Telecom.	PAE (Auxílio Exterior)
Caio Santos Lagedo	Portugal	Eng. Elétrica	PAE (Auxílio Exterior)
Victor Fernandes Dutra Couto	Portugal	Gestão Ambiental	PAE (Auxílio Exterior)
Roger Thiago de Lima	Portugal	Sistemas Internet	PAE (Auxílio Exterior)
Emanuel Sandro de Brito	Portugal	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
João Pedro Rodrigues de Salles Cunha	Portugal	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Helena Bettoni de Castilho	Portugal	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Mariana de Oliveira Peres	Portugal	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Amanda Luiza de Almeida Fernandes	Portugal	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Tatiana de Moura Gazale	Portugal	Administração	PAE (Auxílio Exterior)
Juliana Fernandes Farias	Portugal	Gestão Ambiental	PAE (Auxílio Exterior)
Isabela Yasmin das Chagas Rodrigues	Portugal	Gestão Ambiental	PAE (Auxílio Exterior)
Nathalia Souza Cabral	Portugal	Gestão de Turismo	PAE (Auxílio Exterior)
Bruno Roberto de Moraes	Portugal	Gestão de Turismo	PAE (Auxílio Exterior)
Aneth Satie Esaki	Portugal	Gestão de Turismo	PAE (Auxílio Exterior)
Ana Carolina de Oliveira Caribé	Portugal	Gestão de Turismo	PAE (Auxílio Exterior)
Anna Carolina dos Santos Predes	Portugal	Gestão de Turismo	PAE (Auxílio Exterior)
Márcia da Silva	Portugal	Gestão de Turismo	PAE (Auxílio Exterior)

3.4.1.4.Recebimento de estudantes de intercâmbio no Cefet/RJ

Quadro 36 ó Relação de alunos recebidos em intercâmbio no Cefet/RJ

ESTUDANTE	PAÍS DE ORIGEM	CURSO
Corsi Mawuli Atiglo	Gana	Eng. Eletrônica
Godfred Kumi Tenkorang	Gana	Eng. Telecom.
Nicolle Mariel López Bonilla	Honduras	Eng. de Telecom.
Ruben Nicolas Fernandez Cañiza	Paraguai	Administração
François de Sales Kouamé NøGoran	Costa do Marfim	Eng. de Telecom.
Pascal Niklas Esterl	Alemanha	Eng. Mecânica
Sandro Cyrus Khabiri	Alemanha	Eng. Mecânica
Martin Kupka	Alemanha	Eng. Mecânica
Francisco Ribeiro de Oliveira e Silva	Portugal	Eng. Mecânica
Yagiz Dilmen	Alemanha	Administração
Beatrice Verga	Itália	Administração
Ruben Nicolas Fernandez Caniza	Paraguai	Administração
Corsi Mawuli Atiglo	Gana	Administração
Ricardo Alberto Garcia Arreaga	Guatemala	Administração
Baptiste Jean Claude Barbé	França	LEANI
Rodrigo García Hernandez	México	Ciência da Computação
Oscar Adrian Silva López	México	Eng. Contr e Automação
José Luís Loera Ramos	México	Eng. Contr e Automação
Héctor John Ibarra Calderón	México	Eng. Contr e Automação
Jesús Alonso Quijada Ortíz	México	Eng. Contr e Automação
Godfred Kumi Tenkorang	Gana	Eng. Contr e Automação
Nicolle Martel Lopez Bonikka	Honduras	Eng. Contr e Automação
Luís Pedro Teixeira Barreto	Portugal	Engenharia Elétrica

3.4.1.5.Atuação da ASCRI na organização de eventos voltadas à internacionalização

- Palestra do Dr. Sebastián Bruque-Cámara, Vice-presidente do escritório de internacionalização da Universidade de Jaén sobre programas de bolsas ó 27/02/16

- Palestra do Professor Coordenador do Mestrado e Doutorado em Turismo do IPVC, Prof. Carlos Fernandes ó 16/05/16

- Palestra sobre oportunidades de estudos na França com João Rampini, do Campus France ó 18/05/16

- *Study in Europe*: apresentação de agências de fomento europeias (Campus France & Alliance Française, DAAD, NUFFIC NESO BRASIL, UA Ruhr, *World City Links*) ó 02/06

- Reuniões de dirigentes do Cefet/RJ, membros da REARI-RJ e participantes do programa SETEC-CAPES/NOVA com o Diretor da Escola de Educação Internacional e de ESL do *City College of San Francisco*, Vinicio Lopez ó 06/07/16

- *Study in Europe*: apresentação de agências de fomento europeias (Campus France & Alliance Française, DAAD), Santander Universia e Vice-presidente do Instituto Politécnico de Santarém, representando Portugal ó 28/11/06

3.4.2. *Diretoria de Administração e Planejamento*

As ações relacionadas à Diretoria de Administração e Planejamento estão apresentadas nas diversas seções deste Relatório de Gestão.

3.4.3. *Diretoria de Ensino*

Os principais resultados do Desempenho Operacional da DIREN estão relacionados à Avaliação de Cursos pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), representante do Ministério da Educação: (i) no campus Itaguaí do curso de Engenharia Mecânica (nota 4) e (ii) na sede Maracanã, do curso Ciência da Computação (nota 4).

A comissão organizadora da Olimpíada de Matemática do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática, conferiu certificado de mérito escolar ao Cefet/RJ. O reconhecimento se deve ao fato de alunos da instituição terem sido medalhistas na categoria Geral ó nível 3 da competição no ano de 2016.

O Cefet/RJ é a segunda melhor instituição de ensino do ranking da Olimpíada do Saber 2016. O Centro Federal também se destaca na categoria Mestres Motivadores, com o terceiro lugar obtido pelo docente Alexandre Couto, e na classificação final dos alunos, com 10 estudantes entre os 100 primeiros colocados. A solenidade de premiação foi realizada no dia 17 de setembro. A Olimpíada do Saber é um programa de responsabilidade social criado com o objetivo de motivar professores e alunos do ensino médio a melhorar seus desempenhos escolares.

Num período de restrição orçamentária, a Direção-Geral no reconhecimento pelo trabalho na área de ensino se esforçou para obter com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (Setec/MEC), os recursos necessários para a participação de sete estudantes na 22ª Competição Internacional de Ciências, Matemática, Habilidades Mentais e Eletrônica, na Índia. O valor total liberado pelo órgão é de R\$ 71.155, para custear despesas de passagens aéreas, diárias do professor acompanhante, locomoção local para o evento e auxílio financeiro aos estudantes. A 22ª Competição Internacional de Ciências, Matemática, Habilidades Mentais e Eletrônica (22nd International Competition for Science, Mathematics, Mental Ability and Electronics, conhecida como QUANTA) ocorre na Índia entre os dias 17 e 20 de novembro.

3.4.4. *Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação*

A Pós-Graduação conta atualmente com 8 programas de pós-graduação *stricto sensu*, com 11 cursos de mestrado e doutorado, e 9 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Indicadores relativos aos últimos anos mostram que a pós-graduação na Instituição está em franco crescimento, observando-se o envolvimento de um número cada vez maior de docentes.

O número de matrículas da pós-graduação *stricto sensu* teve um crescimento, em relação a 2015, de 338 para 410 matrículas. A pós-graduação *lato sensu* conta com 180 alunos na

modalidade de ensino à distância (UAB) e 126 na modalidade presencial, de acordo com dados levantados para 2016.

A Instituição teve dois cursos de doutorado aprovados pela CAPES em 2016: o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) e o curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Materiais (PPEMM). Também foi aprovada pela CAPES a criação do programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC) que tem início com um curso de mestrado acadêmico. Todos estes 3 novos cursos iniciaram as atividades em 2016. Atualmente, a Instituição possui 4 cursos de doutorado (todos com conceito 4), 6 cursos de mestrado acadêmico (quatro cursos com conceito 3 e dois cursos com conceito 4) e 1 curso de mestrado profissional (com conceito 3).

Cabe ressaltar que dos 8 programas em funcionamento, os 4 programas que possuem apenas cursos de mestrado (Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica - PPEEL, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais - PPRER, do Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino ó PPFEN e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação - PPCIC) são recentes e possuem conceito 3, usual para cursos novos. Os oito programas em funcionamento em 2016 contam com um total de 86 bolsas (70 da CAPES e 16 do orçamento do Cefet/RJ).

Apesar de todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* serem oferecidos no *campus* Maracanã, estão sendo implantadas ações para fomentar a expansão desta modalidade de curso nos *campi*, com o objetivo de permitir a interiorização e suprir o atendimento a demandas locais. Em 2016 foi dado início à elaboração de duas propostas de cursos novos dos *campi* de Nova Iguaçu e Angra dos Reis, as quais devem ser submetidas à CAPES em 2017, após aprovação nos conselhos internos competentes.

Além disso, em 2016 quatro novos cursos de pós-graduação *lato sensu* iniciaram as suas atividades, sendo 2 no *campus* sede e 2 no *campus* Nova Friburgo. Cinco dos 8 cursos *lato sensu* na modalidade presencial são oferecidos fora do *campus* Maracanã, o que mostra um processo de interiorização da pós-graduação. Ainda para o 1º trimestre 2017 se inicia novo curso no *campus* de N. Iguaçu, e no 2º trimestre mais 1 novo curso no *campus* sede. Além de atenderem demandas locais específicas, historicamente esta modalidade de curso tem auxiliado na nucleação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na Instituição, como o PPRER e o PPFEN.

No exercício de 2016, o Cefet/RJ concedeu 16 bolsas associadas às atividades de pós-graduação e 127 associadas às atividades de pesquisa. A divisão entre os programas específicos é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 1: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG

Modalidade de concessão	Matriculados	Concluintes
Mestrado Convênio CAPES	73	20
Mestrado Bolsa CEFET	20	06
Mestrado BolsaCNPq	02	00
Doutorado Convênio CAPES	19	00
Doutorado Bolsa CEFET	02	00
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CEFET)	77	73
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CNPq)	30	33
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CEFET)	50	8
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CNPq)	02	20
Total	275	160

A ampliação do número de grupos de pesquisa de 22 para 40, durante o período de 2010 a 2016, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvidos diretamente com atividades de pesquisa. Atualmente o Cefet/RJ possui 11 Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 bolsista nível 1D e 10 bolsistas nível 2).

Os Programas Institucionais de Bolsas Iniciação Científicas (PIBIC) nas modalidades para a graduação e para o nível médio/técnico são programas vitais para a institucionalização da pesquisa na Instituição, pois permitem integrar alunos de graduação e do médio/técnico às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores do Cefet/RJ. Assim, em 2016, o PIBIC conta com um total de 187 bolsas: 60 do CNPq e 127 do Cefet/RJ.

Pode também ser observado (Tabela) que os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* vêm aumentando sistematicamente o número de alunos matriculados. Os dados mostram um aumento de aproximadamente 21% no número de alunos matriculados em relação a 2015, e um aumento de aproximadamente 170% em relação a 2011.

Tabela 2: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* DIPPG

Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Matrículas ativas no ano	241	279	278	283	346	410

3.4.5. Diretoria de Extensão

Os resultados alcançados pela Diretoria de Extensão alcançam diversas iniciativas. Dentre algumas, destacaram-se:

Cinco projetos de extensão do Cefet/RJ foram premiados na X Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (X FECTI) em 2016. Os alunos envolvidos em dois deles também foram contemplados com bolsas de Iniciação Científica Jr. do CNPq. A FECTI é considerada a maior feira de ciência, tecnologia e inovação do estado do Rio de Janeiro. A edição deste ano reuniu cerca de 170 trabalhos, desenvolvidos em escolas dos ensinos fundamental, médio e técnico. O evento ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro e, pela primeira vez, foi sediado pelo Cefet/RJ.

O professor André Alexandre Guimarães Couto, chefe do Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários da Diretoria de Extensão, foi eleito como novo vice-coordenador integrante da nova equipe gestora da Coordenação Regional Sudeste do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Quadro 37 ó Público participante das atividades extensionistas em 2016

Ações	Público (2016)
Cursos	1767
Oficinas	66
Eventos de Extensão	25435
Produção e Publicação	1
Programa Bolsas de Extensão	140
Projetos de Extensão	57576

Programa de Educação Tecnológica	886
Programa de Assistência Estudantil	2213
Alunos cadastrados na CAE	228

Fonte: CAE/ DEAC/DIREX

Quadro 38 ó Variação atividades estágio 2015/2016

Serviços	2015	2016	variação
Ofertas para Estágio	951	1180	24%
Termos de Compromisso	1519	1727	14%
Termos Aditivos	898	914	2%
Empresas conveniadas	2297	2569	12%
Declaração Expedida Lei 11.788 (estágio)	263	337	28%

Fonte: DIEMP/DIREX (2017)

Quadro 39 ó Principais atividades da Diretoria de Extensão

Eventos	Maracanã	Angra	Itaguaí	M.Graça	N. Friburgo	N. Iguaçu	Petrópolis	Valença	Multicampi
Minicurso	8	20	15	4	2	10	3	6	68
Projetos Exposup/Expotec	126	18	26	32	34	52	33	27	348
Seminário	4	1	1	1	3	2	5	1	18
Palestra	36	8	11	10	18	18	5	8	114
Oficina	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Mesa redonda	11	-	1	-	7	1	3	-	23
Evento artístico cultural	6	-	4	5	-	-	10	2	27
Pôster	17	18	43	17	7	16	14	8	140
Outras Atividades	9	2	3	12	32	6	18	1	83

Quadro 40 ó Gestão de Convênios ativos de Extensão

PARCEIROS Cefet/RJ	PROGRAMAS/ PROJETOS	PLANO DE AÇÃO
Escolas Estaduais e Municipais	<i>Projeto Bem-vindo ao Cefet/RJ</i>	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do Cefet/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio.
Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes ó Núcleo Tijuca	<i>Pré-vestibular para Negros e Carentes</i>	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.
Universia Brasil S.A	<i>Cooperação Técnica</i>	Traçar as diretrizes e definir os termos e condições que regularão o acesso pela IES ao Portal Universia e o compartilhamento de informações na área de educação
Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro	<i>Convênio</i>	Constituir fórum interuniversitário de cultura do Rio de Janeiro (FIC/RJ)
Fundação Itaú Social	<i>Termo de Cooperação Técnica</i>	Realizar curso de avaliação de políticas públicas e/ou projetos sociais

Instituições Federais de Ensino integrantes do Fórum de Pró-reitores de Extensão Universitária ó FORPROEX ó Regional Sudeste	<i>Projeto Corredor Cultural</i>	Criar um circuito universitário de cultura composto pelas Instituições integrantes do projeto
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Direx (2017)

Quanto às incubadoras de empresas (IETEC/ITESS) foi atendido um público de mais de 4.800 pessoas em 2016, um número 84% superior em relação ao ano de 2015.

Quadro 41 ó Gestão de convênios com incubadoras

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
FAPERJ e Cefet/RJ	E_37/2014 - Apoio a incubadoras de empresas de base tecnológica no Estado do Rio de Janeiro	Fortalecer a infraestrutura tecnológica e da rede de parcerias da IETEC-Cefet/RJ para melhorias do desenvolvimento de empreendimentos inovadores. Em andamento desde 2016 quando foi assinado o convênio.
REDETEC, FINEP e Cefet/RJ	Edital MCTI/FINEP ó PNI ó Incubadoras ó 12/2010 ó Conv. Referência 1848/2010 ó Projeto REDERJ - Aprovado ó em parceria com a Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro ó REDETEC, envolvendo 13 incubadoras do Rio de Janeiro	Implantar metodologias de prospecção que melhorem o fluxo de empresas candidatas com propostas de negócios de alto valor agregado = prospecção de projetos promissores (etapa cumprida satisfatoriamente); - Criar e/ou fortalecer capacitações nas empresas visando torná-las mais competitivas; - Implantar a metodologia CERNE.

3.4.6. Diretoria de Gestão Estratégica

O principal resultado da Diretoria de Gestão Estratégica no ano de 2016 foi a aprovação tardia de seu Plano de Desenvolvimento Institucional em 23/09/2016 pelo Conselho Diretor. Neste mesmo mês houve a transição de gestão nesta diretoria a qual iniciou um trabalho de adaptação e reconhecimento das principais demandas institucionais. A principal destas já iniciadas neste exercício, foi o início das atividades de Mapeamento de Processos Institucionais com o objetivo de organizar principais fatores da Gestão de Riscos institucional.

3.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.5.1. Indicadores de Desempenho Institucional

Os indicadores de desempenho institucional são vinculados aos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional. Como não houve registro de tais indicadores no PDI 2015-2019, foi iniciado um trabalho de estabelecimento de metas e métricas pela atual gestão da Diretoria de Gestão Estratégica colaborativamente com as diretorias sistêmicas e diretores de *campus*.

A medida que forem elaborados, cada área responsável deverá registrar os parâmetros observados no ano de 2016. O prazo para encerramento desta atividade é agosto de 2017. Portanto, pretende-se apresentar os resultados da base 2016 e 2017 no Relatório de Gestão do próximo exercício.

3.5.2. Análise Consolidada dos resultados dos Indicadores de Desempenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica determinados no Acórdão 2.267/2005-TCU

O presente item tem por objetivo demonstrar os resultados dos indicadores de desempenho estabelecidos em acórdão do Tribunal de Contas da União para Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ó RFEPT.

Quadro 42 ó Resultados dos Indicadores ó Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos¹⁵	Relação Candidato/Vaga	Inscrição/Vagas	9,75	11,11	12,12	11,15	68,07
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos/Matriculados	21,85	16,50	16,29	19,72	21,6
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes/Matriculados	3,17	12,45	10,22	6,81	11,8
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Concluintes/Ingressos	28,59	33,12	59,02	60,23	61,8
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retido/Matriculado	45,75	58,33	55,84	48,57	44,2
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Matriculados/Docente em Tempo Integral	22,67	29,96	31,02	34,74	28,82
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	OCC/Matriculados	R\$15.458,22	R\$10.536	R\$9.086	R\$10.821	R\$6.492
	Percentual de Gastos com Pessoal	Gastos com Pessoal/Gasto Total	83,53	81,11	80,27	81,40	83,93
	Percentual de Gastos com outros Custeios	OCC (excluídos os benefícios)/Gasto Total	12,22	10,21	11,36	10,04	8,58
	Percentual de Gastos com Investimentos	Investimento/Gasto Total	2,37	5,22	5,09	4,85	3,80
Sócio econômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Número de alunos com renda per capita de até um SM	2223	2172	1890	924	408
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Média ponderada da Titulação Docente	4,09	4,04	3,91	3,91	3,84

¹⁵ Diferenças observadas nos valores entre o ano anterior (2015) e o exercício analisado (2016) entre o SIE e o SISTEC quanto ao "concluinte". Este problema já foi identificado e corrigido a partir da introdução dos cursos integrados. Com o fim da concomitância, a tendência é que o efeito negativo da diferença de métrica vá diminuindo ao longo do tempo. Para sanar o problema em definitivo, será necessário realizar um estudo mais aprofundado e alinhar procedimentos do DERAC com as métricas do SISTEC medir. (ii) Dificuldade de obter estágio devido à crise econômica; ao interesse das empresas que os estudantes estagiem 6h; e à distância entre o local de estágio e a escola, forçando o estudante a optar por só estagiar depois de integralizar todas as disciplinas do curso. Enquanto o estudante não integraliza as disciplinas e não conclui o estágio, ele não é considerado "concluinte".

As informações contidas no Quadro 25, que trata dos resultados dos indicadores do Cefet/RJ, foram prestadas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão ó DDR/SETEC/MEC, em 07/02/2017.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Princípio da Eficiência passou a integrar o rol dos princípios da administração pública brasileira, em todas suas esferas e poderes. Assim, não é mais pressuposto de uma boa administração pública apenas cumprir às leis e regulamentos. Deve o gestor governamental atingir os objetivos que dele se esperam, e fazê-lo buscando qualidade adequada dos bens e serviços ofertados, a partir dos montantes dos recursos disponíveis, ao menor custo possível.

No Brasil, ainda não havia aplicação de uma abordagem de gestão de riscos e controles internos de forma estruturada, sistemática e disciplinada na Administração Pública. A IN nº 01/2016 veio suprir essa lacuna. A norma define que os órgãos e entidades do Poder Executivo federal terão um prazo de no máximo 12 (doze meses), contados da publicação da IN, ou seja, até maio de 2017, para instituir uma política de gestão de riscos.

Outra novidade importante trazida pela IN refere-se obrigatoriedade, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, de instituir Comitê de Governança, Riscos e Controles. Esse comitê será composto pelo dirigente máximo e pelos dirigentes das unidades a eles diretamente subordinados, ou seja, pela alta administração da entidade. Deverá ainda ser apoiado pela auditoria interna, nas entidades da Administração Indireta. Esse comitê será responsável por aprovar a política de gestão de riscos da organização; institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; etc. Nesta seção, serão apresentados os principais agentes de mudança institucional com o foco na Governança, Riscos e Controles.

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança institucional do Cefet/RJ está fundamentada nos conselhos que tem a missão de prezar pela transparência nos atos de gestão dos dirigentes e pela deliberação de ações institucionais, conforme a sua instância e abrangência de atuação. De forma complementar há a colaboração de Comitês e Comissões composta por servidores especialistas.

A Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) vinculada ao Conselho Diretor, reporta as suas recomendações a fim de auxiliar o dirigente máximo e sua equipe a manter suas atividades conforme orientações legais para prestação de contas, num regime de melhoria contínua da qualidade dos controles internos e mitigação dos riscos.

A Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) é a autoridade responsável pela LAI (Lei de Acesso à Informação) institucionalmente e trabalha concomitante com o Departamento de Assuntos Disciplinares (DEADI) responsável pela área de Ouvidoria, a fim de atenderem aos questionamentos, dúvidas e reivindicações da sociedade.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é composto pelo dirigente máximo e todos os seus diretores sistêmicos (alta administração institucional). Por meio de delegação do diretor geral, a Diretoria de Gestão Estratégica ficou responsável pelo acompanhamento e implantação da estratégia institucional de Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos. A seguir, apresenta-se o organograma estrutural da governança no Cefet/RJ:



Figura 7 ó Estrutura da Governança no Cefet/RJ

Conselhos

CODIR ó Conselho Diretor

CEPE ó Conselho de

COPEP

CONEN

CONEX

CONDEP

CONDMET

CONPUS -

Uma vez que o Cefet/RJ é uma autarquia de direito especial com a finalidade de atender à sociedade na área de ensino, pesquisa e extensão não há quaisquer formas de remuneração dos membros de seus colegiados. Os cargos de alta gestão institucional são atribuídos cargos de direção (CD2 ó diretor geral; CD3 ó vice-diretor e diretorias sistêmicas; CD4- chefes de departamento, assessorias da Direção Geral e auditor-chefe).

Não há estrutura de governança externa que se aplique ao modelo institucional (auditoria externa, independente etc) e à sua natureza.

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

4.2.1 Regulação da atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) foi criada através da Portaria DIREG nº. 07, de 15/01/2001¹⁶, em cumprimento ao Decreto Presidencial nº 3.591, de 06/09/2000¹⁷. De acordo com seu art. 15, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta ó que estejam vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ó devem sujeitar-se à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU) e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.

Em conformidade com o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) ó aprovado pela Portaria MEC nº 3.796, de 01/11/2005¹⁸ ó a UAUDI se encontra vinculada ao Conselho Diretor (CODIR)¹⁹. É o órgão responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do Cefet/RJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU), respeitando a legislação aplicável. A UAUDI também disponibiliza em meio eletrônico todas as suas normas e demais documentos através de seu portal, a saber: Manual de Auditoria Interna²⁰; Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna²¹; Relatórios de Auditoria, pareceres, dentre outros.

4.2.2 Estrutura da UAUDI

No que tange à gestão da Unidade de Auditoria Interna, foi nomeada a servidora Luciana Sales Marques Bissol²² ó através da portaria nº 1.491, de 06/10/2015 ó para o cargo de Auditora-Chefe da UAUDI (CD04 - cargo de direção). A escolha do titular da Unidade foi realizada com base na Portaria CGU nº 915/2014. O referido normativo define que:

- a) a indicação para titular da unidade de auditoria interna deve ser submetida à CGU pelo dirigente máximo da entidade, após aprovada pelo conselho de administração ou órgão equivalente;
- b) a indicação deverá ser acompanhada da Declaração preenchida e assinada conforme o modelo constante do anexo à Portaria e de curriculum vitae ;
- c) compete à Secretaria Federal de Controle Interno a análise das informações requeridas;
- d) a aprovação da indicação pela CGU constitui condição necessária para o início do exercício das atividades do titular de auditoria interna, nos termos do Decreto nº 3.591/2000;
- e) a manifestação da CGU sobre as indicações para nomeação ou designação, bem como para exoneração ou dispensa dar-se-á pela emissão de Parecer aprovado pelo Secretário Federal de Controle Interno e submetido ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União; e

¹⁶ Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/historico-auditoria>.

¹⁷ Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/historico-auditoria>.

¹⁸ Disponível em: http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2388/novo_estatuto.pdf.

¹⁹ A atual estrutura organizacional do Cefet/RJ encontra-se disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/estrutura-organizacional>.

²⁰ Para consulta do Manual UAUDI acessar: <http://www.cefet-rj.br/index.php/manual-de-auditoria-interna>

²¹ Para consulta do Plano Anual de Atividades UAUDI acessar: <http://www.cefet-rj.br/index.php/plano-anual-de-atividades-de-auditoria-interna>.

²² Nomeada para o cargo de Auditor, aprovada em 1º lugar no concurso regido pelo Edital nº 011/2014, destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal Técnico Administrativo em Educação do Cefet/RJ, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

- f) caberá à entidade interessada a publicação no Diário Oficial da União da nomeação, designação, exoneração ou dispensa dos titulares das unidades de auditoria interna, após a aprovação da CGU, fazendo constar no ato a expressão ãos termos do § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

No tocante às adequações efetuadas na estrutura organizacional da UAUDI, foi nomeada a servidora Érica Gomes Rocha da Silva, por meio da Portaria nº 737, de 24/06/2016, tendo iniciado seu exercício em 19/07/2016. Já a servidora Elizabeth Gonçalves da Costa iniciou seu requerimento de aposentadoria, por meio do processo nº 23063.002696/2016-50, no qual solicitou averbação de tempo de serviço. Assim, em 2016 a estrutura de recursos humanos da UAUDI passou a ser composta por 05 (cinco) servidores, assim apresentada:

Quadro 43 ó Composição da UAUDI

Servidor	Cargo	Atribuições
<p>Luciana Sales Marques Bissol</p> <p>Auditora-Chefe (nomeada por meio da Portaria nº 1.491, de 06/10/2015)</p>	<p>Auditor</p>	<p>I. Desenvolver proposta do PAINT com base na metodologia de avaliação de risco desenvolvida pela Unidade e de acordo com o estabelecido na IN CGU nº 24/2015;</p> <p>II. Executar o PAINT conforme aprovado ou justificar sua eventual execução parcial em decorrência de circunstâncias ou trabalhos não previstos;</p> <p>III. Direcionar relatórios preliminares aos diretores sistêmicos responsáveis pelas ações auditadas, para análise dos achados e recomendações das auditorias realizadas;</p> <p>IV. Se for o caso, fazer esclarecimentos adicionais aos gestores, a fim de que o relatório final de auditoria possa apresentar de forma completa as informações sobre os assuntos tratados;</p> <p>V. Encaminhar sumários executivos periódicos para o CODIR com a síntese das auditorias realizadas e disponibilizar os relatórios de auditoria para consulta dos órgãos de controle e do público em geral, nos termos da IN CGU nº 24/2015;</p> <p>VI. Emitir parecer acerca do processo de prestação de contas anual e das tomadas de contas especiais, em cumprimento ao disposto no §6º do art. 15, do Decreto nº 3.591/2000 e em consonância com a IN TCU nº 63/2010;</p> <p>VII. Manter relacionamento com órgãos externos de controle;</p> <p>VIII. Acompanhar os planos de ação decorrentes das recomendações referentes aos achados de auditoria interna e por solicitação dos órgãos e controle, as quais permanecerão em aberto até sua total implementação/regularização;</p> <p>IX. Manter nível de conhecimento suficiente e adequado do corpo funcional à execução de suas atribuições, propondo treinamentos compatíveis com as atividades realizadas;</p> <p>X. Avaliar propostas de inovações tecnológicas e de alterações de rotinas para a auditoria interna e implantá-las quando julgar imprescindíveis à melhoria das atividades desenvolvidas pela Unidade;</p> <p>XI. Manter o Diretor-Geral e os diretores sistêmicos informados tempestivamente dos assuntos que ó por sua relevância e/ou materialidade ó imponham uma ação imediata por parte daquela instância administrativa;</p> <p>XII. Elaborar o plano de trabalho dos servidores da UAUDI; e</p> <p>XIII. Acompanhar o processo de prestação de contas anual do Cefet/RJ ao TCU.</p>

Erica Gomes Rocha da Silva	Contador	<ul style="list-style-type: none"> I. Assessorar o Auditor-Chefe; II. Redigir documentos oficiais; III. Executar todas as etapas do processo de auditoria que lhes forem conferidas pelo Auditor-Chefe; IV. Preencher corretamente os papéis-de trabalho; V. Efetuar todos os levantamentos necessários á auditoria; VI. Cumprir os prazos estabelecidos para cada etapa; VII. Reportar semanalmente o andamento da auditoria ao Auditor-Chefe;
Leonardo Borges Gonçalves	Auditor	<ul style="list-style-type: none"> VIII. Consultar o Auditor-Chefe acerca da pertinência das inconformidades encontradas, as quais poderão originar Solicitações de Auditoria ou recomendações à área auditada; IX. Realizar entrevistas e reuniões com os gestores, quando couber, a fim de subsidiar os trabalhos; X. Emitir Solicitações de Auditoria com a anuência do Auditor-Chefe; XI. Elaborar relatórios de auditoria, segundo padrão estabelecido na UAUDI;
Elizabeth Gonçalves da Costa	Contador	<ul style="list-style-type: none"> XII. Submeter o relatório preliminar de auditoria ao Auditor-Chefe para avaliação inicial; XIII. Organizar os papéis de trabalho e prepará-los para arquivamento; e XIV. Cumprir o plano de trabalho elaborado pelo Auditor-Chefe
Thyanne Antão Viegas	Auxiliar em Administração	<ul style="list-style-type: none"> I. Secretariar o Auditor-Chefe; II. Redigir documentos oficiais; III. Auxiliar na organização, manutenção e guarda dos arquivos, bem como dos instrumentos utilizados nas atividades de auditoria; IV. Digitar e digitalizar documentos; V. Acompanhar os auditores em reuniões e elaborar atas; VI. Realizar pesquisas nos diversos sistemas governamentais quando solicitado; VII. Executar atividades de apoio administrativo e outras atribuições afins; e IX. Cumprir o plano de trabalho elaborado pelo Auditor-Chefe.

Fonte: Elaboração própria.

Não obstante a chegada da nova servidora, a ela não foi conferido nenhum trabalho de auditoria, tendo em vista seu pouco tempo no setor. Todavia, a ela foi orientado que acompanhasse os trabalhos realizados a fim de compreender a rotina de auditoria. Cabe informar que, em 2016, não houve reposicionamento da Unidade de Auditoria Interna na estrutura da entidade.

4.2.3 Independência e objetividade da UAUDI

A independência possibilita aos auditores internos emitirem julgamentos imparciais, necessários à correta execução dos trabalhos. Por sua vez, a objetividade se trata de uma atitude mental imparcial que permite aos auditores internos realizarem suas atribuições de modo a acreditarem fortemente na integridade e na qualidade dos resultados de seu trabalho.

Um dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da UAUDI no âmbito do Cefet/RJ consiste na sua vinculação ao colegiado máximo da instituição, qual seja o Conselho Diretor, consoante estabelecido no próprio Estatuto da autarquia aprovado pela Portaria MEC nº 3.796, de 01/11/2005. Esta vinculação é reforçada no art. 4º de seu Regimento Interno.

Outro fator importante à independência e objetividade da Auditoria Interna trata-se de seu Regimento Interno. Embora o primeiro Regimento da UAUDI ó aprovado pelo CODIR em 24/04/2015 ó tenha sido imprescindível à sua atuação no ano de sua publicação, foi verificada a necessidade de ser feita uma nova revisão, sobretudo devido à nova composição do setor e às

atividades realizadas. Desta feita, em 16/12/2016, foi aprovado o novo Regimento Interno da UAUDI (RI/UAUDI)²³, através da Resolução nº 50/2016/CODIR²⁴.

O novo RI/UAUDI tem como finalidade prever normas que balizarão as atividades realizadas no âmbito da Auditoria interna e a conduta seguida pelos seus membros. Ademais, tem como objetivo definir o relacionamento da Unidade com as áreas auditadas, com a Administração e com os órgãos de controle, no sentido de promover a independência e a objetividade requeridas ao exercício adequado das atribuições.

Outrossim, vislumbra fornecer ó àqueles que executam trabalhos de auditoria ó as orientações necessárias ao desempenho e à condução das atividades, no que tange à avaliação dos processos de gestão em aspectos tais como: (i) governança; (ii) gestão de riscos; (iii) controles internos; e (iv) conformidade. A observância desses elementos permite que eventuais inconsistências, desvios e fragilidades sejam identificados tempestivamente.

O RI destaca que a missão da Unidade de Auditoria Interna é contribuir ó de forma independente ó tanto para a avaliação quanto para o aprimoramento do gerenciamento de riscos, dos controles internos, da integridade e da governança da instituição, além de agregar valor às práticas administrativas e colaborar para a melhoria da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade dos processos.

Importante salientar que ó segundo consta em seu regimento ó a UAUDI realiza atividades de assessoramento à alta administração: (i) propondo ações corretivas para as inconsistências, desvios e fragilidades identificados; (ii) nas ocasiões em que haja indícios de práticas lesivas à entidade; e (iii) emitindo relatórios e/ou pareceres, bem como aconselhando os setores da entidade, visando à melhoria contínua dos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos.

Em seu art. 17º, o RI orienta que:

Art. 17 O escopo do trabalho será determinado pelo grau de risco atribuído à atividade realizada pela área-objeto da auditoria, por meio de metodologia apropriada que se propõe a:

- I. identificar os riscos das atividades praticadas pela entidade e avaliar a capacidade dos controles internos em minimizar, evitar ou corrigir eventuais falhas ou irregularidades;
- II. verificar se os atos praticados pelos agentes públicos da instituição demonstram observância às leis, normas e políticas aplicáveis;
- III. cooperar para o aperfeiçoamento do sistema de controle interno e do processo de gestão de riscos da entidade, visando assegurar que os programas, planos e objetivos institucionais sejam realizados;
- IV. possibilitar a melhoria contínua dos controles internos da entidade; e
- V. promover a relevância da implantação da gestão de riscos junto à Alta Administração.

No que tange às autorizações, o RI/UAUDI prevê que:

Art. 15 Tanto o Auditor-Chefe quanto a equipe da UAUDI estão autorizados a:

- I. ter acesso à presidência do CODIR sempre que necessário para discutir assuntos relacionados à auditoria interna;
- II. obter assistência dos servidores lotados no setor onde a auditoria é efetuada, bem como de outros serviços especializados dentro ou fora do Cefet/RJ; e
- III. deter amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo-se livre acesso a informações, sistemas, dependências e instalações, registros, propriedades, servidores e terceiros ligados à entidade.

²³ Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/regimento-interno>.

²⁴ Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/regimento-interno>.

Adicionalmente, o Regimento Interno da UAUDI orienta que:

- Art. 25 Os servidores lotados na UAUDI têm a responsabilidade de observar:
- I. a IN SFC nº 01/2001;
 - II. o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações);
 - III. a Norma de Conduta Ética e Profissional dos Servidores do Cefet/RJ; e
 - IV. subsidiariamente, o Código de Ética instituído pelo IIA Brasil.

Mediante o exposto, é possível concluir que a elaboração do Regimento Interno constitui em ferramenta indispensável à atuação da UAUDI quando da realização de suas atividades. Não só isso, consiste em um meio a orientar o planejamento das atividades para o exercício subsequente, auxiliando na definição da metodologia a ser empregada.

O Regimento Interno da UAUDI menciona alguns elementos que caracterizam a sua independência, tais como os verificados a seguir:

Art. 1º A auditoria interna consiste em uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, organizada de maneira a aprimorar as operações de uma entidade. Auxilia na realização de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Art. 2º A missão da Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) é contribuir de forma independente e tanto para a avaliação quanto para o aprimoramento do gerenciamento de riscos, dos controles internos, da integridade e da governança da instituição, além de agregar valor às práticas administrativas e colaborar para a melhoria da gestão quanto à eficácia, eficiência e economicidade dos processos.

[...]

Art. 11 Constituem prerrogativas do Auditor-Chefe:

- I. emitir opinião sobre a adequação e a efetividade dos controles internos do Cefet/RJ;
- II. opinar acerca da gestão de riscos implantada no Cefet/RJ; [...]
- IV. alocar os recursos disponíveis para a Unidade e informar, à alta Administração, sobre a suficiência dos recursos financeiros, materiais e humanos destinados à UAUDI; [...]
- VI. ter autoridade para desempenhar suas atribuições; [...]
- VIII. deter autonomia necessária para determinar o escopo dos trabalhos e aplicar as técnicas que julgar adequadas para a consecução dos objetivos da auditoria; [...]

§ 1º A autonomia para o desenvolvimento, execução e apresentação dos trabalhos de auditoria estende-se aos servidores da Unidade, os quais devem reportar-se funcional e administrativamente ao Auditor-Chefe.

[...]

Art. 15 Tanto o Auditor-Chefe quanto a equipe da UAUDI estão autorizados a:

- I. ter acesso à presidência do CODIR sempre que necessário para discutir assuntos relacionados à auditoria interna;
- II. obter assistência dos servidores lotados no setor onde a auditoria é efetuada, bem como de outros serviços especializados dentro ou fora do Cefet/RJ; e
- III. deter amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo-se livre acesso a informações, sistemas, dependências e instalações, registros, propriedades, servidores e terceiros ligados à entidade.

[í]

Art. 23 É vedado a qualquer um dos membros da UAUDI:

- I. participar de atividades ó no âmbito do Cefet/RJ ó que possam ser caracterizadas como atos de gestão, ou que possam vir a ser avaliadas pela UAUDI durante a execução de seus trabalhos;

- II. ser designado para atuar em comissões de sindicância, em processos administrativos disciplinares ou em grupos de trabalho;
- III. propor ou aprovar transações contábeis no âmbito da Autarquia;
- IV. autorizar despesas de qualquer natureza;
- V. exercer autoridade hierárquica fora do âmbito da UAUDI, exceto com relação a servidores de outras unidades atuando como especialistas em missão de auditoria; e
- VI. substituir titulares de unidades sujeitas à auditoria.

§ 1º Os servidores transferidos de outros setores para a UAUDI não poderão auditar qualquer atividade ou processo que anteriormente tenham executado diretamente em outra unidade da entidade.

§ 2º Os servidores transferidos para a UAUDI somente poderão auditar atividades relativas ao seu setor de lotação anterior ó após decorrido o período de 12 (doze) meses de sua transferência ó ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas e com a anuência do Auditor-Chefe.

§ 3º Os servidores de que trata o § 1º poderão atuar na área, desde que com o intuito de prestar consultoria e aconselhar a gestão.

No que concerne à objetividade, houve a preocupação de que fosse definido no art. 24 que aqueles que realizam trabalhos de auditoria interna devem observar os seguintes princípios:

- I. integridade;
- II. objetividade;
- III. confidencialidade;
- IV. competência;
- V. abordagem baseada em evidência;
- VI. independência;
- VII. zelo profissional; e
- VIII. apresentação justa das informações.

Ademais, se encontra previsto no normativo que os servidores lotados na UAUDI têm a responsabilidade de observar:

- I. a IN SFC nº 01/2001;
- II. o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações);
- III. a Norma de Conduta Ética e Profissional dos Servidores do Cefet/RJ; e
- IV. subsidiariamente, o Código de Ética instituído pelo IIA Brasil.

4.2.4. Estratégia de atuação da UAUDI

O Processo de Auditoria abrange uma sequência de etapas e visa averiguar a regularidade e analisar a eficiência da gestão administrativa, bem como dos resultados alcançados. Além disso, objetiva apresentar subsídios para a melhoria dos procedimentos administrativos e dos controles internos de uma entidade. Divide-se em 04 (quatro) fases: Planejamento, Execução, Reporte e Monitoramento.

Com a finalidade de compreender o funcionamento dos *campi*, conhecer melhor sua estrutura e levar a atuação da Auditoria Interna para além da sede da instituição, em 2016 foram realizadas visitas técnicas a quatro das sete Unidades Descentralizadas de Ensino (*campi*) da rede Cefet/RJ, a saber: (i) Itaguaí; (ii) Nova Iguaçu; (iii) Angra dos Reis; e (iv) Maria da Graça. Em 2017, serão efetuadas visitas aos demais *campi*, além de já ter sido discutido no âmbito da UAUDI a inclusão dos *campi* na execução das auditorias. Desta feita, se busca encorajar nos gestores a participação nos trabalhos da auditoria, por meio de:

- a) Aplicação de questionários e entrevistas em que avaliem os controles atualmente implementados nas áreas sob sua responsabilidade, ainda na fase de planejamento da auditoria;
- b) Reuniões de buscas de soluções, nas quais as irregularidades/inconsistências são tempestivamente comunicadas e quaisquer questionamentos são sanados, durante a etapa de execução;
- c) Envio de relatórios preliminares, com o intuito de dar ciência aos gestores sobre o andamento dos trabalhos, bem como de estabelecer concordância entre a percepção do auditor e a visão do gestor antes de ser emitido o relatório final, quando da fase de comunicação;
- d) Interação contínua com os gestores na fase de monitoramento, a fim de mantê-los focados em implementar as providências necessárias às recomendações feitas pela Auditoria Interna; e
- e) Sugestão de cursos e treinamentos a serem realizados pelos gestores, a fim de aperfeiçoarem sua atuação.

A atuação da Unidade de Auditoria Interna oferece os seguintes benefícios ao Cefet/RJ:

- a) Apura os riscos potenciais e propõe alternativas para minimizá-los;
- b) Assegura maior eficiência aos processos internos;
- c) Favorece a aderência às normas internas e às regulamentações existentes;
- d) Minimiza a ocorrência de fraudes ou de conduta antiética;
- e) Dá suporte à estrutura de Governança da instituição;
- f) Conscientiza os gestores sobre a importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos; e
- g) Auxilia a instituição na execução de suas estratégias.

A estratégia de atuação da Unidade de Auditoria Interna consiste em manter permanente aproximação com a gestão, de maneira que o trabalho de auditoria não seja entendido como uma mera fiscalização, mas sim como um subsídio à alta Administração do Cefet/RJ no alcance de seus objetivos.

4.2.5. Comunicação, implementação e acompanhamento das recomendações

Durante a execução das ações de auditoria, todas as inconsistências encontradas são reportadas tempestivamente aos gestores das áreas auditadas, a fim de que os mesmos possam corrigir e mitigar quaisquer tipos de falhas e/ou erros encontrados. Essas comunicações podem ser realizadas por meio de Solicitações/Notas de Auditoria ou de reuniões de buscas de soluções. Todavia ó ao final de cada ciclo de trabalho ó emite-se um Relatório de Auditoria (RA), que é encaminhado para ciência do Conselho Diretor do Cefet/RJ e dos gestores responsáveis das áreas que apresentaram constatações e para as quais foram geradas recomendações. Cabe ressaltar que ó à medida que as ações vão sendo finalizadas ó é realizada uma reunião com a Direção-Geral a fim de expor os pontos mais relevantes dos trabalhos da UAUDI.

Com o advento da Instrução Normativa nº 24/2015, a CGU passa a ser informada ó por meio eletrônico ó acerca da finalização do relatório de auditoria em até 30 dias da sua conclusão e poderá requisitar, a qualquer momento, os relatórios produzidos pelas unidades de auditoria interna. A IN nº 24/2015 ó em seu art. 11 ó igualmente estabeleceu alguns itens que deverão constar dos relatórios de auditoria, a saber:

- a) objetivos da auditoria;
- b) escopo do trabalho;
- c) critérios de análise utilizados, causas, consequências constatadas e recomendações; e

d) conclusão dos trabalhos, com base nos achados.

Deste modo, é por meio dos relatórios que são feitas recomendações à gestão responsável pela área analisada. Almejando contribuir para a otimização das atividades desenvolvidas no âmbito da UJ, a auditoria interna orienta a implementação de medidas voltadas ao saneamento das fragilidades percebidas ao longo da realização dos trabalhos.

Conforme mencionado anteriormente, o Relatório de Auditoria é encaminhado para ciência do Conselho Diretor do Cefet/RJ e dos gestores responsáveis das áreas que apresentaram constatações e para as quais foram geradas recomendações. No caso de haver recomendações, é gerado um Plano de Providências (PP) para cada ação que apresentou constatações. O gestor da área toma seu posicionamento quanto à concordância ou discordância das recomendações emitidas.

No caso de discordância ou concordância parcial, é solicitado que seja anexada documentação analisando o fato, que ó pela ótica do gestor ó possa agregar novas informações, as quais sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou da recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida. Já no caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, é requerido ao gestor discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para seu acompanhamento.

Quando é verificado algum tipo de constatação, a UAUDI agenda uma reunião com o gestor responsável para fazer o reporte pessoalmente, expondo as razões pelos quais chegou à constatação. A partir daí, tendo a concordância do gestor sobre a exposição de motivos, é formalizada a entrega do RA e do respectivo PP. Neste encontro entre Auditoria e Gestão, são comunicados os riscos da não implementação das recomendações feitas. Não obstante caiba ao gestor concordar ou não com o exposto no PP, o mesmo deve justificar a não implementação das recomendações em caso de discordância.

O acompanhamento das recomendações é feito através do PP, instrumento no qual se consolida as medidas a serem tomadas pelo responsável pela ação auditada. Contém todas as recomendações feitas pela auditoria interna, acompanhadas das providências assumidas pela gestão para solução ou justificativas para sua não adoção. É de responsabilidade do gestor a garantia da execução das providências por ele assumidas, assim como de manter atualizado esse instrumento na medida da adoção de providências.

Em regra, a alta gerência tem se mostrado sensível e receptiva às observações apresentadas pela Auditoria Interna, não havendo necessidade ó até o momento ó de haver uma sistemática de comunicação à alta administração e/ou ao CODIR sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações.

O monitoramento conclui o ciclo de trabalhos da auditoria e fornece elementos para o planejamento das auditorias seguintes. Assim, é possível demonstrar se as recomendações expostas no relatório foram contempladas para melhoria e fortalecimento dos controles internos da entidade. Constitui-se em um acompanhamento das providências adotadas pelo setor auditado e das situações pendentes de atendimento. São finalidades do monitoramento:

- a) Verificar se estão sendo tomadas providências para sanar as irregularidades apontadas;
- b) Acompanhar a evolução das unidades auditadas;
- c) Analisar se as auditorias realizadas obtiveram os resultados esperados;
- d) Auxiliar os gestores das unidades a verificar se as ações adotadas contribuíram para o alcance dos resultados desejados; e
- e) Inclusão no relatório de gestão sobre o atendimento das recomendações.

A partir de 2015, a UAUDI sistematizou o trabalho de monitoramento, que até então vinha sendo realizado através de planilhas. Esse sistema foi desenvolvido pela própria unidade, com a finalidade de facilitar e dar agilidade ao acompanhamento das providências relativas às recomendações tratadas nos relatórios de auditoria interna. É acessado através de navegador web, por meio do comando `Local Host`. A utilização desse sistema permite aos auditores a:

- a) Revisão sistemática das ações administrativas, confrontando com as recomendações dos auditores;
- b) Verificação dos efeitos das ações na correção das deficiências;
- c) Análise quanto à dificuldade ou facilidade de implementação das recomendações;
- d) Determinação da necessidade de qualquer trabalho adicional, como acompanhamento posterior ou auditoria subsequente;
- e) Revisão dos aspectos que deixaram de ser relevantes; e
- f) Inclusão dos resultados do monitoramento nos relatórios de auditoria subsequentes.

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Quadro 44 Atividades de correição e de ilícitos administrativos

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	
Criação do Departamento de Assuntos Disciplinares ó DEADI	<i>O DEADI fora criado mediante a Portaria nº 1.587, de 22/10/2015, com o objetivo de controlar as atividades de cunho disciplinar no âmbito do sistema Cefet/RJ. Todavia, a referida estrutura ainda carece de elementos para pleno funcionamento, em especial de recursos humanos, uma vez que conta apenas com a atuação deste titular e de uma servidora, que exerce atividades de secretária.</i>
Sistema CGU-PAD	<i>Há processos no referido sistema, cujas inclusões se deram antes da criação do DEADI, que apresentam pendências de informações. Quanto a isso, informa-se que o DEADI, na medida do possível, está envidando todos os esforços para atualizá-los. Diz-se ãna medida do possívelö porque alguns processos não estão sendo encontrados e outros carentes de finalização. A criação do DEADI foi proposta exatamente para evitar que tais situações ocorram.</i>
Registro de possíveis faltas disciplinares I	<i>O DEADI recepcionou, ao fim da segunda metade do ano de 2016, quatro demandas envolvendo servidores em possíveis faltas disciplinares, as quais ainda estão sob análise e/ou em elaboração de Juízo de Admissibilidade (JA). Vale salientar que ainda não foram formalizados os devidos processos, os quais somente se materializarão após os JAs. Não obstante, informa-se que os casos de que cuidam não se relacionam a desvios de dinheiro público, mas às relações entre servidores e servidores e alunos. Tão logo sejam formalizados os processos, os instrumentos serão incluídos no Sistema CGU-PAD.</i>
Registro de possíveis faltas disciplinares II	<i>O DEADI recepcionou, nos meses de janeiro e de fevereiro do corrente exercício (2017), um total de 37 (trinta e sete) processos decorrentes de ação de fiscalização do Tribunal de Contas da União ó TCU (objeto do Ofício nº 278-156/2016-TCU/SEFIP/Diaup). Os processos versam sobre possíveis acumulações de cargos públicos, de situações de afronta ao art. 117, X, da Lei nº 8.112/90, e de percepção indevida de remuneração. Esses processos estão sendo informados neste Memorando pois deveriam ter sido atendidos até 15 de dezembro de 2016, mas, por conta do necessário trabalho de instrução processual desenvolvido pelo DRH, tal prazo fora frustrado. Conveniente se faz informar que a equipe do TCU prorrogou o prazo para até 24 de março de 2017. Portanto, a apuração dessas possíveis faltas, fora da sede de Processo Administrativo Disciplinar, acha-se em curso. Convém lembrar que há outros 42 (quarenta e dois) processos, decorrentes de cruzamento realizado pela CGU, onde há indícios de afronta ao art. 117, X, da Lei nº 8.112/90. Estes já foram despachados para a DIREG, todos dirimidos pelos servidores envolvidos.</i>

<p>Fomento à capacitação de servidores para atuarem em Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar</p>	<p><i>O DEADI interagiu com o sistema Cefet/RJ, alcançando todas as Diretorias Sistêmicas e Direções dos campi (Nova Iguaçu, Maria da Graça, Itaguaí, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Valença), no sentido de que indicassem servidores para se capacitarem segundo a programação de cursos disponibilizada pela CGU em 2016 (a CGU estabeleceu o período de 25/07 a 09/12/2016)²⁵ para realização desses cursos). Não se alcançou o número mínimo desejado de servidores interessados em participar da capacitação, mas tendo em vista o reduzido quadro que dispúnhamos (apenas dois servidores em todo o sistema Cefet/RJ), tal ação representou um elevado ganho para a instituição.</i></p>
<p>Acumulação de atribuições</p>	<p><i>O DEADI, conforme a proposta de sua criação, é também a sede da Ouvidoria e da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do Cefet/RJ, dada a estreita relação entre as matérias que cada um desses órgãos cuidam, ainda que preservadas as suas independências e autonomias. Assim, o titular do DEADI (desde 23/10/2015) atua como Ouvidor (desde o ano de 2005) e Secretário-Executivo da Comissão de Ética (desde ano de 2008). Ademais, o titular do DEADI atua também como Presidente da Comissão Permanente de Licitação, sendo responsável pela condução das licitações presenciais, alheias à modalidade Pregão, realizadas no âmbito do Cefet/RJ. Nos últimos 5 (cinco) anos, foram realizadas Tomadas de Preços envolvendo obras de grande vulto, o que demandou muita dedicação deste signatário (conferência de Editais para serem publicados e condução de todos os procedimentos atinentes às licitações, incluindo elaboração de Juízos de Valor em face de recursos impetrados por concorrentes). Eventualmente, este signatário é também designado membro de Comissões para condução dos pleitos eleitorais deflagrados no âmbito do Cefet/RJ [eleições para o Conselho Diretor (CODIR), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Extensão (CONEX), Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS/PCCTAE) e Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)]. Essas acumulações de atribuições, aliadas à escassez de servidores atuando no DEADI, prejudicam, sobremaneira, o seu pleno funcionamento.</i></p>
<p>Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses ó SeCI</p>	<p><i>Este Titular é o responsável local do SeCI, sistema criado pela Controladoria-Geral da União com o advento da Lei nº 12.813/2013 ó Lei do Conflito de Interesses</i></p>
<p>Diálogo com o público interno</p>	<p><i>Não raro, o DEADI é procurado por servidores que buscam orientações no sentido de se evitar possíveis faltas disciplinares e/ou conflitos de interesses. Nesses encontros, o DEADI assume um papel de cunho pedagógico. Convém lembrar que, quando da proposta de criação do DEADI, a elaboração de cartilha orientadora se fez presente como uma de suas atribuições.</i></p>

²⁵ A programação dos cursos foi disponibilizada no seguinte link

<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/cursos/eventos/presencias/eventos-2016/formacao-de-membros-para-comissao-de-processos-disciplinares>

Atuação nos processos de penalização de empresas contratadas para fins de prestação de serviços terceirizados ou de fornecimento de bens

Eventualmente o DEADI é acionado para apoiar na instrução de processos de aplicação de sanções às empresas contratadas, uma vez confirmado o descumprimento de Cláusulas Contratuais.

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS²⁶

Considera-se como marco inicial da implantação da Gestão de Riscos e Controles Internos, no Cefet/RJ a Criação do Comitê de Gestão de Riscos (Portaria 803 de 06/07/2016, complementada pela Portaria 872 de 21/07/2016 e alterada pela Portaria 1.224 de 05/10/2016), presidido pelo Diretor Geral.

A partir de então, a Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) foi oficialmente delegada como responsável pela referida implantação do Mapeamento de Processos e implantação da Gestão de Riscos institucional, designada para coordenar o projeto junto às diretorias, departamentos, divisões e seções de todos os *campi*.

Em outubro de 2016, após a nomeação da nova gestão da Diretoria de Gestão Estratégica e do Departamento de Desenvolvimento Institucional (DEDIN), o Projeto de Implantação do Gerenciamento de Processos e Riscos foi reformulado e separado em duas etapas, sendo a primeira referente ao Mapeamento de Processos e a segunda referente à Gestão dos Riscos. Em relação ao Mapeamento de Processos, iniciado em outubro de 2016 e com término previsto para março de 2017, registra-se que:

- Tem abrangência de todos os *campi*.
- Foi registrado que até a data de 28 de dezembro de 2016, haviam sido treinadas 105 pessoas entre docentes, servidores técnico-administrativos e voluntários.
- No *campus* Maracanã, até a mesma data, foram sido identificados 411 processos, sendo 354 classificados pelos respectivos gestores como prioritários, dos quais 123 haviam sido efetivamente mapeados²⁷. Essa priorização foi realizada com base na percepção inicial dos gestores sobre quais processos seriam os mais suscetíveis a riscos operacionais, de imagem/reputação, legais e financeiros/orçamentários.
- A fim de acompanhar o andamento do mapeamento de processos nos demais *campi*, estes começaram a ser visitados pelo atual coordenador do projeto a partir do dia 11 de janeiro de 2017.

²⁶ Colaboração na apresentação deste item servidor Alexandre Barbosa Marques, Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional

²⁷ Considerando os 78 processos do DRH já mapeados pelo DTINF.

Em relação ao Gerenciamento dos Riscos propriamente dito, registram-se as seguintes ações:

- A atual Diretora de Gestão Estratégica e o atual Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional participaram da 6ª edição do CURSO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS, nos dias 13 e 14 de outubro de 2016, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho, conforme indicação da UAUDI à Direção Geral.
- A Diretora de Gestão Estratégica e o Chefe do Departamento de Desenvolvimento Institucional participaram do Curso de Interpretação da norma ISO 31000 ó Gestão de Riscos Corporativos, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2017.
- O ciclo de treinamentos internos e oficinas de trabalho (*workshops*) sobre Gestão de Riscos está previsto para iniciar a partir do segundo semestre de 2017. Todos os *campi* serão abrangidos. É nesse momento que será formalizada a percepção dos gestores do nível estratégico sobre os riscos com potencial de afetar os objetivos da instituição.

A Unidade de Auditoria Interna possui atuação independente da efetuada pela gestão no que tange à avaliação e ao gerenciamento de riscos. Pelo fato de: (i) a Instrução Normativa nº 24/2015/CGU dispor acerca da hierarquização de áreas a serem auditadas no planejamento anual da Auditoria Interna; (ii) inexistir mapeamento de riscos e processos no âmbito do Cefet/RJ que possibilitasse à UAUDI classificar os riscos já padronizados; e (iii) até então não haver uma sistemática que avaliasse os controles internos implementados sobre os processos no âmbito da Unidade, foi necessária a utilização de algumas ferramentas transitórias, tais como o Formulário de Avaliação de Controles Internos (preenchido pelos gestores) e o Formulário de Avaliação de Grau de Risco (elaborado pela UAUDI) para que de alguma maneira auxiliassem o cálculo da probabilidade de risco final a ser aplicado na categorização das áreas segundo o risco que apresentassem.

Com a nova metodologia de trabalho da UAUDI ó desenvolvida ao longo de 2016 e já em execução em 2017 ó e com os mapeamentos de processos e riscos realizados, será possível descartar as ferramentas anteriores e fazer uso do material elaborado pela instituição como parâmetro para a hierarquização das áreas a serem auditadas e para o planejamento das atividades de auditoria de 2018. Neste sentido, a UAUDI atuará avaliando os riscos associados aos processos elencados pela própria entidade, em detrimento de atribuir riscos aos processos definidos pela Auditoria Interna em seus trabalhos, além de levar sua atuação para um número maior (e conhecido) de processos.

Quanto aos riscos operacionais, cabem dois destaques. Primeiro, no tocante ao controle de acesso e circulação nas instalações físicas, o Cefet/RJ dispõe de circuito interno de TV e serviço de vigilância armada 24 horas por dia, sete dias por semana em todos os *campi*. Cabe mencionar que, durante os movimentos nacionais de ocupação estudantil das instituições de ensino, nenhum dos *campi* do Cefet/RJ teve sua operação interrompida. Este resultado foi principalmente construído na interação das lideranças internas com a comunidade.

Segundo, no âmbito da segurança da informação, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), instituído pela Portaria 644 de 06/09/2012, elaborou a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), que será submetido para aprovação pelo Conselho Diretor (CODIR). Em termos mais concretos, a instituição conta com a Seção de Segurança da Informação (SEGUR), vinculada à Divisão de Infraestrutura da Informação, por sua vez vinculada

ao Departamento da Tecnologia da Informação (DTINF). Hoje, a infraestrutura de TI conta com acesso controlado (*login* e senha), *firewall* e antivírus, não foram identificados e relatados casos de acesso não autorizado ou roubo de dados e informações ao longo de 2016.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Esta seção contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação, critérios de sustentabilidade ambiental, além dos fundos e programas geridos pelo Cefet/RJ, conforme Portaria editada pelo Presidente do TCU para o exercício de referência da conta.

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho atual do Cefet/RJ é composta por um total de 1518 servidores em cargos efetivos, sendo destes 628 técnico-administrativos (área meio) e 890 docentes (área fim). No exercício de 2016, o Cefet/RJ contou com o ingresso de 109 novos servidores de carreira, nomeações realizadas mediante aposentadorias, vacância e novas autorizações do MEC. Em 2017 o Cefet/RJ pretende ampliar seu quadro referente à diferença entre lotação autorizada e lotação efetiva através de realização de concursos públicos já previamente planejados.

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Os quadros a seguir contemplam informações sobre a distribuição da força de trabalho deste Centro.

Quadro 45 ó Força de Trabalho do Cefet/RJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1629	1518	109	66
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1629	1518	109	66
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1625	1514	108	63
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	162	37	20	17
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1791	1555	129	83

Fonte: DRH

Foram identificados 66 servidores de carreira egressos do Cefet/RJ no exercício de 2016, sendo estes em sua grande maioria egressos por motivo de aprovação em novo concurso público. Este grande número de desligamentos por motivo de vacância (aprovação em outros concursos) afeta de forma extremamente negativa a força de trabalho da instituição, tendo em vista que estes servidores egressos, normalmente, contam experiência no Cefet/RJ e ainda, parte deles, contam

com cursos de aperfeiçoamento realizados à custa da Instituição. O principal motivo do elevado número de egressos por vacância identificado foi devido à insatisfação dos servidores de cargos efetivos que consideram sua remuneração aquém das ofertadas por outros órgãos e um Plano de Carreira limitado.

Com relação à distribuição da força de trabalho, o DRH é responsável pelo acolhimento dos servidores técnico-administrativos e servidores docentes. Os servidores docentes são distribuídos, pelo DRH, em departamentos, em conformidade com o edital de concurso público a que se submeteram. Os servidores técnico-administrativos são distribuídos pelos departamentos do Cefet/RJ, após realização de entrevistas pelo DRH, visando a adequar, dentro do possível, o requisito exigido em concurso e a formação do servidor, com a necessidade institucional.

Quadro 46 ó Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Atividade Meio [administrativos]	Atividade Fim [docentes]
1. Servidores de Carreira (1.1)	628	890
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	628	890
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	624	890
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	37
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	628	927

Fonte: DRH

O **Quadro 47** busca identificar a distribuição dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas no âmbito do Cefet/RJ. Observa-se que algumas funções gratificadas encontram-se vagas o que ocorre em virtude da falta de interesse por parte dos servidores em ocupar determinados cargos em virtude da baixa compensação pecuniária, aliada ao alto grau de responsabilidade de algumas funções.

Quadro 47 ó Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (Situação em 31/12/2016)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	44	44	12	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	44	12	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	42	42	12	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	276	250	71	61
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	276	250	71	61
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	320	294	83	73

Fonte: DRH

5.1.2. *Qualificação e capacitação da força de trabalho*²⁸

A Qualificação e Capacitação dos servidores técnico-administrativos e gestores do Cefet/RJ ocorrem por meio de ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), coordenadas pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP). Esta divisão possui a responsabilidade de promover ações de capacitação para os servidores técnico-administrativos em educação (TAE's), entretanto, os servidores docentes que ocupam cargos de gestão também podem participar das ações coordenadas pela DICAP, uma vez que, ao assumirem funções administrativas influenciam nas atividades laborais dos servidores do quadro técnico desta instituição. Servidores docentes sem cargos de gestão apenas participam nos casos em que existam vagas remanescentes.

Quadro 48 ó Educação formal dos técnicos-administrativos por nível de classificação

Escolaridade/Nível de Classificação	B	C	D	E	Totais
Ensino Fund. Incompleto	1	22	1	0	24
Ensino Fund. Completo	0	10	3	0	13
Ensino Médio Completo	0	27	53	0	80
Ensino Técnico	0	6	34	0	40
Graduação	0	25	81	35	141
Especialização, MBA	0	22	86	117	225
Mestrado	0	0	29	63	92
Doutorado	0	0	1	8	9
Totais	1	112	288	223	624

As ações de capacitação custeadas pelo Cefet/RJ podem ser viabilizadas de duas maneiras: solicitadas pelo próprio servidor ó através de abertura de processo ó ou ofertadas no Plano Anual de Capacitação de Servidores Técnico-Administrativos em Educação (PAC/TAE). Já as ações de Qualificação custeadas pelo Cefet/RJ, atualmente, são oriundas apenas do PAC/TAE. A DICAP é responsável pela consolidação dos dados de Capacitação e Qualificação destes servidores e confecção do PAC/TAE. O PAC/TAE de 2016 foi estruturado a partir de dados extraídos do Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC) realizado em 2015.

²⁸ Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP)

A pesquisa de LNC 2015, base para a confecção do Plano de Capacitação 2016, ocorreu através de um questionário online que foi respondido por 120 servidores TAEs, 55% não ocupantes de cargo de chefia e 45% ocupantes de cargo de chefia. O LNC 2015 foi composto de 10 perguntas sobre os seguintes aspectos: melhoria do desempenho, modalidades de ensino, temas de capacitação, experiência com atividades de educação à distância (EAD), interativas e vivenciais, interesse por encontros e principais dificuldades enfrentadas enquanto gestor.

Considerando os dados obtidos na pesquisa e visando atender as demandas mapeadas, a DICAP confeccionou o PAC/TAE por meio do qual foram estabelecidas as ações de Capacitação e Qualificação a serem executadas no ano de 2016.

O impacto das ações de Capacitação para a melhoria do trabalho dos servidores fica explicitado quando 91,67% dos respondentes consideram que treinamento/capacitação é um fator determinante para a melhoria de seu próprio desempenho no trabalho. Desta forma, o PAC/TAE foi desenhado objetivando a preencher as lacunas de capacitação que os servidores vêm enfrentando em suas realidades de trabalho, e assim se configura em valioso instrumento de desenvolvimento dos servidores, dos grupos de trabalho e conseqüentemente da organização.

Quadro 49 ó Temáticas de Capacitação (PAC, DICAP)

DEMANDA DE CAPACITAÇÃO	AÇÃO DO PAC 2016
Legislação na Administração Pública	- Compras Sustentáveis na Administração Pública - Sistema de Registro de Preços
Liderança	- Workshop òchefe, gestor, líder e facilitador: diferentes papéis na gestão com pessoasõ - Processos e Ferramentas de Gestão - Oficina õacompanhamento e desenvolvimento: a avaliação de desempenho como um espaço de <i>feedback</i> õ
Legislação Educacional e Orientação Educacional	- Conselho de Classe - Supervisão e Orientação Educacional - Secretaria Escolar
Redação Oficial / Língua Portuguesa	- Noções da Reforma Ortográfica

A partir dos dados obtidos no LNC as ações de capacitação foram estruturadas por linhas de desenvolvimento de acordo com o Decreto 5.825/2006, artigo 7º em seu parágrafo único. A seguir, destacamos as linhas de desenvolvimento atendidas pelo PAC/2016:

- *Inter-relação entre ambientes*: desenvolvimento de atividades relacionadas a mais de um ambiente organizacional;
- *Gestão*: visa à preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, no exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção;
- *Específica*: objetiva desenvolver ações de aperfeiçoamento e/ou capacitação que atendam às necessidades específicas e técnicas de determinada área, cargo ou função, de acordo com sua unidade organizacional de lotação;

- *Formação Geral*: objetiva aperfeiçoar o servidor, no que tange a informações e conhecimentos gerais;
- *Educação Formal*: visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal.

Destaca-se que as linhas de desenvolvimento: inter-relação entre ambientes, gestão, específica e formação geral contemplam as ações de capacitação, enquanto que a linha de desenvolvimento educação formal, as ações relativas à qualificação. O quadro a seguir apresenta as linhas de desenvolvimento e as ações de capacitação previstas no PAC do ano de 2016 para os servidores técnico-administrativos do Cefet/RJ:

Quadro 50 ó Plano Anual de Capacitação

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC 2016							
	CURSO	VAGAS PREVISTAS	SERVIDORES CAPACITADOS	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	
CURSOS EAD	Cursos EaD - Linha de Desenvolvimento: Específica						
	Curso Práticas de Almoxarife	10	9	Portal Educação	60 horas	1.706,42	
	Curso Conselho de Classe	15	9	Portal Educação	30 horas	900,85	
	Curso Secretaria Escolar	20	10	Portal Educação	60 horas	3.075,86	
	Curso Supervisão e Orientação Educacional	15	14	Portal Educação	60 horas	2.911,49	
	Cursos EaD - Linha de Desenvolvimento: Geral						
	Curso Noções da Reforma Ortográfica	15	16	Portal Educação	30 horas	1.443,90	
	Curso Educação Inclusiva	10	10	Portal Educação	80 horas	2.505,26	
	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO NA MODALIDADE PRESENCIAL	Cursos Presenciais - Linha de Desenvolvimento: Gestão					
		Workshop “Chefe, Gestor, Líder e Facilitador: Diferentes papéis na Gestão com Pessoas”.	24	21	CEFET/RJ	21 horas	1.615,30
Curso Gestão de Processos e Ferramentas para Liderança		30	21	ESAF	21 horas	14.789,80	
Cursos Presenciais - Linha de Desenvolvimento: Inter-relação entre ambientes							
Palestra “Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-administrativos – Formato online e Atualização das Normas”		LIVRE	134	CEFET/RJ	3 horas	Sem custos	
Oficina “Acompanhamento e Desenvolvimento: A Avaliação de Desempenho como um espaço de Feedback”		160	63	CEFET/RJ	6 horas	Sem custos	
Curso Gestão de Projetos no Serviço Público		30	25	ESAF	21 horas	14.789,80	
Cursos Presenciais - Linha de Desenvolvimento: Específica							
Curso de Compras Sustentáveis na Administração Pública		30	25	Projeto Compartilhando Ideias	21 horas	Sem custos	
Curso de Gestão e Fiscalização dos Contratos de Terceirização de Serviços		30	21	ESAF	28 horas	18.947,39	
Curso Sistemas de Registro de Preços		25	18	ESAF	21 horas	12.280,08	
Encontro para atualização do Plano de Trabalho dos Servidores que atuam com Assistência aos alunos		25	15	CEFET/RJ	6 horas	Sem custos	
Encontro dos servidores que atuam na área de Patrimônio do CEFET/RJ		25	20	CEFET/RJ	6 horas	Sem custos	
Aperfeiçoamento em serviço: Trabalho integrado: Equipe Pedagógica e Setor de Assistente de Alunos		25	Evento não realizado	CEFET/RJ	-	Sem custos	
Palestra “Novos Procedimentos para Solicitação de Compras Públicas no CEFET/RJ”		30	Evento não realizado	CEFET/RJ	-	Sem custos	

*Observação: Apesar de previstas no PAC/2016, as duas últimas ações de capacitação supracitadas, ambas inseridas na Linha de Desenvolvimento Específica e sem custos para Instituição, foram inviabilizadas por questões de indisponibilidade de agenda por parte dos facilitadores.

Em 2016, a manutenção do convênio entre o CEFET/RJ e a UFF- Universidade Federal Fluminense para a execução do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão ó Linha Qualidade Total, foi a ação da DIRAP/DRH/DICAP relacionadas à qualificação dos servidores. A parceria ocorre desde 2011, sendo a primeira turma realizada no biênio Agosto de 2011/Agosto de 2013 e a segunda turma (em curso) no biênio Agosto de 2014/Agosto de 2016. A segunda turma oferta 32 vagas e está em andamento.

5.1.3. Demonstrativo de despesas com pessoal

Quadro 51 - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade prestadora de contas											
Exercícios	2016	80.621.874,41	19.823.626,79	65.874.021,18	179.918,68	12.106.599,08	2.774.692,30	235.588,49	48.467,63	696.504,04	182.361.292,60
	2015	73.980.073,88	3.225.465,99	62.803.018,09	8.138.070,90	8.947.898,26	4.001.799,99	306.623,23	21.446,32	1.504.550,76	162.907.501,10
	2014	56.450.064,42	0	40.252.917,75	133.419,28	5.041.058,01	3.531.610,27	169.327,57	107.681,17	4.134.046,05	109.820.124,52
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade prestadora de contas											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	1.723.915,58	0	127.009,23	0	281.711,48	0	45.431,24	0	0	2.178.067,53
	2015	1.305.335,45	0	173.234,5	25.894,46	194.226,49	0	6.688,97	0	0	1.705.379,87
	2014	2.629.696,67	0	418.404,97	0	256.125,58	0	0	0	0	3.304.227,22

Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.4 Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho dos servidores Técnico-administrativos em Educação (TAEs) do Cefet/RJ é a efetivação de um processo contínuo e sistemático de análise e avaliação das atividades técnicas e administrativas desenvolvidas para os servidores em exercício na instituição.

No ano de 2016 a Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP), que é responsável por administrar as atividades relacionadas às avaliações de desempenho dos servidores TAE's do Cefet/RJ, se empenhou em atender aos objetivos propostos para este importante processo avaliativo. Dentre estes objetivos, ressaltamos:

- Promover a reflexão do servidor quanto a sua responsabilidade nos resultados do planejamento da unidade organizacional de lotação no qual desempenha suas atividades;
- Aferir o mérito para progressão dos servidores técnico-administrativos da Instituição, através da aplicação dos instrumentais de avaliação para os diferentes níveis de servidores;
- Sugerir condições para a melhoria dos processos de trabalho, através dos resultados observados na avaliação de desempenho.

No ano de 2016 a DICAP realizou a atualização do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos técnico-administrativos. Este Regulamento traz em seu conteúdo, toda a dinâmica de funcionamento do SAD (Sistema de Avaliação de Desempenho) dos servidores técnico-administrativos estáveis e em estágio probatório. Após uma série de reuniões de equipe para análise do regulamento a luz da legislação vigente, percebemos que se fazia necessário mais esclarecimentos para a utilização do Sistema e encaminhamos as alterações realizadas para análise e homologação do Conselho Diretor desta Instituição (CODIR) que aprovou o documento em Assembleia ocorrida no mês de julho de 2016 (Resolução nº 25 /2016/CODIR).

No decorrer do ano de 2016, a DICAP deu sequência ao trabalho de desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Desempenho Informatizado e em formato Online, em conjunto com a equipe do DTINF/SEDSA.

Assim, foi possível desenvolver melhorias que se fizeram necessárias após a primeira experiência de utilização do Sistema em formato Online que ocorreu no ano de 2015. Os ajustes foram fundamentais para a formação de um banco de dados que possibilitou gerar relatórios das atividades concernentes a Avaliação de Desempenho. Ainda, nesta oportunidade, outras funcionalidades foram implantadas para que os gestores pudessem utilizar o sistema com mais agilidade e eficiência.

Após tais atualizações no Sistema, a DICAP ministrou palestras de orientação para os servidores técnicos e demais gestores interessados em sanar dúvidas a respeito deste novo formato de avaliação de Desempenho implantado em 2015 no Cefet/RJ. Durante o período avaliativo de 2016 obtivemos resultados favoráveis com relação ao retorno das avaliações dos servidores técnicos e gestores conforme apresenta o quadro a seguir:

Situação das Avaliações de Desempenho dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (TAEs) - Dez/2016

Servidores Estáveis	Quantidade	%
Total de servidores avaliáveis	360	100%
Avaliações Finalizadas	309	86%
Avaliações Pendentes	51	14%

Servidores em Estágio Probatório (EP)	Quantidade	%
Total de servidores EP	264	-
Total de servidores EP avaliáveis	257	100%
Novos servidores*	7	-
Avaliações Finalizadas	242	94%
Avaliações Pendentes	13	5%
Servidores afastados/licenciados	2	1%

* **Observação:** Servidores em exercício por período inferior a 12 meses não foram avaliados, conforme a Lei 8112/90 e Regulamento do SAD vigente, portanto não foram considerados no cômputo de finalizações e pendências.

**Panorama Geral dos
Servidores TAEs Respondentes**

Quantitativo Total de Servidores TAEs	624
Quantitativo Geral de Servidores Avaliáveis	617
Avaliações Finalizadas	551
% geral de respondentes	89%

As informações contidas na tabela demonstram um índice significativo de devolução das avaliações de desempenho dos servidores técnico-administrativos no período supracitado, uma média de 89% do total de servidores avaliáveis. Pode-se atribuir esse resultado e elevada adesão por parte dos envolvidos no processo avaliativo especialmente à agilidade e facilitação do acesso aos instrumentos de avaliação de desempenho gerados pela utilização do Sistema em seu formato online.

O SAD Online foi utilizado pela DICAP e os gestores do Cefet/RJ no período avaliativo de 2015 e 2016 e segue em uso e aprimoramento no ano 2017.

5.1.5 *Gestão de riscos relacionados ao pessoal*

A Gestão de Riscos relacionados ao pessoal é um tópico cada vez mais relevante. No Cefet/RJ, a rotatividade de servidores recém-empossados, que solicitam exoneração para posse em outros cargos não acumuláveis, cuja remuneração é mais atraente em comparação ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, prejudica a rotina de trabalho, bem como, o desenvolvimento de propostas de melhorias nos fluxos dos processos em razão do tempo dispensado com a capacitação dos novos servidores.

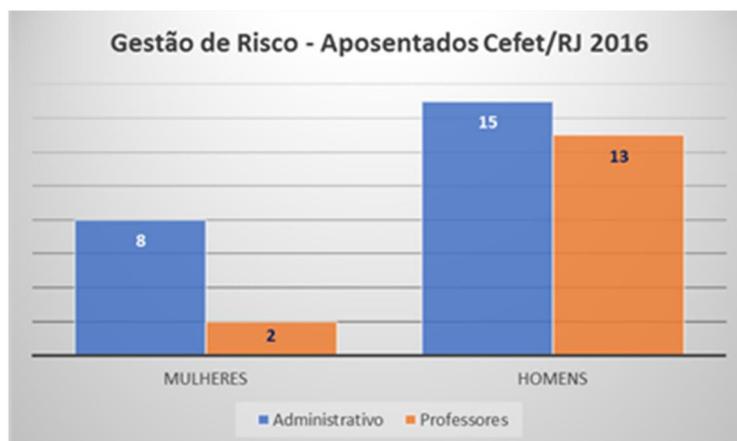


Gráfico 1 ó Quantitativo de servidores aposentados durante o exercício 2016

Atualmente cerca de 52% dos servidores encontram-se na faixa etária de até 40 anos, sendo esta considerada a faixa etária crítica onde servidores procuram ingressar em outros Órgãos por meio de concurso público. Outros 10% já atingiram os requisitos para aposentadoria, somando um preocupante percentual de cerca de 60% da força de trabalho que poderá ser substituída a curto e médio prazo. Tal situação impacta negativamente na produtividade e necessita de planejamento quanto à transferência de conhecimento e habilidades específicas no âmbito institucional.

5.1.5.1. Abono de Permanência²⁹

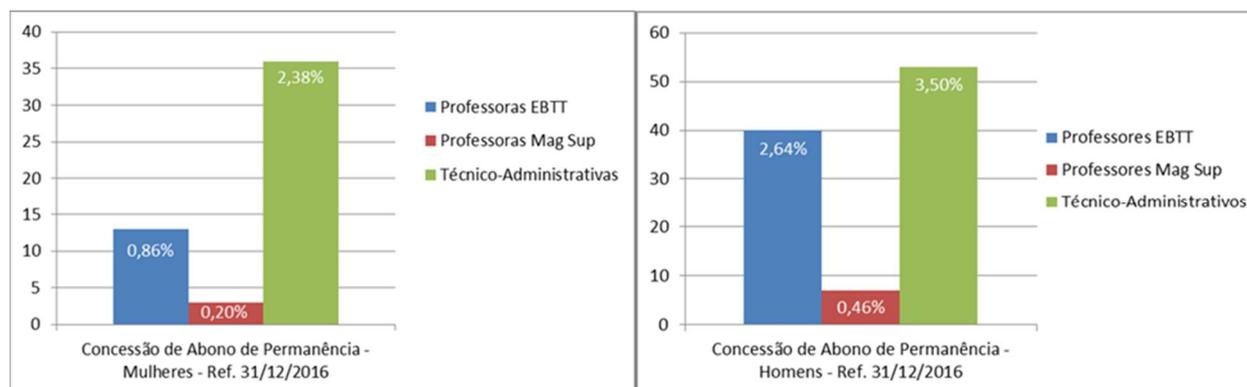


Gráfico 2 ó Concessão de abono de permanência em 2016

²⁹ O abono de permanência consiste em parcela remuneratória paga ao servidor público exercente de cargo efetivo que tendo implementado os requisitos para sua aposentadoria voluntária, opta por permanecer em atividade. Conforme previsão do §19, do art. 40 da Constituição Federal de 1988, o abono corresponderá ao valor da contribuição previdenciária do servidor e, uma vez concedido, deverá ser pago até que o mesmo complete 70 anos de idade, quando se dará sua aposentadoria compulsória, ou, antes disso, quando resolver migrar de forma espontânea para a inatividade. O instituto em questão estimula o servidor a continuar exercendo as suas funções em prol do serviço público e, de forma indireta, gera economia para o Estado, na medida em que retarda a concessão de aposentadorias e a contratação de novos agentes, atividades que oneram os cofres públicos. Assim, poder-se-ia dizer que o abono de permanência, além do seu objetivo imediato de beneficiar o servidor através de um ganho remuneratório, possui clara intenção de gerar economia e eficiência para o Poder Público. Fonte: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-abono-de-perman%C3%Aancia-e-regra-de-aposentadoria-do-art-3%C2%BA-da-emenda-constitucional-n%C2%BA-472-0>

Quadro 53 ó Concessões de Abono de Permanência em 2016

Concessões de Abono de Permanência ref. 31/12/2016						
Mulheres			Homens			TOTAL DE SERVIDORES DO QP
Professoras		Tec Adm	Professores		Tec Adm	
EBTT	Mag Sup		EBTT	Mag Sup		
13	3	36	40	7	53	152
0,86%	0,20%	2,38%	2,64%	0,46%	3,50%	10,04%

FONTE: SIAPE/GRCOSERRUB

5.1.6. *Contratação de estagiários e pessoal de apoio*

Quanto à contratação de estagiários, a DIEMP formalizou no exercício de 2016 a contratação de 308 estagiários internos para todo o Sistema *Multicampi*.

Quanto à contratação de pessoal de apoio, o **Quadro 54**, a seguir, diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da instituição, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2017.

Quadro 54 ó Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargo da unidade

Unidade Contratante						
Nome : Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca						
UG/Gestão: 153010 / 15244						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra – Contrato 24-2016	05.234.289/0001-27	27/10/2016	27/10/17	Ensino Médio	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra – Contrato 02/2015	08471527/0001-06	30/01/2016	30/01/17	Ensino Medio	E
2012	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra – 65/2012	03.383.287/0001-74	30/10/2016	30/10/17	Ensino Fundamental	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza	29.722.451/0001-14	01/12/2016	01/12/17	Ensino Fundamental	p

	com cessão de mão-de-obra – 31/2016					
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial – 06/2016	02892559/0001-07	26/03/2017	26/03/17	Ensino fundamental	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	17/11/2016	17/11/17	Ensino Médio	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial	03575979/0001-14	04/04/2016	04/04/17	Ensino fundamental	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	09/12/2016	09/12/17	Ensino Fundamental	A
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	18/07/2016	18/07/17	Ensino Fundamental	A
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	30/11/2016	30/11/17	Ensino Médio	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	14/07/2016	14/07/17	Ensino Fundamental	A
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05873154/0001-01	30/11/2016	30/11/17	Ensino Fundamental	A
2015	Contratação de empresa prestadora serviço de recepção	08219617/0001-04	10/02/2016	10/02/17	Ensino Médio	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	30/11/2016	30/11/17	Ensino Médio	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial	11.395.635/0001-51	09/12/2016	09/12/17	Ensino fundamental	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	10687537/0001-25	07/04/2016	07/04/17	Ensino Fundamental	P
2015	Contratação de empresa prestadora serviço de recepção	08219617/0001-04	10/02/2016	10/02/17	Ensino Médio	P

2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	27/11/2016	27/11/17	Ensino Médio	A
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	17085652/0001-79	02/12/2016	02/12/17	Ensino fundamental	A
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial	07225952/0001-52	10/03/2016	10/03/17	Ensino fundamental	A
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	27/10/2016	27/10/17	Ensino Médio	P
2012	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	03383287/0001-74	05/11/2016	05/11/17	Ensino Fundamental	A
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial	07225952/0001-52	01/09/2016	01/09/17	Ensino fundamental	A
2015	Contratação de empresa prestadora serviço de recepção	08219617/0001-04	16/03/2016	16/03/17	Ensino Médio	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05234289/0001-27	09/12/2016	09/12/17	Ensino Médio	P
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	07545455/0001-31	17/01/2017	17/01/18	Ensino Fundamental	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial	00.330.676/0001-43	25/03/2016	25/03/17	Ensino fundamental	P
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão-de-obra	05.234.289/0001-27	30/11/2017	30/11/17	Ensino Médio	P
2014	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	10.243.854/0001-52	18/06/2016	18/06/17	Ensino Fundamental	P

2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza com cessão de mão-de-obra	05.873.154/0001-01	30/11/2016	30/11/17	Ensino Fundamental	A
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de recepção	14.793.641/0001-55	15/06/2016	15/06/17	Ensino Médio	A
2016	Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção predial	16.099.194/0001-64	25/03/2016	25/03/17	Ensino fundamental	P
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de transporte com cessão de mão-de-obra	11.395.635/0001-51	06/12/2014	31/01/15	Ensino Médio	E
2015	Contratação de empresa prestadora de serviço de apoio administrativo	17.358.578/0001-17	17/03/2016	17/03/17	Ensino Médio	A
2013	Contratação de empresa prestadora de serviço de cuidador	08.901.037/0001-00	26/12/2016	22/11/17	Ensino Médio	E

Fonte: DIRAP/ DEPAD/ COMPRASNET

5.1.7. *Contratação de consultores e Cooperação Técnica*

Não houve ocorrência em 2016. O Cefet/RJ não contratou consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. A instituição conta na sua estrutura um Assessoria de Convênios Relações Internacionais (ASCRI).

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

5.2.1 Gestão da frota

Atualmente a frota é composta de 33 veículos, sendo 02 (dois) de transporte institucional e 31 (trinta e um) para logística e transporte comum, conforme descritos no quadro a seguir:

Quadro 55 ó Composição da frota de veículos

PLACA	MODELO	Km	FAB.	ANO	AQUIS.	ESTADO	RESP.
LKV 9543	SIENA	106.798 KM	FIAT	2008/2009	09/03/2009	BOM	Angra
LME-9856	SPIN	56.544 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Angra
LPT-7119	RANGER	45.488 KM	FORD	2010/2011	22/10/2010	BOM	Angra
LPI 8819	SIENA	37.143 KM	FIAT	2008/2009	09/03/2009	BOM	CAMPUS I
LPC 7561	BOXER	68.322	PEUGEOT	2007/2008	20/12/2007	BOM	CAMPUS I
LKS 4898	CAMINHÃO	77.910 KM	VW	2008/2008	31/07/2008	BOM	CAMPUS I
KVT 1068	MICROÔNIBUS	62.954 KM	MERCEDES	2004/2004	27/12/2004	BOM	CAMPUS I
LRD 0972	RANGER	122.766 KM	FORD	2004/2005	02/12/2004	BOM	CAMPUS I
KZB-5223	FOCUS	18.424 KM	FORD	2010/2011	30/11/2010	BOM	CAMPUS I
KNY-5785	FOCUS	29.488 KM	FORD	2010/2011	30/11/2010	BOM	CAMPUS I
KXB 4224	CAMINHÃO	7.856 KM	MERCEDES BENZ	2010/2010	24/11/2010	BOM	CAMPUS I
KVH-7645	RANGER	47.552 KM	FORD	2010/2011	13/01/2011	BOM	CAMPUS I
LRW-4222	SPIN	34.612 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	CAMPUS I
LRW-4226	SPIN	30.892 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	CAMPUS I
LRW-4228	SPIN	28.571 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	CAMPUS I
LRB 2578	RANGER	62.432 KM	FORD	2008/2009	16/01/2009	BOM	Friburgo
KQW-7302	SPIN	25.878 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Friburgo
KWR-9551	SPIN	14.221KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Itaguaí
KMW 0297	PALIO	22.489 KM	FIAT	2004/2005	29/12/2004	BOM	Maria da Graça
LTZ 2516	RANGER	14.570 KM	FORD	2008/2009	22/12/2008	BOM	Maria da Graça
KQW-7306	SPIN	4.956 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Maria da Graça
KVB 4359	TOYOTA	79.569 KM	TOYOTA	2008/2008	14/11/2008	BOM	Nova Iguaçu
LME-9857	SPIN	30.274 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Nova Iguaçu
LRQ 0876	PALIO	42.772 KM	FIAT	2004/2005	07/12/2004	BOM	Petrópolis
KOW 1489	SIENA	112.922KM	FIAT	2008/2009	09/03/2009	BOM	Petrópolis
KWR-9553	SPIN	16.089 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Petrópolis
KPD 3431	SIENA	84.254 KM	FIAT	2009/2009	09/03/2009	BOM	Valença
KWR-9548	SPIN	39.461 KM	CHEVROLET	2014/2015	05/12/2014	BOM	Valença

O Cefet/RJ constituiu a sua frota de veículos com base na Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, e na Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008. Tendo em vista que o Centro tem distribuição geográfica em 08 (oito) localidades no Estado do Rio de Janeiro, a frota de veículos é de fundamental importância para a concretização dos macroprocessos finalísticos e de suporte. Sua utilização passa por todas as necessidades logísticas da administração, além de fornecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à manutenção, em razão das dificuldades de previsão de todos os tipos de defeitos e peças necessárias para garantir o funcionamento da frota de veículos do CEFET/RJ, o atendimento das demandas de manutenções corretivas sofriam significativos atrasos obrigando, em alguns casos, a suspensão, por motivo de segurança, da utilização de alguns carros. Além disso, em vista da inexistência de servidores especializados no conserto de veículos a aquisição de peças

limitava-se a itens comuns, tais como pneus, filtros, entre outros cuja troca não exigisse avançado conhecimento técnico.

Assim sendo, no exercício de 2015 fora formalizado processo para contratação de empresa especializada na prestação de serviço para gerenciamento, controle e execução de manutenção preventiva e corretiva com inclusão do fornecimento de peças e acessórios para atendimento da conservação e restauração dos veículos oficiais para todos os Campi do CEFET/RJ, havendo a formalização contratual no exercício de 2016. Essa contratação proporcionou mais celeridade no atendimento no atendimento das manutenções necessárias para garantir o bom estado de funcionamento dos veículos, mas também aumento no consumo de combustível e com serviços de manutenção.

De acordo com informações retiradas no Tesouro Gerencial (2017), foram obtidas as seguintes informações acerca dos custos de manutenção geral da frota: Abastecimento 2015 (R\$ 72.046,09); Material de manutenção 2015 (R\$ 11.877,33); Serviços de Manutenção em 2015 (nenhum); Abastecimento em 2016 (R\$ 118.704,56); Material de Manutenção em 2016 (nenhum); Serviços de Manutenção em 2016 (R\$ 50.713,19).

Os veículos de transporte institucional totalizaram no exercício de 2016 uma utilização de 8.209 km e os de transporte comum totalizaram 202.245 km. A frota de transporte institucional tem uma idade média de sete anos e a de transporte comum apresenta idade média de oito anos. Quanto ao custo anual de manutenção da frota, foi de R\$ 191.875,81. No início do ano de 2016, após conclusão da assinatura do contrato de manutenção preventiva e corretiva em oficina credenciadas, temos realizado a manutenção de veículos que estavam parados desde 2015 por falta de realização da manutenção necessária.

O Centro apresenta rotinas de escrituração das solicitações de uso da frota, além da escrituração do uso efetivo da frota. Esta escrituração é feita com base em planilhas, como determinado pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, e seus anexos, que também dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências relativas à:

- ÉClassificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais;
- ÉMapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial;
- ÉFicha Cadastro de Veículo Oficial;
- ÉPlano Anual Para Aquisição de Veículos - PAAV;
- ÉEspecificações para identificação dos veículos de transporte institucional;
- ÉEspecificações para identificação dos veículos de serviços comuns;
- ÉEspecificações para identificação dos veículos oficiais em contrato de serviço de transporte;
- ÉTermo de Vistoria;
- ÉTermo de Cessão/Doação;
- ÉQuadro Demonstrativo de Veículos Alienados.

Além dos veículos próprios, este Centro possui um contrato com a EMPRESA SOLAZER TRANSPORTES E TURISMO LTDA, com sede na Rua Laudelino Gato, nº 100 - Centro, Belford Roxo/RJ, Cep: 26100-000, telefax (21) 2786-8000 / 2786-8010, inscrita no CNPJ sob o nº 29.108.107/0001-30, no qual o serviço contratado consisti na locação de veículo tipo ônibus

executivo, com no mínimo 46 (quarenta e seis) lugares, com motorista, poltronas reclináveis em tecido, cabinado, bagageiros amplos, som ambiente, sistema de microfone, frigobar, toaleta, TV, vídeo-DVD, ar condicionado, cinto de segurança passageiros, e serviço de bordo com água mineral ; veículo tipo micro-ônibus, com no mínimo 24 (vinte e quatro) lugares, com motorista, som ambiente, ar condicionado, cinto de segurança passageiros, toaleta (opcional), frigobar e veículo tipo Van, com no mínimo de 15 (quinze) lugares, com motorista, som ambiente, ar condicionado, cinto de segurança passageiros; com aprovação do sistema de qualidade TTA e seguro contra acidentes

Neste contrato, com a SOLAZER está previsto que o Centro pagará somente por quilômetro efetivamente rodado, tendo a sua previsão de utilização apenas nos casos em que a frota própria não fosse adequada para a prestação do serviço. Durante o exercício de 2016, a locação foi utilizada nos seguintes casos: visitas técnicas, previstas no planejamento pedagógico dos cursos; e transporte de turmas para visitas externas, em atividade puramente acadêmica. Todo o uso foi registrado em documentação própria.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis

O processo de Desfazimento adotado pela área pública está amparado pela Lei nº 8.666/93, Decreto nº 99.658/90 e o Decreto nº 6.087/07. Em atenção à legislação citada acima foi instituída a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens, por meio da Portaria/CEFET/RJ nº 192 de 24/02/15. Em 2016 a Divisão de Patrimônio-DIPAT deu continuidade ao processo nº 23063.003751/2015-80 de desfazimento de sete veículos por inservibilidade

Foram realizados dois orçamentos para cada veículo e a Comissão de Desfazimento julgou oportuno subtrair o valor da média de cada um do valor de mercado obtido através da tabela FIPE, usando o resultado como parâmetro para os valores mínimos de arremate. O cadastro dos veículos foi disponibilizado a todas as Unidades Gestoras da Administração Pública Federal por meio do SIAFI, estabelecido o prazo de 30 dias para manifestação dos interessados, o que não ocorreu, de modo que o processo teve seu prosseguimento.

Em relação ao processo de desfazimento (23063.003751/2015-80) dos veículos oficiais relacionados abaixo, tendo em vista o desgaste sofrido pelos referidos veículos durante os mais de 10 (dez) anos de uso, e a recente aquisição por esta autarquia de 10 (dez) veículos oficiais, modelo GM SPIN 2014/2015, adquiridos em 05/12/2014, por este Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca ó Cefet/RJ, visando à renovação parcial da atual frota do Cefet/RJ e seus demais campus, somente os veículos de tombos 27732 e 19350 foram arrematados e o de tombo 24222 doado, de modo que iremos realizar novo estudo para prosseguimento do desfazimento dos demais veículos.

A modalidade escolhida pela Comissão foi de licitação pública por meio de Concorrência, por considerá-la a mais adequada, sendo realizados orçamentos para os reparos dos veículos em vista da correta classificação, tratando de bens inservíveis- considera-se como classificação correta de bens inservíveis cujo estado de conservação esteja como: ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável, conforme quadro a seguir.

Quadro 56 ó Frota de automóveis a serem doados

TOMBO	MARCA/MODELO	PLACA	Ano Fab./ Modelo	ESTADO
36967	FIAT/DUCATO	LSB0831	2004	Antieconômico/Recuperável
27732	MB/SPRINTER	LCZ8644	1999/2000	VENDIDO
39671	FIAT/PALIO	LCL1254	2004/2005	Antieconômico/Recuperável
23102	MB CAMINHÃO	LHP2678	1983	Irrecuperável

36970	FIAT/PALIO	LAN9184	2004/2005	Antieconômico/Recuperável
19350	VW/KOMBI	LAI0888	1995	VENDIDO
24222	VW/KOMBI	LHF3692	1986	DOAÇÃO

O Conselho Diretor do CEFET-RJ pela Resolução nº 57/2015 de 04/12/2015 autorizou o desfazimento dos bens e dada a publicidade via DOU em 25/04/16 e em jornais de grande circulação. Posteriormente, um dos veículos foi solicitado pela Unidade do CEFET- Maria da Graça, com o objetivo de utilização em aulas práticas de eletrônica embarcadas e componentes elétricos em vários sistemas de veículos, dessa forma, havendo necessidade de republicação do edital, tendo nova data para a realização da licitação. Os veículos cedidos à Unidade foram: Santana Placa LNK 7218 e um Fiat Palio placa LCP 0909. Do resultado do processo dois veículos foram vendidos:

- Item 1- Kombi furgão, gasolina, ANO 1995, branca, placa LAI 0888, CHASSI Nº 9BWZZZ211SP000656, RENAVAL Nº 634319876. Valor de referência: R\$ 3.368,11- Valor da venda: R\$ 4.168,99
- Item 2- Sprinter 312, Mercedes Benz, branco, ano 99/00, placa LCZ 8644, chassi 8AC690341YA536043, RENAVAL Nº 729999270. Valor de referência: R\$ 9.755,63- Valor da venda: R\$ 31.210,00

Por meio do Sistema SAP foi procedida à baixa de um veículo, assim como a baixa contábil, e os procedimentos de transferência junto ao DETRAN/RJ. O aviso de homologação e adjudicação foi publicado em 01/09/2016 no DOU e não houve interessados nos demais veículos. A Comissão de Desfazimento de Bens sugere que seja feita nova licitação, na modalidade leilão, dos veículos não vendidos reduzindo o valor de referência de 30 a 50% em relação à concorrência realizada.

O procedimento de Desfazimento dos veículos é considerado pelo Cefet/RJ como processo relevante ao proceder a venda dos veículos em estado antieconômico e irrecuperáveis, objetivando com este processo reduzir os custos de manutenção da frota de veículos oficiais.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário³⁰

Sobre os imóveis da sede Maracanã, Maria da Graça e Nova Iguaçu, inseridos no sistema SPIUNET, constam do Relatório extraído do Sistema, o cadastro individuais sendo os mesmos identificados pelo nº do RIP de cada imóvel de acordo com as normas da NBCT, conforme solicitado pela CGU.

Encontra-se em fase final de RGI, o imóvel do campus Angra dos Reis, após o registro do Termo de Doação por meio da Lei Municipal no. 3.489, de 23 de maio de 2016, publicada no Boletim Oficial do Município de no. 635, de 30 de maio de 2016, página 11. Foi expedida a Declaração de Isenção do Imposto de ITD, da representação da Secretaria de Fazenda do Estado, situada em Angra dos Reis. O termo final da minuta da Escrituração se encontra em fase de análise, tramitando na GPI da Procuradoria Geral do Município de Angra dos Reis sob o nº do processo 2015000417.

Quanto ao Campus Itaguaí, foi registrado o Termo do RGI no Cartório do 2º. Ofício de Notas de Itaguaí, aguardando os procedimentos processuais para inserção no SPIUNET com formalização de processo na SPU.

Quanto aos *Campi* de Nova Friburgo e Petrópolis, permanecem com o Termo de Cessão, conforme acordado entre o CEFET e os respectivos órgãos municipal e estadual e no que tange ao *campus* Valença, persiste ainda decisão judicial sobre o imóvel.

Não há distinção entre os imóveis da União e os pertencentes ao Estado e Município quanto às despesas de manutenção com os referidos imóveis sob a responsabilidade deste Centro. As despesas são identificadas de acordo com os processos solicitados por todos os campi ou pela Prefeitura do CEFET/RJ. Este item será apresentado no Quadro 8.2.5

Esta Diretoria pretende dentro da programação de 2017 em conjunto com o DECOF/DIPAT proceder à elaboração do documento de normatização referente à Gestão Patrimonial, o que consideramos relevante após a participação na capacitação prevista em 2016.

De posse das informações e instrumentais ofertados pela administração do curso, pensamos no plano de capacitação por blocos já que o conteúdo e legislação para a Gestão Patrimonial é extensa, exigindo disponibilidade maior dos servidores tanto para ministrar a capacitação como para participação dos servidores envolvidos nas atribuições de gestão de bens patrimoniais.

Foram designados 02 servidores da DIPAT e 01 da DIRAP para participar do Treinamento em Gestão Patrimonial realizado no período de 29/11 a 02 /12 na cidade do Rio de Janeiro.

Foi definida em reunião pelo Comitê Executivo a aquisição do Sistema SIADS, em 2017, via SERPRO, no valor previsto de R\$166.000,00 anuais, e os recursos estão contidos no planejamento do Centro de CUSTO FIXO do CEFET/RJ.

De acordo com Portaria 192/CEFET/RJ, de 24/02/2015, foi constituída a Comissão Permanente de Desfazimento de Bens tendo como competência: realizar, receber, avaliar e proceder à avaliação dos bens destinados ao desfazimento e na realização dos procedimentos processuais sendo estes destinados para doação, desfazimento ou recuperação.

³⁰ **UG:** É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel. **RIP:** É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU. **Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação: 10 – Em regularização – Cessão; 21 – Uso em Serviço Público. **Estado de Conservação:** Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação: 3 – Bom.

As modalidades de desfazimento foram realizadas conforme estabelecido no Decreto nº 99.658/90 observado o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações. Em atenção ao Despacho da Procuradoria Federal neste CEFET/RJ item 5 (cinco) da Nota nº 059/2016/PF-CEFET-RJ/PGF/AGU de 05/09/2016, ao que estabelece o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, Inciso II e por meio do DESPACHO nº 01/2016/ASSOC/DIRAP de 15/09/2016, sobre **Desfazimento de Bens**, foram realizados apenas atos preparativos para adoção de medidas procedimentais, por conta do certame eleitoral de 2016, quando os bens poderão ser destinados a terceiros, após o resultado final do pleito eleitoral.

Considerando um dos procedimentos da fase processual, foi solicitado ao Conselho Diretor-CODIR autorização para as providências decorrentes do processo de Desfazimento de Bens elencados pela Comissão Permanente de Desfazimento de Bens.

O **Quadro 57** apresenta os imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Cefet/RJ.

Quadro 57 6 Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade do Cefet/RJ, exceto imóvel funcional³¹.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153010	6001.02717.500- 7	21	3	108.188.770	01/02/13	108.188.770	3.918.410	1.964.716
153010	6001.02075.500- 8	10	3	15.791.248	25/03/13	15.791.248	436.397	445.093
153010	5869.00029.500- 6	21	3	15.151.417	25/02/13	15.151.417	-	370.799
Total							4.354.807	2.780.609

Fonte: SPIUNET/SIAFI

Todos os imóveis descritos no **Quadro 57** (Maracanã, Nova Iguaçu, Maria da Graça) encontram-se ocupados e em funcionamento, considerados para os cálculos de reformas as despesas com obras e instalações e serviço de manutenção de infraestrutura que envolvam ampliação ou modificação estrutural.

São considerados como manutenção os serviços de conserto ou reparos de infra-estrutura, contrato com locação de mão-de-obra de manutenção predial e material necessários para execução do serviço e não fornecidos pelas empresas contratadas para os serviços de manutenção predial.

Quadro 58 6 Obras e serviços de engenharia relacionados com a atividade-fim.

OBRA	VALOR (R\$)	INÍCIO	CONCLUSÃO	OBSERVAÇÃO
CAMPUS MARACANÃ				
Prédio Bloco F Campus Maracanã	2.542.495,50	Mai/2015	Dez/2017	Em andamento
Instalação de novos elevadores Bloco E Campus Maracanã	950.000,00	Dez/2016	Dez/2019	Em mobilização
Instalação de Blindada	413.185,16	Jan/ 2017	Jun/2017	Em andamento

³¹ Informações baseadas na última análise Spiunet/Siafi 2015.

Reforma dos banheiros, readaptações dos espaços físicos e divisão de sala em baias	71.082,86	Jan/2017	Mar/2017	Em andamento
CAMPUS NOVA IGUAÇU				
Prédio Campus Nova Iguaçu	384.345,21	Jan/ 2015	Dez/2017	Em andamento
CAMPUS VALENÇA				
Construção de novo bloco de laboratórios e salas de aula	854.882,02	Dez/2016	Out/2017	Em mobilização
CAMPUS ANGRA DOS REIS				
Telhado Bloco B	165.022,51	Ago/2016	Nov/2016	Concluído
Reforma do bloco B e criação do espaço da Secretaria para alocação de técnicos administrativos	75.262,72	Jan/2017	Mar/2017	Em mobilização

5.2.4. Informações sobre a infraestrutura física

A infraestrutura física do Cefet/RJ é composta por 8 *campi*, sendo: Maracanã (sede), Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença, organizados da seguinte forma:

Quadro 59 Áreas construídas no Cefet/RJ

QUADRO DE ÁREAS CONSTRUÍDAS CEFET-RJ				
UNIDADES	EXISTENTE	EM CONSTRUÇÃO	ACRÉSCIMO	TOTAL
1 MARACANÃ	54870 m ²	1896,12 m ²	0 m ²	56766,12 m ²
2 MARIA DA GRAÇA	10443,64 m ²	0 m ²	0 m ²	10443,64 m ²
3 NOVA IGUAÇU	7367 m ²	3023,04 m ²	0 m ²	10390,04 m ²
4 VALENÇA	4235,05 m ²	0 m ²	0 m ²	4235,05 m ²
5 ANGRA DOS REIS	7045,52 m ²	0 m ²	0 m ²	7045,52 m ²
6 ITAGUAÍ	9657,68 m ²	0 m ²	0 m ²	9657,68 m ²
7 FRIBURGO	9938,05 m ²	609,05 m ²	0 m ²	10547,1 m ²
8 PETROPÓLIS	5032,7 m ²	0 m ²	0 m ²	5032,7 m ²

Quadro 60 ó Descritivo de áreas do Cefet/RJ

DESCRITIVO ÁREAS CEFET-RJ			
UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	ÁREA	
UNIDADE MARACANÃ			
Campus 1	Avenida Maracanã,229-Maracanã - Rio de Janeiro	Terreno	31410,00 m ²
		Construída Coberta	39270,50 m ²
		ACRÉSCIMO Construída Coberta	1896,12 m²
		Construída Descoberta	15600,00 m ²
Campus 3	Rua General Canabarro,552-Maracanã - Rio de Janeiro	Terreno	2942,30 m ²
		Construída Coberta	1379,00 m ²
		Construída Descoberta	2101,35 m ²
		UNIDADE MARIA DA GRAÇA	
Rua Miguel Angelo,96 -Maria da Graça	Terreno	7212,96 m ²	
	Construída Coberta	7386,68 m ²	
	Construída Descoberta	3056,96 m ²	
UNIDADE NOVA IGUAÇU			
Estrada Adrianópolis,1370 -Santa Rita -Nova Iguaçu -RJ	Terreno	68700,00 m ²	
	Construída Coberta	5280,00 m ²	
	ACRÉSCIMO Construída Coberta	3023,04 m²	
	Construída Descoberta	2087,00 m ²	
UNIDADE NOVA FRIBURGO			
Avenida Roberto Silveira,1900 - Duas Pedras - Nova Friburgo - RJ	Terreno	29165,00 m ²	
	ACRÉSCIMO Construída Coberta	609,05 m²	
	Construída Coberta	7386,68 m ²	
	Construída Descoberta	3056,96 m ²	
UNIDADE PETROPÓLIS			
Rua do Imperador,971 - Centro - Petrópolis - RJ	Terreno	2238,56 m ²	
	Construída Coberta	4763,10 m ²	
	Construída Descoberta	269,60 m ²	
UNIDADE ITAGUAÍ			
Estrada Ari Parreiras,1242 - Engenho - Itaguaí - RJ	Terreno	8114,36 m ²	
	Construída Coberta	3759,45 m ²	
	Construída Descoberta	5898,23 m ²	
UNIDADE VALENÇA			
Rua Voluntários da Pátria, s/n° - Belo Horizonte - Valença - RJ	Terreno	3852,08 m ²	
	Construída Coberta	1522,79 m ²	
	Construída Descoberta	2712,26 m ²	
UNIDADE ANGRA DOS REIS			
Rua do Areal, 522 -Perequê - Angra dos Reis - RJ	Terreno	12747,76 m ²	
	Construída Coberta	2731,35 m ²	
	Construída Descoberta	4314,17 m ²	

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O presente item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão de Tecnologia da Informação na instituição.

5.3.1 Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) com vistas a atender às necessidades de um órgão ou entidade por um período determinado de tempo. Deve contemplar as necessidades de informação e serviços de TI da organização, suas metas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação. As diretrizes para alcançar os objetivos propostos no PDTI estão descritas a seguir:

- Promover a governança de TI no Cefet/RJ
- Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão
- Garantir que as propostas orçamentárias de TIC sejam elaboradas com base em planejamentos e alinhadas com os objetivos de estratégicos
- Garantir a disponibilidade e integridade da informação

- Estabelecer, gerir, incentivar e manter políticas públicas por meios eletrônicos
- Investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TI
- Promover a melhoria dos sistemas de informação do Cefet/RJ
- Buscar a integração entre os sistemas de gestão governamental
- Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar padronização, integridade e segurança
- Adotar padrões abertos no desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação
- Promover o atendimento às normas de acessibilidade (e-MAG) e interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-PING), incluindo padrões de governança
- Garantir a segurança da informação e comunicações
- Buscar a melhoria contínua da infraestrutura de TI
- Manter os processos internos de TI mapeados, formalizados, mensurados e otimizados
- Promover capacitação / formação de servidores de TI no Cefet/RJ

5.3.2. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) possui caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem a plataforma operacional, assim como promover o alinhamento da área de negócio com a área de TI, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal e com o que determina a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) vigente.

O CETI é presidido por membro indicado pela Direção-Geral e em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto/suplente, assim como os demais membros do Comitê, afastamentos e impedimentos legais, serão representados por seus respectivos substitutos/suplentes. Atualmente, o comitê é composto pelos Diretores Sistêmicos de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, de Administração e Planejamento, de Gestão Estratégica, de Ensino e pelo Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (Presidente). Em 2016 foram realizadas três reuniões, que envolveram decisões relativas à:

- Redefinição das prioridades das necessidades de TI com relação ao desenvolvimento e implantação de softwares.
- Definição da equipe de elaboração do PDTI 2016-2019
- Aprovação do Plano de Trabalho para elaboração do PDTI 2016-2019.

5.3.3. Principais sistemas de informações

O Cefet/RJ possui onze principais Sistemas de Informações que atuam nas diversas áreas da instituição. Apresenta-se a lista com o nome dos sistemas e uma breve descrição:

- **SIE (Sistema de Informações para o Ensino):** O SIE é um Sistema de Informação para gerenciamento acadêmico, desenvolvido e concebido pela Universidade Federal de Santa Maria ó UFSM, sendo a empresa AVMB a atual detentora dos direitos autorais. Ele é o sistema de gestão acadêmico adotado por esta instituição desde 2005. Este Sistema é indispensável para atender a regra de negócio da instituição, porque permite o controle e o registro das atividades acadêmicas. Atualmente, o Cefet/RJ utiliza os módulos de ensino do SIE contemplando apenas a Graduação, o Ensino Médio e o Ensino Técnico.
- **SOPHIA: Sistema de Gestão de Biblioteca:** O SOPHIA é um sistema de gestão de biblioteca usado pelo Cefet/RJ para administrar todo o acervo constante na biblioteca, bem como fazer a

gestão do acesso ao conteúdo pela comunidade (Docente, Discente e funcionários) do Cefet/RJ. Ele é um produto desenvolvido pela PRIMA Software. Esse sistema de gestão, em meados dos anos 2000, foi adquirido junto a PRIMA e é utilizado pela instituição.

- **REV (Virtualizador RED HAT):** O REV é um sistema que permite virtualizar e gerenciar máquinas nos servidores do Cefet/RJ. A virtualização de servidores é uma prática essencial para a sobrevivência de qualquer Data Center nos dias atuais. Devido a sua importância e a disponibilidade de recurso na época da aquisição Cefet/RJ adquiriu o suporte ao produto e o direito de atualização do sistema por 3 anos.
- **Sistemas de Banco de Dados:** Os sistemas de Banco de dados são plataformas de armazenamento, acesso e gerenciamento de dados. É a base de dados dos sistemas de informação propriamente dita. Atualmente contamos com dois Sistemas de Banco de Dados (SDB). O IBM DB2 que roda com o SIE e o SQL Server; também, roda com o SOPHIA e o Portal Cefet/RJ. Contudo, ainda existem alguns subsistemas legados que operam sobre a plataforma MYSQL, mas o MYSQL é um SDB gratuito disponibilizado pela Oracle Corporation.
- **Portal Cefet/RJ:** O portal Cefet/RJ foi totalmente reformulado para atender a Instrução Normativa nº 08, de 19 de dezembro de 2015, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Neste novo portal estão disponíveis os conteúdos referentes à área acadêmica em todos os níveis e alguns conteúdos da área administrativa. O Portal também disponibiliza acesso aos serviços de e-mail, ao Portal do Professor e ao Portal do Aluno que são subsistemas do Sistema de Informação Educacional.
- **Intranet Cefet/RJ :** é um portal onde disponibilizamos alguns serviços internos, tal como o acesso a outros subsistemas do Cefet/RJ. A Intranet roda em uma plataforma Open Source e foi totalmente customizada pela equipe de TI do da instituição.
- **Firewall Arker (Sistema de Segurança):** O sistema de segurança conta com um *appliance* para gerenciar o conteúdo e acesso ao Portal Cefet/RJ. Este *appliance*, adquirido em 2012 com a AKER, é dotado de um conjunto de Hardware e Software instalado e configurado de acordo com a realidade do Cefet/RJ e de acordo com os sistemas existentes e os níveis de segurança estabelecidos pela nossa política de segurança. Este sistema é essencial e imprescindível para a política de segurança adotada pelo Cefet/RJ.
- **Serviço de E-mail:** Para atender o decreto presidencial nº 8.135/2013, o Cefet/RJ contratou o serviço de correio eletrônico (Expresso V3) do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O E-mail institucional é exclusivo para setores pertencentes à instituição e servidores da ativa. O tamanho padrão das caixas de correios dos usuários é de 500MB, sendo que em 2016 todas as caixas passarão a ter 1GB de espaço.
- **Contratos de Telecom (Dados):** Atualmente, todos os *campi* da instituição possuem links de dados interligados pela Redecomep, que é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e tem como objetivo implementar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos Pontos de Presença da RNP.
- **Sistema de Chamados:** O sistema de chamados é um sistema de atendimento ao cliente que centraliza as solicitações, esclarecimentos, reclamações e registros de problemas relacionados aos produtos e serviços da instituição. Este sistema é baseado em uma plataforma Open Source que, por este motivo, não gerou custo ao Cefet/RJ.
- **Antivírus:** é o principal recurso de proteção contra as ameaças virtuais. Este foi o motivo pelo qual o Cefet/RJ adquiriu, no início de 2015, 3 anos de licença do antivírus Kaspersky. Esta licença dá direito a todas as atualizações disponibilizadas para o produto além de suporte técnico do fabricante.
-

5.3.4. Força de trabalho de TI

A força de trabalho de TI no Cefet/RJ é composta da seguinte forma:

Quadro 61 ó Força de trabalho de TI no Cefet/RJ

Cargo	Angra	Itaguaí	Maracanã	M.Graça	Friburgo	N.Iguaçu	Petrópolis	Valença	Total
Analista de TI			8						8
Téc. de TI	2	3	7	1	2	2	2	2	21
Tecnólogo / Formação			4						4
Téc. de Lab.			3	1					4
Técnico administrativo atuando na TI	1		11			2			14
Estagiários			2						2

Fonte: DTINF

Os profissionais alocados nos campi recebem apoio da equipe sede, porém respondem aos seus respectivos diretores de *campus*.

5.3.5. Plano de Capacitação do Pessoal de TI

Em 2016, alguns treinamentos disponibilizados pela RNP não puderam ser concluídos por causa de problemas administrativos na realização da solicitação para Diárias e Passagens. No entanto, alguns servidores em cargos de liderança no Departamento de Tecnologia da Informação foram beneficiados com a capacitação, listados a seguir: Administração de Sistemas Linux (1); Teste de Invasão de Aplicações Web (1); Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet (1); Gerenciamento de Serviços de TI (1); Curso de BPMN *in company* (8); Gestão e Fiscalização de Contratos (3); Sistema de Registro de Preços (3); Processos e Ferramentas de Gestão (1); Gestão de Projetos no Serviço Público (1); Chefe, Gestor, Líder e Facilitador: diferentes papéis na Gestão de Pessoas (1).

A partir de 2017, o Departamento de Tecnologia da Informação que até o momento estava como apoio da Direção Geral, passou por um processo de reestruturação e integra novamente a Diretoria de Gestão Estratégia.

5.3.6. Processos de Gerenciamento de Serviços de TI implementados

Em 2016, foi iniciado o projeto de elaboração do portfólio de serviços, começando com a definição do catálogo de serviços. Um levantamento inicial foi feito sobre os serviços que estão sendo prestados pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF). Foram feitas reuniões com as equipes responsáveis pelos serviços, de modo a coletar mais informações e definir critérios sobre os mesmos.

Em 2017, essas reuniões terão prosseguimento e conforme a definição dos serviços for concluída, eles serão publicados. Para o gerenciamento dos serviços, gradualmente, serão implantados processos de operação do serviço definidos pelo ITIL (Information Technology

Infrastructure Library). Posteriormente, serão elaborados o pipeline de serviços e o registro dos serviços desativados, possibilitando a implantação dos demais processos do ITIL.

5.3.7. Projetos de TI desenvolvidos no período

Dentre projetos de TI desenvolvidos no exercício de 2016, alguns já foram concluídos e outros ainda estão em andamento. A seguir são listados brevemente o seu conteúdo e status de trabalho:

- **Sistema de Avaliação de Desempenho:** desenvolvimento e implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho on-line. Espera-se com isto agilizar o processo de avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos e de docentes em cargo de chefia. Alinhamento estratégico com PDI: OE5 e OE8. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Com prazo para março/2016 e status: concluído.
- **Implantação do SIE:** implantação da nova versão dos módulos do SIE (Recursos Humanos, Patrimônio, Almoxarifado, Contratos, Financeiro, Orçamentário, Acadêmico, Protocolo, ASTEN Processos e ASTEN Indicadores). Espera-se integrar as áreas da gestão acadêmica e administrativa, melhorando o desempenho das atividades, otimizando tempo e recursos. Alinhamento estratégico com PDI: OE8 e OE15. Valor do projeto: 629 mil reais, sendo pago 165 mil em 2016. Prazo: dezembro/2017. Status: em andamento.
- **Sistema de Inscrição em cursos de capacitação:** desenvolver e implantar o serviço de inscrição em cursos de capacitação por meio da web. Espera-se facilitar o processo de inscrição em cursos e permitir maior controle das inscrições realizadas. Alinhamento estratégico com PDI: OE5, OE6 e OE16. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: maio/2016. Status: concluído.
- **Integração do Questionário da CPA com os Portais do Aluno e do Professor:** desenvolver e implantar uma integração mais eficiente do questionário da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) com os Portais do Aluno e do Professor. Espera-se automatizar a integração do questionário da CPA com os Portais do Aluno e do Professor, reduzindo assim as falhas no sistema. Alinhamento estratégico com PDI: OE1, OE2, OE8, OE12 e OE15. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: dezembro/2016. Status: concluído.
- **Portfólio de Serviços:** catalogar e descrever de forma detalhada todos os serviços prestados pelo DTINF, incluindo os que já estão sendo prestados, os que estão na fila de desenvolvimento e os que foram aposentados. Espera-se melhorar o gerenciamento dos serviços prestados pelo DTINF durante todo seu ciclo de vida. Alinhamento estratégico com PDI: OE9, OE12 e OE15. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: dezembro/2018. Status: em andamento.
- **Treinamento de BPMN com Bizagi:** ministrar treinamentos para capacitação dos servidores em Business Process Model em Notation (BPMN) e no software Bizagi. Espera-se habilitar os servidores a fazerem a modelagem de processos de seus respectivos setores. Alinhamento estratégico com PDI: OE5, OE9 e OE15. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: fevereiro/2017. Status: em andamento.
- **Implantação de Cabeamento Estruturado:** implantar cabeamento estruturado no campus Maracanã. Espera-se melhorar a infraestrutura física da rede de telecomunicações do campus Maracanã. Alinhamento estratégico com PDI: OE3. Valor do projeto: R\$ 1.784.056,68, sendo pago R\$727.627,40 em 2016. Prazo: maio/2017. Status: em andamento.
- **Mudança de posição do Gerador:** transferir o gerador de energia do seu local original de instalação para mais perto do novo data center, de modo a ser ligado novamente à infraestrutura do DTINF. Espera-se maior resiliência às faltas de energia no novo data center do DTINF.

Alinhamento estratégico com PDI: OE3. Valor do projeto: R\$ 96.400,00; sendo que nenhum valor foi pago em 2016. Prazo: maio/2017. Status: em andamento.

- **Implantação da CAFe:** implantar o serviço de identificação da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) definida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Espera-se unificar a autenticação em serviços disponibilizados pelas instituições que constituem a CAFe. Alinhamento estratégico com PDI: OE2, OE3, OE17 e OE18. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: janeiro/2018. Status: em andamento.
- **Implantação do IPV6:** implantar o protocolo IP versão 6 no campus Maracanã. Espera-se atualização da lógica de infraestrutura para funcionamento com novas demandas da Internet. Alinhamento estratégico com PDI: OE3. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: fevereiro/2018. Status: em andamento.
- **Reestruturação da Rede Lógica:** redefinir a rede lógica do campus Maracanã. Espera-se melhorar o desempenho geral da rede de computadores e diminuir as ocorrências de falta de conectividade. Alinhamento estratégico com PDI: OE3. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: fevereiro/2018. Status: em andamento.
- **Implantação de Novo Serviço de Antivírus:** instalar e configurar a nova versão do sistema de antivírus em outro servidor. Espera-se melhorar o desempenho da solução de antivírus e diminuir o retrabalho com configurações pendentes. Alinhamento estratégico com PDI: OE3. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: junho/2017. Status: em andamento.
- **Implantação da Eduroam:** implantar o sistema de rede sem fio com autenticação pela CAFe. Espera-se disponibilizar o serviço de rede sem fio para usuários da CAFe. Alinhamento estratégico com PDI: OE2, OE3, e OE17 e OE18. Valor do projeto: não houve contratação de serviços ou aquisição de equipamentos. Prazo: janeiro/2018. Status: em andamento.

5.3.8. Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para unidade

A instituição tem contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para provimento do serviço de e-mail, que foi escolhido de modo a atender ao decreto presidencial nº 8.135/2013. O Cefet/RJ poderia voltar a prover esse serviço, no entanto, os requisitos de segurança e qualidade seriam fortemente afetados.

O SIE é o principal sistema de informação do Cefet/RJ e conta com o suporte técnico da empresa AVMB. Toda a infraestrutura (servidores de aplicação e banco de dados) está na instituição. Logo, não depende da AVMB para funcionar, mas, como o SIE é um sistema altamente crítico para o funcionamento da instituição, o suporte torna-se muito importante para uma rápida resposta aos problemas que eventualmente ocorrem e também porque inclui as atualizações do sistema. Entre as possibilidades para acabar com essa dependência seria o desenvolvimento de um sistema específico, no entanto, isso seria inviável, devido à alta complexidade de um sistema acadêmico para uma instituição do porte do Cefet/RJ, a pequena equipe de servidores e o alto custo da contratação de uma empresa para o desenvolvimento do software. Em 2014 foi feita uma nova análise dos sistemas acadêmicos disponíveis no mercado para uma possível substituição do SIE, entretanto, ele mostrou-se ainda a melhor opção para instituição. Todavia, a equipe de TI está atenta aos novos sistemas acadêmicos e mantém contato com outras instituições de ensino que os utilizam.

O sistema SophiA também roda na infraestrutura do Cefet/RJ e conta com o serviço de suporte da empresa Prima. Pela criticidade do sistema, é importante ter uma resposta rápida quando

um problema ocorre. Ainda não foi identificado nenhum sistema de código aberto que atenda de forma satisfatória os requisitos de negócio das bibliotecas do Cefet/RJ. Um possível substituto para esse sistema é o módulo de biblioteca do SIE.

Seguindo uma tendência do mercado, o data center do Cefet/RJ está cada vez mais usando a tecnologia de virtualização de servidores. Portanto, foi adotado o gerenciador de virtualização da Red Hat, que é uma solução com muito mais recursos do que as que eram usadas anteriormente. O Red Hat Virtualization Manager é um sistema de código aberto, mas conta com a possibilidade de contratação de suporte técnico. Devido a criticidade do serviço, esse suporte foi adquirido, sendo que ele abrange tanto o gerenciador de visualização, quanto o sistema operacional dos servidores. No entanto, de modo a mitigar essa dependência, a equipe responsável pela virtualização realiza frequentemente treinamentos de capacitação nessas tecnologias.

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O Cefet/RJ tem presente em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) os desafios de demandas formativas a fim de alcançar um meio ambiente sustentável, associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social (Portal Cefet/RJ). Para isso, a instituição de ensino vem incorporando ações que promovam a sensibilização da comunidade a partir de cursos de capacitação na área de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, reduzam a quantidade de resíduos sólidos gerados, incentivem a busca de posturas e equipamentos que assegurem a eficiência energética e incorporem parâmetros ambientais nas compras e licitações.



Figura 8 ó Logotipo da Comissão de Coleta Seletiva Solidária

Embora ainda não tenha estruturado a sua política de sustentabilidade socioambiental, pode-se dizer que em relação às diretrizes estabelecidas nos PDI anteriores, houve um expressivo avanço em relação aos princípios de responsabilidade social e sustentabilidade ambiental na formação do desenvolvimento da educação tecnológica nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, o que é um passo para o desenvolvimento de sua política de sustentabilidade ambiental.

5.4.1 *Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras*

Desde agosto de 2015, o Cefet/RJ vem realizando a separação de resíduos recicláveis e destinando-os a uma cooperativa de catadores habilitada, no cumprimento ao Decreto nº

5940/2006. O CEFET/RJ campus Maracanã assinou um Termo de Compromisso, que apresenta um prazo de vigência de dois anos, com a cooperativa habilitada, que no caso é a COOTRABOM ó Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso Ltda. Atualmente, o Cefet/RJ já constituiu sua Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária (CCCSS), bem como já se verifica a presença de Comissões Adjuntas de Coleta Seletiva Solidária nos demais *campi*.



Figura 9 ó Coleta Seletiva nos *campi*

Em junho de 2016, ocorreu um curso de capacitação para os servidores de determinadas áreas do Cefet/RJ (carga horária de 21 horas/aula) intitulado õCompras Sustentáveis na Administração Públicaõ promovido pela Divisão de Capacitação e Desenvolvimento do Departamento de Recursos Humanos. Esse curso habilitou os servidores a executar compras incorporando critérios sustentáveis.



Figura 10 ó Divulgaçõ pela coleta seletiva e mutirão de eletrônicos

Neste mesmo período, pela necessidade que as pessoas têm por um local que receba e destine adequadamente seus resíduos eletroeletrônicos, a Comissão Central de Coleta Seletiva Solidária (CCCSS) planejou e implementou, parte, do processo de gestão dos resíduos eletroeletrônicos. Um Mutirão Sustentável foi organizado para a coleta desses resíduos dentro do próprio Cefet/RJ.

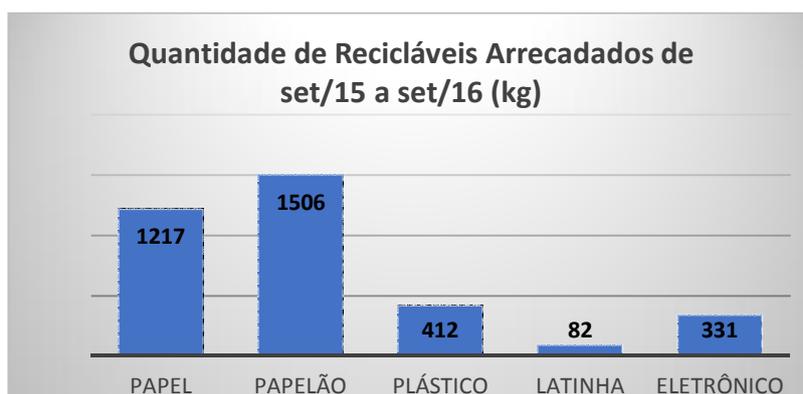


Gráfico 3 - Quantidades arrecadadas de recicláveis de Set./2015 a Set./2016 em quilogramas

Cabe lembrar que a forte chuva que atingiu o CEFET Maracanã em março de 2016 gerou uma grande quantidade de resíduos eletrônicos, que se tornaram inservíveis para a instituição e agora, estava sendo doada para a cooperativa.

Quadro 62 - Quantidades mensais de resíduos sólidos recicláveis arrecadados

Período	Materiais recicláveis (kg)					
	Papel	Papelão	Plástico	Latinha	Eletrônico	Total
Set/2015	70	90	20	19	2	201
Out/2015	197	258	74	39	2.5	570.5
Nov/2015	57	82	25	17	2.5	183.5
Jan/2016	28.5	41.2	12.6	0	3.4	85.7
Fev/2016	31.5	47.2	21.6	0	6.2	106.5
Mar/2016	48.5	55.3	19.9	0	9.5	133.2
Abr/2016	120	157	38	0	45	360
Mai/2016	111	125	23	0	49	308
Jun/2016	156	167	45	1,5	43	412,5
Jul/2016	135	170	49	3	45	402
Ago/2016	127	159	38	2,8	57	383,8
Set/2016	136	155	46	-	66	403
Total	1217.5	1506.7	412.1	82.3	331.1	3549.7

Outra ação de conscientização na comunidade foi realizada com os profissionais terceirizados que atuam na área de limpeza. Estes agentes importantes na colaboração para o sucesso do projeto, realizou-se em julho de 2016 um café solidário onde foram expostas as ações necessárias e sanadas as dúvidas dos funcionários com respeito das determinações legais sobre coleta sustentável.



Figura 11 Atuação dos terceirizados da limpeza em encontro sobre coleta solidária

Do que é angariado, em termos monetários, pela cooperativa com os recicláveis do Cefet/RJ, é utilizado para o pagamento das despesas mensais da cooperativa, como energia elétrica, água, além dos rendimentos dos cooperativados. A cooperativa também recolhe de outras organizações, como Correios e UFF. Em contrapartida, a Comissão percebeu que o projeto, durante esses nove meses, pode gerar uma economia de aproximadamente de R\$ 411 reais para o Cefet/RJ, considerando que:

- Metal apresenta uma densidade de 53 kg/m^3 e contabilizou 1,41 metros cúbicos gerados,
- Papel/ papelão apresenta uma densidade de 338 kg/m^3 e contabilizou 4,49 metros cúbicos gerados,
- Plástico apresenta uma densidade de 135 kg/m^3 e contabilizou 1,73 metros cúbicos gerados.

O Cefet/RJ, hoje, tem um contrato com uma empresa que recolhe o lixo, regularmente, e paga mensalmente R\$ 3.107,15 por $57,6 \text{ m}^3$. (Esse volume equivale a quatro containers de 1,2 metros cúbicos que são retirados durante três vezes na semana). Além de economizar recursos financeiros/ públicos da instituição de ensino (R\$ 411), o projeto ainda gerou benefícios monetários para a cooperativa, a partir da venda dos recicláveis pela cooperativa.

Sob a perspectiva social, um resultado significativo referiu-se à qualidade dos recicláveis doados, que com o decorrer do projeto passaram a apresentar melhores condições de reaproveitamento, contribuindo também para o aumento da renda das famílias dos catadores e assim, promovendo a inclusão social desses no mercado. Mais do que beneficiar os 15 catadores que trabalham na cooperativa, tem-se indiretamente um favorecimento gerado aos membros familiares desses, que estão entre 45 a 75 indivíduos.

Apesar de ainda não atender a todos os eixos temáticos para a implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o Cefet/RJ tem dado grandes passos neste sentido. Como em todo trabalho que envolve educação ambiental e, por consequência, uma mudança de comportamento, os resultados

aparecerão a longo prazo; por isso, a importância de persistir na busca dos objetivos e realizar, periodicamente, o monitoramento dos processos. No que se refere ao Cefet/RJ, nota-se que a instituição está disposta a reagir de forma positiva à proposta.

As instituições de ensino devem perceber a necessidade de servir de modelo para a formação de uma consciência ambiental, tendo como responsabilidade manter as boas práticas em todos seus pilares de atuação, essencialmente nas práticas sustentáveis e de conservação do meio ambiente. Dessa forma, o Cefet/RJ, assim como todas as IES, precisa investir na formação de profissionais que se tornem cidadãos conscientes para melhor a qualidade de vida.

5.5 GESTÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS

Não se aplica ao Cefet/RJ.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Cefet/RJ prioriza a qualidade de seu relacionamento com a sociedade por meio de diversos canais de comunicação. A seguir são apresentadas as diversas formas pelas quais são possíveis o acesso direto institucional.

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os dois principais canais de acesso direto do cidadão, tanto presencialmente quanto por meio presencial são a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Além destes, são também considerados canais de acesso: o Protocolo Geral, os canais disponíveis por email e redes sociais (Facebook e Twitter) gerenciados pela Divisão de Comunicação (DICOM).

6.1.1 Ouvidoria

A Ouvidoria do Cefet/RJ é um espaço aberto para a sociedade que, através dos canais de atendimento abaixo relacionados, recebe e responde manifestações, que podem ser sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre as políticas e os serviços públicos prestados por esta Instituição Federal de Ensino. O canal está disponível por meio da plataforma eletrônica³² e também disponibiliza acesso presencial.



Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Cefet/RJ
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Buscar no portal

Perguntas frequentes | Contato | Serviços do Cefet/RJ | Área de imprensa

PÁGINA INICIAL > OUVIDORIA

A INSTITUIÇÃO

- Apresentação
- Histórico
- Direção-Geral
- Agenda do diretor-geral
- Projeto de transformação em universidade
- Conselhos
- Comissões
- Concursos
- Ouvidoria
- Bibliotecas
- Auditoria interna
- Avaliação institucional
- PDI
- Administração e planejamento
- Recursos humanos
- Procuradoria
- Estrutura organizacional

Ouvidoria

Publicado: Quarta, 17 de Junho de 2015, 19h:23 | Última atualização em Quarta, 14 de Setembro de 2016, 15h:55 | Acessos: 13487

A Ouvidoria do Cefet/RJ é um espaço aberto para a sociedade que, através dos canais de atendimento abaixo relacionados, recebe e responde manifestações, que podem ser sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre as políticas e os serviços públicos prestados por esta Instituição Federal de Ensino.

E-ouv

- Denúncia
- Reclamação
- Elogio
- Sugestão
- Solicitação

Canais de Atendimento

E-mail: ouvidoria@cefet-rj.br
Presencial: Rua General Canabarro, 552, 2º andar, sala do DEDNA, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ

Figura 12 ó Printscreen da plataforma de acesso eletrônico à Ouvidoria do Cefet/RJ

O DEADI, enquanto sede da Ouvidoria, recebe demandas do público interno e externo e, mediante interação com os órgãos/setores próprios da Instituição, apresenta as respostas e/ou soluções desejadas. Com o advento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), desenvolvido pela CGU, este Cefet/RJ aderiu integral e formalmente a essa ferramenta³³, sem prejuízo de continuar utilizando o canal que, desde 2005, foi implantado (ouvidoria@cefet-rj.br).

³² <http://www.cefet-rj.br/index.php/ouvidoria>

³³ Acesse <http://www.cefet-rj.br/index.php/ouvidoria>

[rj.br](http://www.cefet-rj.br)). Há também o acesso mediante telefone (21-25663050) e presencial, devendo, o interessado, comparecer às instalações do DEADI ou ao Protocolo-Geral do Cefet/RJ para formalização de sua manifestação. Cabe registrar que o e-Ouv é um sistema do qual se pode extrair as devidas estatísticas de atendimento por parte da Ouvidoria e, dada a sua origem, é monitorado pela CGU-OGU, o que confere maior fidedignidade aos atendimentos prestados.

6.1.2 Serviço de Informação ao Cidadão (SIC, e-SIC)

Foram registrados 61 pedidos de acesso à informação no período de janeiro/2016 a dezembro /2016, realizados por 56 solicitantes, o que significa que pelo menos um solicitante realizou mais de um pedido de informação - sendo registrado 4 (quatro) o maior número de pedidos realizados por um mesmo solicitante. Destas 61 solicitações, 98,4% foram realizadas pelo sistema (e-Sic, email), apenas uma foi necessária prorrogação, representando que as demais foram atendidas no prazo médio de 10 dias.



Gráfico 4 ó Perfil dos Solicitantes SIC Cefet/RJ 2016



Gráficos 5 ó Gênero dos solicitantes SIC Cefet/RJ 2016

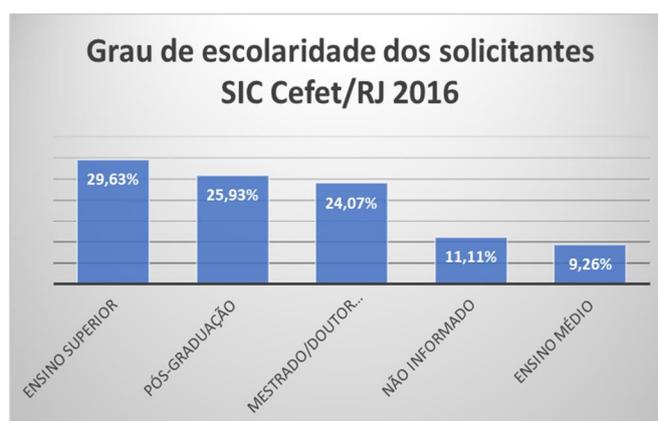


Gráfico 6 ó Grau de escolaridade dos Solicitantes SIC Cefet/RJ 2016

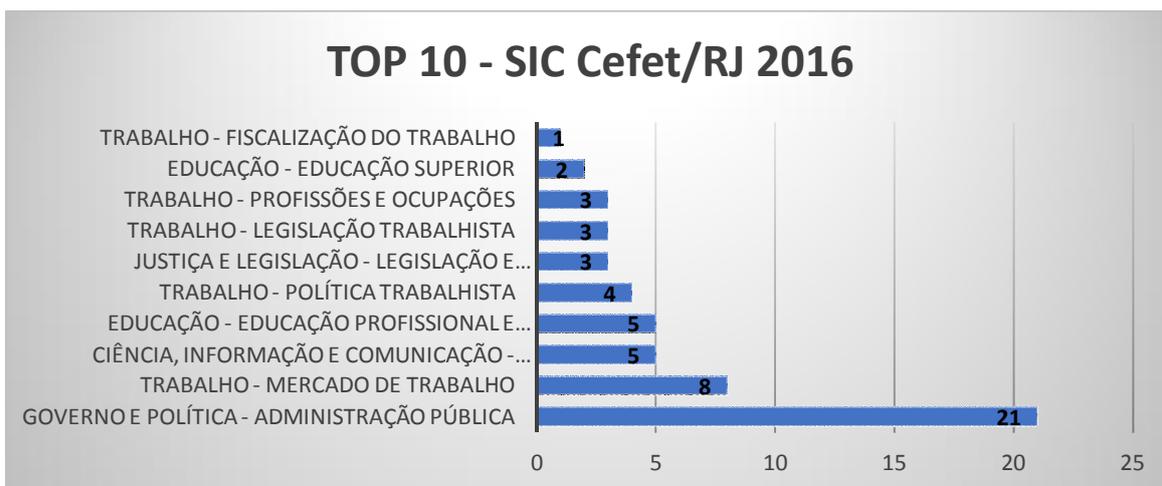


Gráfico 7 ó TOP 10 - SIC Cefet/RJ 2016 - Assuntos

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Todo órgão da Administração Pública deve dar publicidade a seus atos. Além disso, entendemos que a informação é um requisito essencial para o exercício pleno da cidadania. De forma contínua e atualizada, esse fato implica informar à sociedade os atos praticados pelos gestores e os serviços prestados disponíveis para a demanda dos cidadãos.

Nessa perspectiva, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), como instituição federal de ensino superior, apresenta sua carta de serviços aos cidadãos³⁴. Cumpre, dessa forma, o ato previsto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.



Figura 13 ó Carta de Serviços ao Cidadão do Cefet/RJ

³⁴ <http://www.cefet-rj.br/index.php/carta-de-servicos-ao-cidadao>

Estão contemplados da Carta de Serviços ao Cidadão das seguintes informações:

- **Informações básicas:** Características da natureza institucional.
- **Identidade organizacional:** Missão, visão, valores.
- **Estrutura organizacional e contatos:** todos as áreas e níveis.
- **Abrangência do Cefet/RJ:** Sistema Multicampi.
- **Tipos de oferta:** Ensino técnico, Graduação, Pós-graduação, EAD.
- **Formas de acesso e ingresso:** Informação sobre processos seletivos.
- **Pesquisa:** Apresentação da Pesquisa no âmbito institucional.
- **Extensão:** Apresentação da Extensão no âmbito institucional.
- **Responsabilidade pelas informações.**

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Além dos mecanismos supracitados de acesso à informação para o cidadão, o Cefet/RJ também procura, por meio de sua Auto-avaliação institucional, verificar o grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

6.3.1. Auto-avaliação Institucional

O Cefet/RJ utiliza como mecanismo para aferição de satisfação o Relatório Final de Auto Avaliação Institucional, que tem como uma das finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. A instituição participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004. Dentre as modalidades de instrumentos de avaliação, vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos seis anos a auto avaliação da instituição coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que dá origem a relatórios anuais.

O roteiro utilizado para a produção do relatório é pré-estabelecido pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior ó CONAES, porém sofreu ajustes por meio da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado no DOU de 04/02/2014, e na Portaria nº 92, de 31/01/2014.

Quadro 63 - Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA (Portaria nº 1342 de 2016)

Dimensões		Servidores	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Waltencir Andrade
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Carla Cristina Almeida Loures
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Aline Gesualdi
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Eduardo Bezerra
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Maria Esther Provenzano
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Dischinger Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Giuliano Magno de Oliveira Condé

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo comunidade acadêmica será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do Cefet/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os campi com curso superior, ou seja, a Unidade Sede, situada no Maracanã, e os campi de Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença. O campus Maria da Graça não participou da pesquisa, pois não possui curso superior até o momento. Habitualmente não se aplica a pesquisa para os alunos dos períodos iniciais de um curso novo, aguardando-se que os mesmos tenham maior conhecimento da Instituição e de seu curso para participar do processo de avaliação.

A Auto-Avaliação Institucional de 2016, obteve um aumento expressivo de participantes técnicos-administrativos, com a utilização da chamada para questionário online por email. Para análise deste relatório, foram selecionados os itens mais relevantes para a gestão institucional. O conteúdo completo desta avaliação poderá ser acessado pelo relatório próprio da Auto-Avaliação institucional elaborado pela CPA e Diretoria de Ensino³⁵. O gráfico a seguir apresenta o percentual de representatividade de cada grupo que completou o questionário:

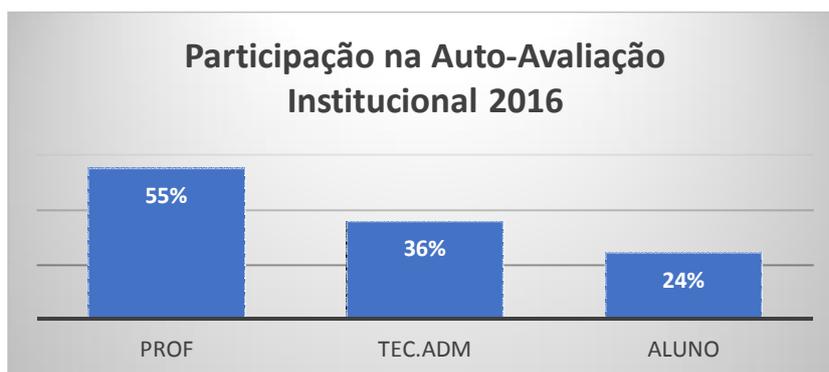


Gráfico 8 Participação na Auto-Avaliação Institucional 2016

Com relação ao corpo docente, segundo o Departamento de Recursos Humanos - DRH, no final de 2015, o Cefet/RJ contava com um total de 857 docentes atuando no ensino técnico e/ou superior, e no final de 2016, um total de 890 docentes. Considerando que em 2013 haviam 618 docentes, segundo informações do DRH, pode-se observar que houve um aumento de 272 docentes nos últimos três anos, resultado da abertura de diversos concursos com a participação direta desse segmento.

O corpo docente do Cefet/RJ em 2015 era composto de 33% de doutores, 53% de mestres, 10% de especialistas e 4% de graduados. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era, portanto, de 86% do corpo docente. No final de 2016, houve aumento do número de doutores,

³⁵ O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados, quando coletados e processados, constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente relatório, que será enviado ao INEP/CONAES e terá uma cópia entregue ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. Os resultados serão, em seguida, apresentados aos Conselhos pertinentes e publicados no site da Instituição. Além disso, serão distribuídas diversas cópias eletrônicas, por meio de CDs, aos membros do Conselho de Ensino (CONEN) e do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas.

passando para 35%, e diminuição do número de graduados e especialistas, passando para 3% e 9%, respectivamente, enquanto o número de mestres se manteve constante, em 53%. Assim, a titulação em nível de mestrado ou doutorado subiu para 88% do corpo docente.

Com relação ao corpo técnico-administrativo, segundo o DRH, no final de 2015, o Cefet/RJ contava com um total de 612 técnico-administrativos, e no final de 2016, um total de 624. Considerando que em 2013 haviam 413 técnico-administrativos, segundo informações do DRH, pode-se observar que houve um aumento de 211 técnico-administrativos nos últimos três anos, resultado da abertura de diversos concursos com a participação direta desse segmento.

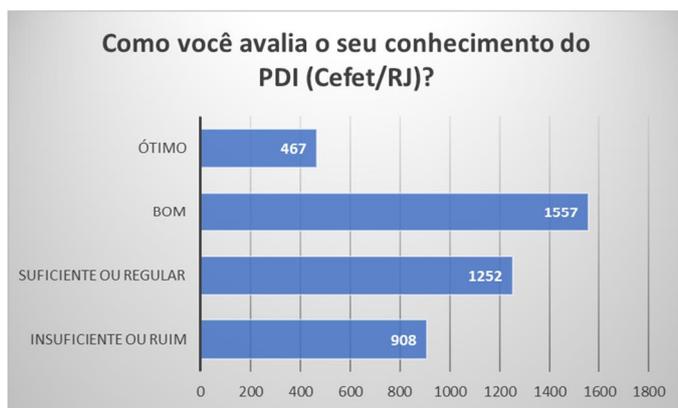


Gráfico 9 ó Como você avalia o seu conhecimento do PDI (Cefet/RJ) **Gráfico 10** ó Você conhece a missão do Cefet/RJ

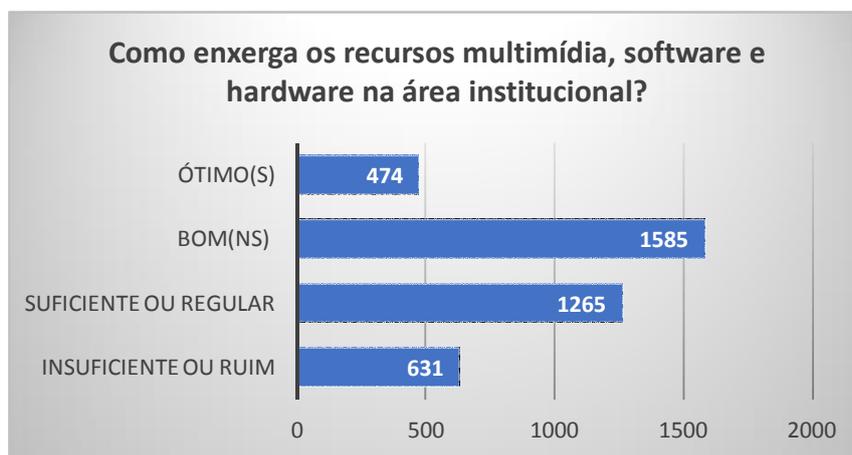


Gráfico 11 ó Como enxerga os recursos multimídia, software e hardware na área institucional ?



Gráfico 12 ó Política institucional de incentivo à Pesquisa



Gráfico 13 ó A instituição respeita as diferenças. Sejam religiosas, de sexo ou étnicas. Isso se dá de maneira ...

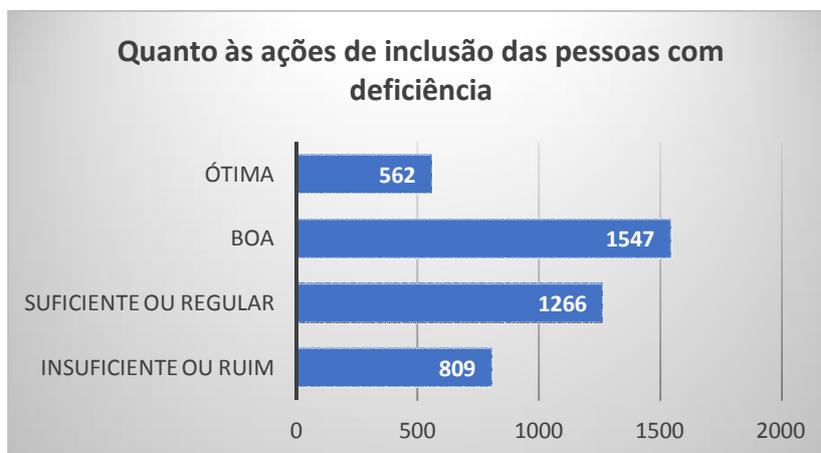


Gráfico 14 ó Quanto às ações de inclusão das pessoas com deficiências.

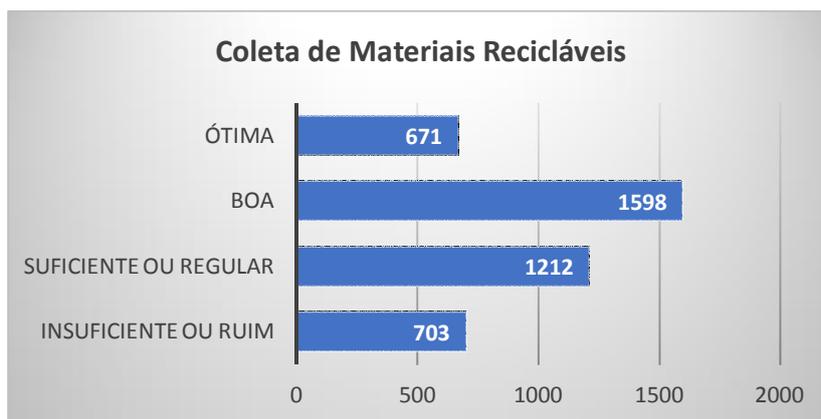


Gráfico 15 ó Coleta de materiais recicláveis.

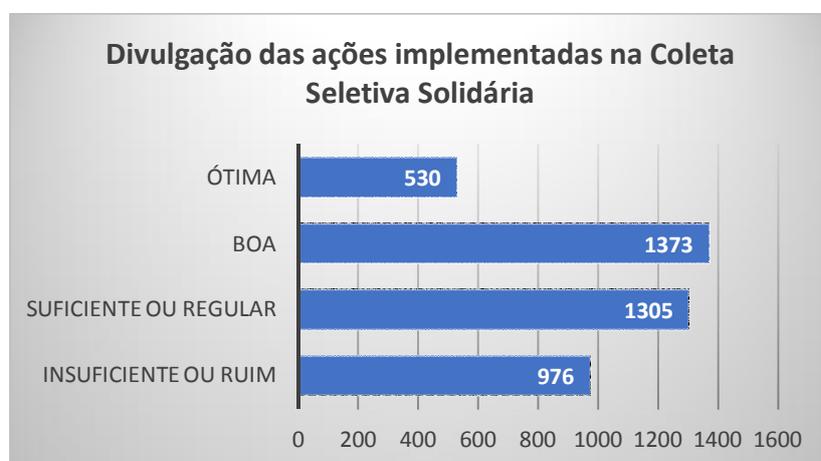


Gráfico 16 ó Divulgação das ações implementadas na coleta seletiva solidária.

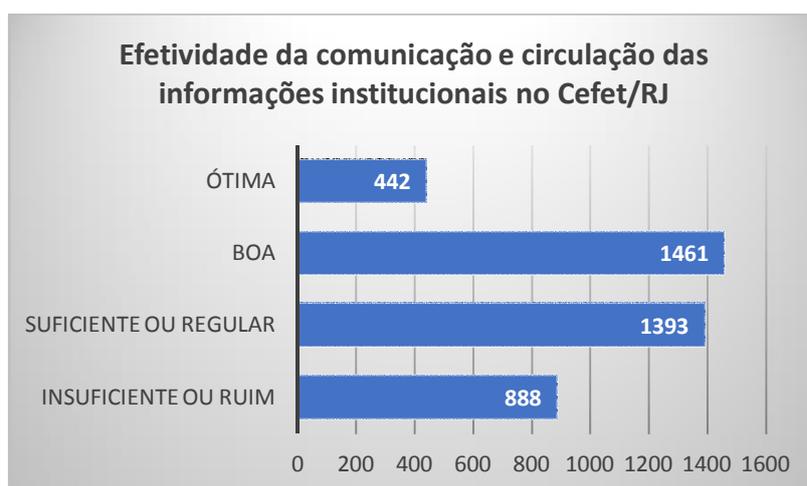


Gráfico 17 ó Efetividade da comunicação e circulação das informações institucionais no Cefet/RJ.

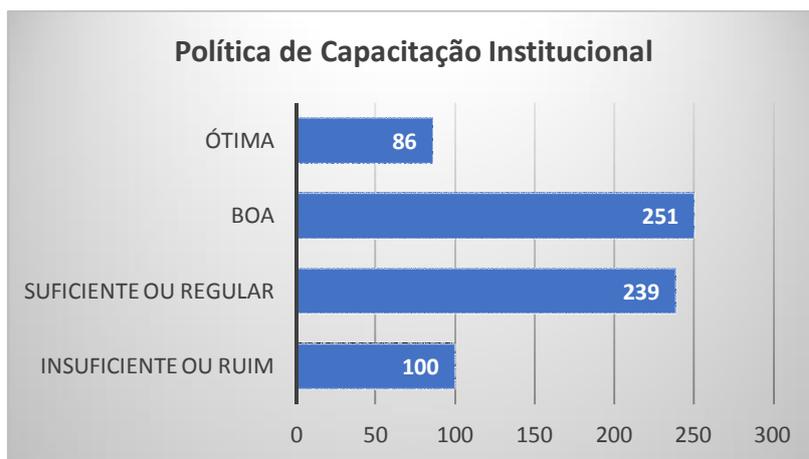


Gráfico 18 ó Política de capacitação institucional.

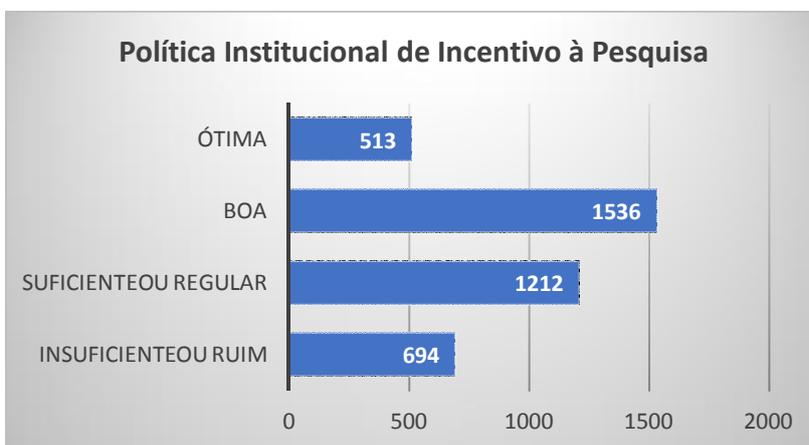


Gráfico 19 ó Política institucional de incentivo à pesquisa.

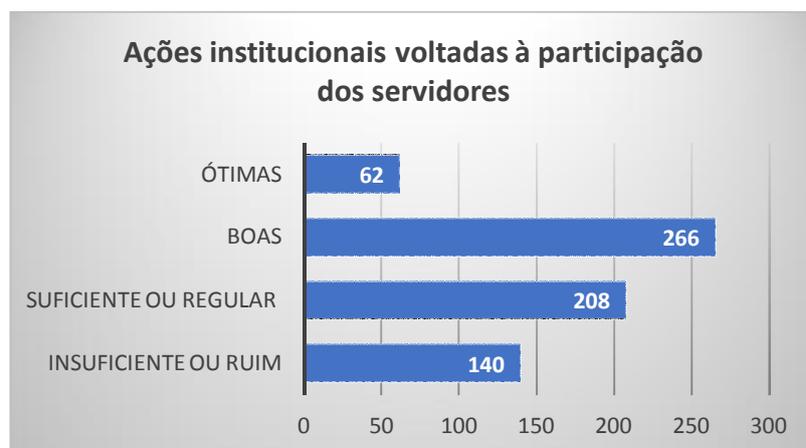


Gráfico 20 ó Ações institucionais voltadas à participação dos servidores.

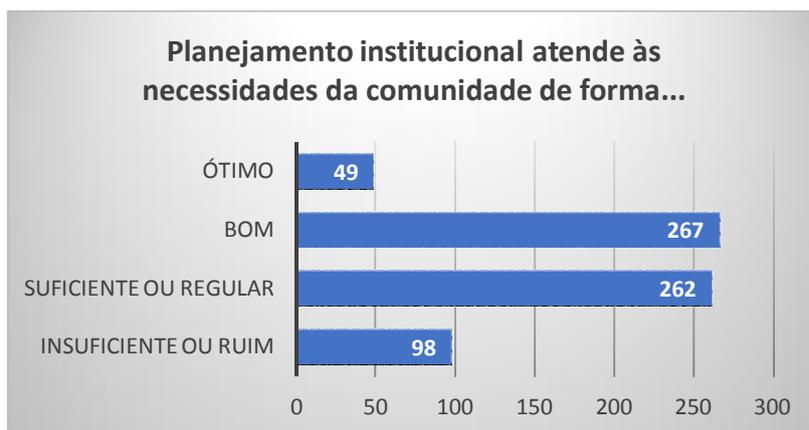


Gráfico 21 ó Planejamento institucional atende às necessidades da comunidade de forma ...

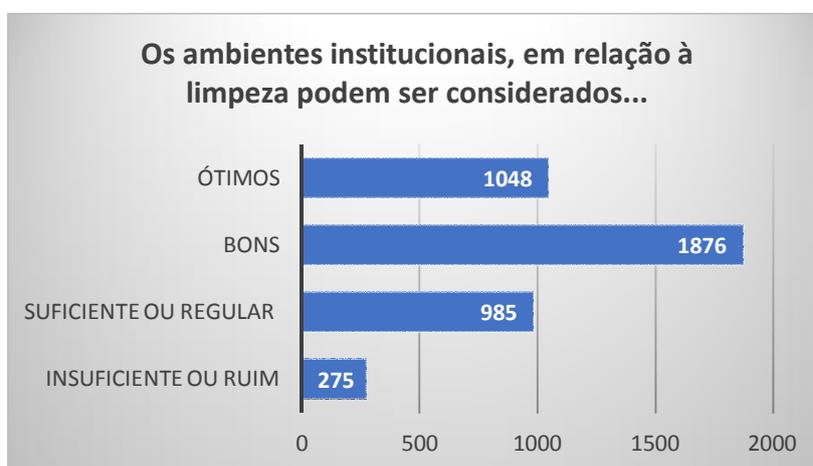


Gráfico 22 ó Os ambientes institucionais, em relação à limpeza podem ser considerados ...

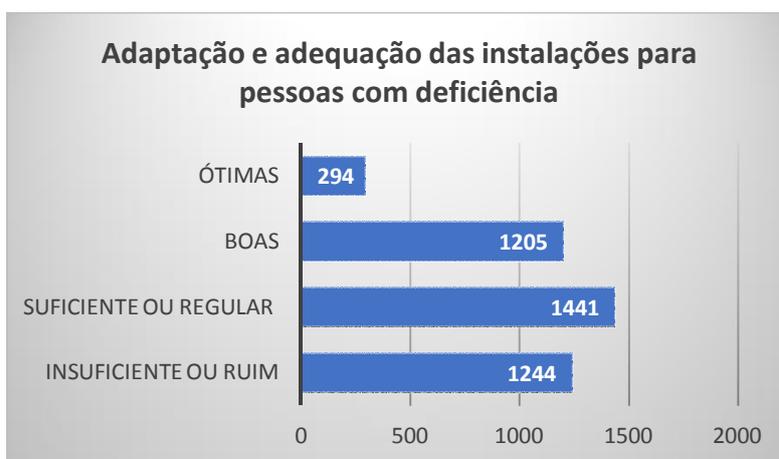


Gráfico 23 ó Adaptação e adequação das instalações para pessoas com deficiência.

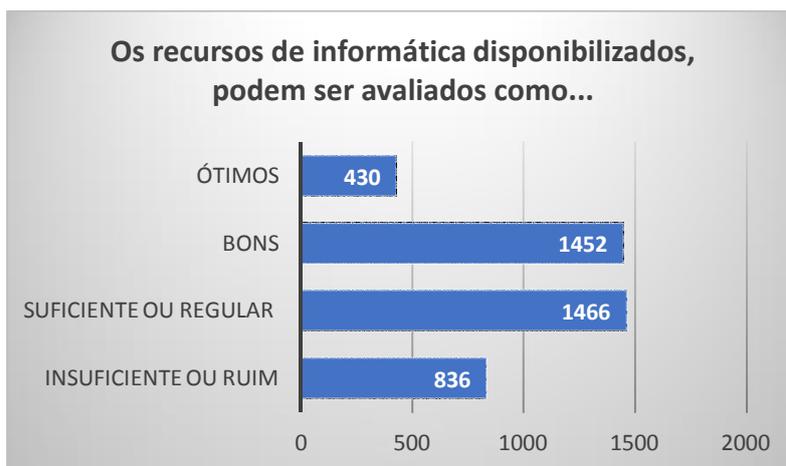


Gráfico 24 Os recursos de informática disponibilizados, podem ser avaliados ...

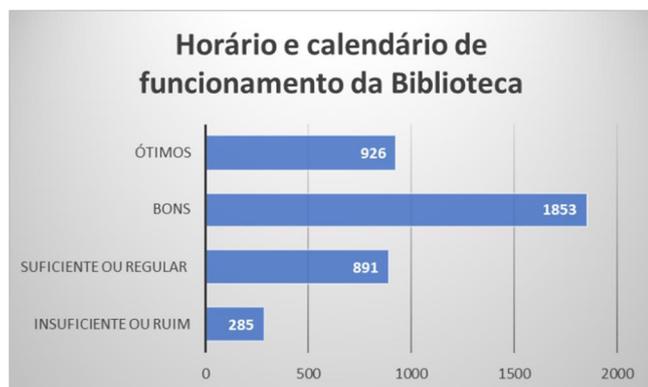


Gráfico 24 Horário e calendário de funcionamento da Biblioteca.

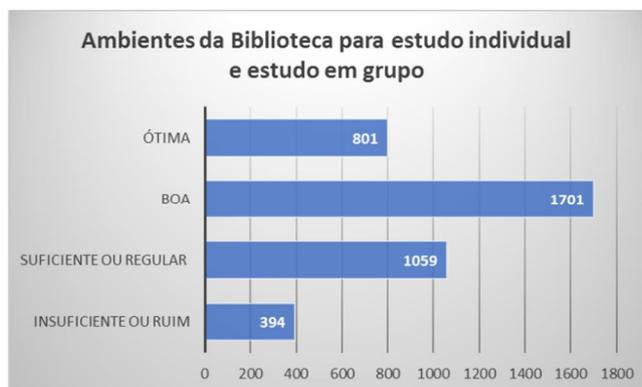


Gráfico 25 Ambientes da Biblioteca para estudo individual e estudo em grupo..

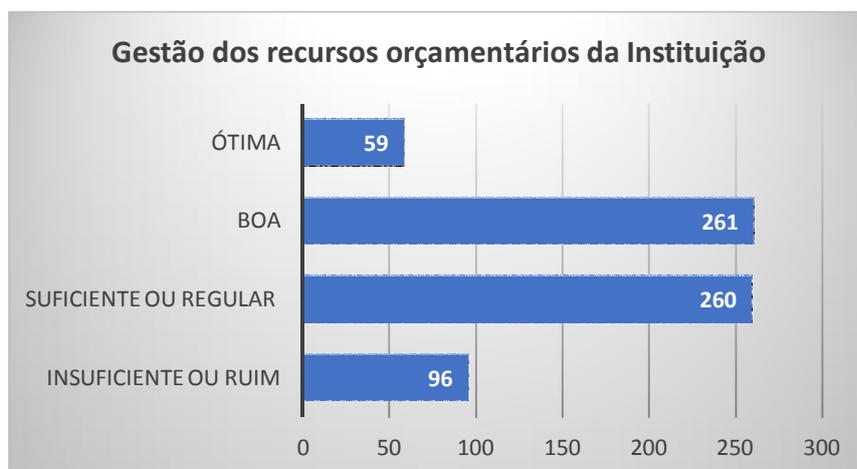


Gráfico 26 Gestão dos recursos orçamentários da instituição.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Relatório de Gestão, o Plano Orçamentário Anual e o Relatório de Atividades da Auditoria Interna são os principais mecanismos de transparência e de disponibilização das informações relevantes sobre a atuação da unidade para a sociedade. Atualmente, o Cefet/RJ está iniciando o planejamento para implantação do Plano de Dados Abertos, o que proporcionará uma maior abrangência à transparência dos dados institucionais.

O acesso à Ouvidoria e ao Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) também são outros mecanismos de transparência, mas neste caso, são mecanismos considerados *passivos* pois atuam sob demanda do usuário-cidadão. Além disto, a plataforma eletrônica do Cefet/RJ possui disponível no endereço www.cefet-rj.br apresenta diversas informações, tais como: a estrutura organizacional do Sistema *Multicampi*; concursos de provimento de cargos; cursos ofertados e processos seletivos, notícias e documentos de interesse da comunidade.

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

6.5.1. *Acessibilidade física: ações da Prefeitura Cefet/RJ*

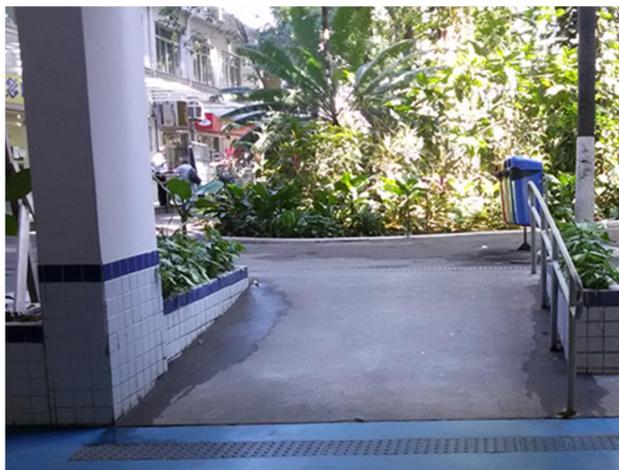
A acessibilidade ainda é um desafio, considerado inclusive como o ponto mais crítico para melhoria pela comunidade (**Gráfico 22**). No entanto, há um esforço entre os gestores para realizar adaptações da estrutura já existente do Cefet/RJ à legislação de acessibilidade. Alguns projetos já foram realizados ou ainda estão em andamento para o atendimento dos princípios de acessibilidade:

- a) Construção de rampa e circulação externa de acesso aos bancos com sinalização tátil, piso e corrimão adaptado ao uso de portadores de necessidades especiais;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- b) Construção de ligação do Bloco E ao pátio através de rampa adaptada aos parâmetros de acessibilidade;



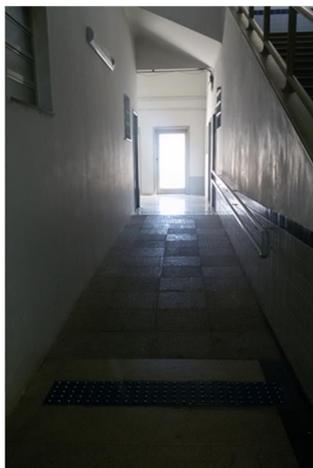
Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- c) Construção de banheiro para deficiente no térreo do Bloco A sede Maracanã;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- d) Rampa de acesso aos banheiros novos no Bloco A;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- e) Construção de rampa para ligação do Bloco A ao Bloco B;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- f) Rampas de acesso à plataforma do Bloco H;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- g) Plataforma de deficiente, Bloco H;



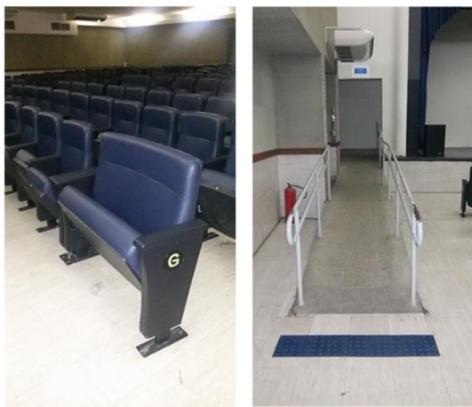
Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- h) Adaptação das salas de aula do 2º pavimento do Bloco D, com inserção de novas portas com o tamanho correto e visor;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- i) Inclusão de espaço para cadeirantes, inclusão de cadeiras para obesos e construção de rampa de acesso ao palco, no Auditório 1 do campus Maracanã;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

- j) Construção de rampa de acesso ao Bloco A do Campus General Canabarro 585;



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

k) Plataforma de deficiente, Bloco A do Campus General Canabarro 585.



Fonte: Prefeitura Cefet/RJ

6.5.2. Acessibilidade e inclusão: ações NAPNE

NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) é uma proposição da Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional do Ministério da Educação, com o objetivo de consolidar uma política de educação inclusiva nas instituições Federais de Ensino, atendendo o propósito da convenção dos Direitos das pessoas com Deficiência. Desenvolve ações conforme as demandas existentes e além disto:

- Promove a inclusão no CEFET/RJ através do Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Trabalha de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e om os demais departamentos que demandam ações voltados para a inclusão de pessoas com necessidades específicas;
- Promove capacitação para os servidores;
- Visitas técnicas em Instituições parceiras para troca de experiência;
- Acompanha e apoia alunos com necessidades específicas.

O NAPNE do Cefet/RJ foi criado sob a portaria nº 484 de 30 de novembro de 2004. É composto por uma equipe multidisciplinar, (pedagogos, assistentes sociais e professores) de 13 profissionais e apresenta as seguintes questões:

- Atualmente existe apenas um estudante que necessita de cuidador escolar durante todo o período de aulas (sede Maracanã);
- A disciplina de Libras é obrigatória apenas para o curso de licenciatura em Física (campus Petrópolis). Nos demais cursos e *campi* a disciplina é disponibilizada como optativa aos estudantes.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Em 2016, foi considerado um ano atípico, uma vez que os recursos financeiros foram escassos em relação ao orçamento consignado e aprovado para o exercício, visto que houve contingenciamento limitando o cumprimento dos compromissos assumidos pela instituição.

O Exercício de 2016 ficou sobrecarregado em função da política de liberação dos limites financeiros em 2015 pela STN. Dessa forma foram inscritos em Restos a Pagar o saldo remanescente quanto às obrigações contraídas por conta da contratação de bens e serviços, locações e obras e prestação de serviços pelas concessionárias.

A edição da Portaria Cefet/RJ nº 495 de 06/05/2016 veio como instrução e orientação para o plano de pagamentos e o atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93 no que se refere à ordem cronológica e, ao mesmo tempo, assegurar junto aos fornecedores a não interrupção dos serviços essenciais o que comprometeria as atividades acadêmico-administrativas. Para entendimento e conceito sobre os serviços essenciais nos reportamos ao estabelecido pela Portaria Cefet/RJ de nº 736, de 09/10/2012.

7.1.1 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

A sustentabilidade financeira da instituição tem sua garantia no que estabelece a LDO e a LOA, que definem e aprovam os recursos orçamentários e financeiros aprovados pelos Poderes Executivo e Legislativo, considerando o PPA do quadriênio.

7.1.1.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

As políticas e instrumentos estão de acordo com o PDI da instituição. A proposta orçamentária está em conformidade com a matriz de alocação de recursos aprovada pelo CONIF, bem como os parâmetros definidos pelo MEC e os limites e fontes definidos pela SOF/MPOG.

Como instrumento para a execução do orçamento consignado no exercício utilizamos o Plano Operativo Anual-POA, elaborado pela DIRAP em consonância com os projetos, ações e atividades emanadas pelos Centros de Custos, conforme elaboração do PEA pelas Diretorias Sistêmicas.

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A UPC em busca da melhoria e qualidade dos serviços vem aprimorando através de instrumento normativo interno, a implementação de processos para cálculo e atendimento das NBC em conformidade com a legislação vigente.

O Centro ainda não adotou os procedimentos contábeis de depreciação e reavaliação, entretanto, reforçou a equipe com servidores do concurso de 2014 para apoiar a implementação destes procedimentos e tem buscado sistema apropriado para registro patrimonial e dos novos procedimentos. Foi pensado na instituição a criação de um grupo de trabalho para elaborar os procedimentos normativos e reestruturação de todo o trabalho de inventário patrimonial e, em

consequência, a sua instituição para a implantação e desenvolvimento de todo o processo de depreciação avaliação dos bens móveis e imóveis.

Foram registradas 02(duas) ocorrências classificadas, ainda não sanadas durante o exercício. As ocorrências registradas no Sistema SIAFI, tratam de procedimentos de normatização de depreciação de bens móveis e a evidenciação do ativo imobilizado bem como sua reavaliação.

Quanto à regularização das ocorrências está sendo providenciada a implementação de procedimentos de normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no Sistema SIAFI. A evidenciação do ativo imobilizado, uma vez que ainda não foram adotados os procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que o compõe. Cabe, também, informar que foi criada Portaria de Desfazimento de Bens com as instruções e normas dos procedimentos para depreciação de bens móveis e a destinação para estes em forma de descarte, doação ou recuperação dos mesmos.

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Em razão da ausência de servidores capacitados para o mapeamento de processos, bem como o pouco quantitativo dos mesmos nos exercícios anteriores, o CEFET/RJ promoveu a Capacitação em Business Project Management de servidores em áreas estratégicas formando grupo de trabalho para iniciar o levantamento das necessidades e propor a sistemática para apuração dos custos nos *campi*.

O grupo de trabalho permanece na elaboração das necessidades e na proposta de uma sistemática para conclusão do mapeamento de processos, acrescentado também, na perspectiva de levantamento de dados sobre as questões de risco nos processos de aquisição de bens e serviços, assim como, para obras e prestações de serviços. Este trabalho está sendo complementado com a participação da Diretoria de Gestão e Estratégia do Centro.

O sistema de apuração de custos é gerido pela DIVOC, criada em 2015, que é responsável por formalizar os procedimentos processuais, elaborar o levantamento de preços e cotações. Mediante essa fase, a divisão dá continuidade, junto a DILCO e DICOD, aos procedimentos necessários para a execução de compras, bens e serviços, seja na modalidade de dispensa ou inexigibilidade, ou outros processos licitatórios.

7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

A Demonstração Contábil regida pela Lei 4.320/1964, segue os registros contábeis estabelecidos pelo sistema SIAFI, refletindo a transparência dos gastos públicos e a execução orçamentária, financeira e patrimonial do CEFET/RJ, e a realização da conformidade de gestão através do Departamento de Contabilidade e Finanças-DECOF/CEFET/RJ.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Foi realizada pesquisa de todas as ações referentes ao Centro Federal de Educação Tecnológica ó Celso Suckow da Fonseca no portal Pesquisa de Jurisprudência do TCU³⁶, sendo coletadas as seguintes informações:

Tipo	Título	Data	Relator	Processo	Tipo do processo
ACÓRDÃO	ACÓRDÃO 11886/2016 ATA 39 - SEGUNDA CÂMARA	08/11/2016	ANA ARRAES	025.639/2016-1	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 11758/2016 ATA 39 - SEGUNDA CÂMARA	08/11/2016	ANA ARRAES	027.628/2016-7	PENSÃO CIVIL (PCIV)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6283/2016 ATA 36 - PRIMEIRA CÂMARA	04/10/2016	BRUNO DANTAS	026.265/2015-0	PRESTAÇÃO DE CONTAS (PC)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7502/2016 ATA 22 - SEGUNDA CÂMARA	28/06/2016	ANA ARRAES	016.884/2016-7	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7489/2016 ATA 22 - SEGUNDA CÂMARA	28/06/2016	ANA ARRAES	013.213/2016-4	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 4615/2016 ATA 12 - SEGUNDA CÂMARA	19/04/2016	ANA ARRAES	009.131/2016-7	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 4404/2016 ATA 11 - SEGUNDA CÂMARA	12/04/2016	ANA ARRAES	005.133/2016-5	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3652/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	ANA ARRAES	004.358/2016-3	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2860/2016 ATA 6 - SEGUNDA CÂMARA	08/03/2016	ANA ARRAES	005.706/2016-5	APOSENTADORIA (APOS)
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1554/2016 ATA 4 - SEGUNDA CÂMARA	23/02/2016	ANA ARRAES	002.196/2016-6	APOSENTADORIA (APOS)

Fonte: Pesquisa de Jurisprudência TCU (2017)

Em relação ao ACÓRDÃO Nº 6283/2016 - TCU - 1ª Câmara, por meio do relator Ministro Bruno Dantas, os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Carlos Henrique Figueiredo Alves (664099777-00), Fernando Ramos Corrêa (014824997-38) e Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco (911707707-97), com base, respectivamente, nos itens 2.2.2.1, 4.1.1.4 e 1.1.1.2, do Relatório de Auditoria CGU 201503692, dando-lhe quitação;
- b) excluir do rol de responsáveis do exercício em exame, constante da peça 2 dos autos, os membros do Conselho Diretor do Cefet/RJ (CODIR), considerando que não foram apurados quaisquer atos de gestão desse Conselho que pudessem comprometer a economicidade, eficiência e eficácia da gestão do Cefet/RJ, o que vai de encontro ao disposto no inciso III do art. 10 da IN 63/2010, quais sejam: Rosane Chaves Gaspar (794.395.867-53), Leila Marques da Silva (785.769.547-53), Marilda Pimenta de Melo (738.593.467-68), Regina Helena Malta do Nascimento (790.298.767-00), Rodolfo Tavares (083.565.057-04), Luiz Claudio de Pádua Cunha (005.941.507-01), Alessandra Seródio (029.145.177-26), Etevaldo Bastos (073.106.927-72), Claudia Ferreira Dávila (014.073.237-33), Jurandyr Machado da Cunha (024.651.757-34), Ary Reis Filho (023.908.507-82), Janes Ivantes Rage (025.656.767-00), Sérgio Roberto de Araújo (668.050.237-34), Wanderley Freitas Lemos (405.305.667-53), Pedro Paulo Fernandes dos Santos (337.310.557-91), Marcones Torres Gomes da Silva (662.061.117-68), Hélio Vargas Chaves de Souza (634.168.677-34), Patrícia Guimarães Crosseti (334.849.021-91), Maria Renilda Nery Barreto (363.995.905-15), Mário Luiz de Souza (574.138.947-34), Rafael Garcia Basbastefano (033.810.607-32), Gilberto Alexandre Castello Branco (763.073.527-87), Miriam Carmem M. da Nóbrega Pacheco (611.922.287-15), Paulo Félix da Silva Filho (335.102.457-68), Bruno Ricardo Behnken Costa (158.744.547-64) e Iris Herdy Monteiro Peixoto (170.037.857-06);

³⁶ <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/pesquisa/acordao-completo>

- c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;
- d) dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução inicial (peça 11), à unidade jurisdicionada, adotar a medida a seguir e em arquivar os presentes autos, ao fim das providências necessárias:

Quadro 64- Processo TC-026.265/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1. Processo TC-026.265/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Arnaldo Amandio de Lima Costa (101.467.177-91); Carlos Henrique Figueiredo Alves (664.099.777-00); Cristina Gomes de Souza (984.730.007-06); Diego Moreira de Araújo Carvalho (020.667.277-25); Egberto Velloso de Lima (306.102.730-00); Fernanda Rosa dos Santos (028.383.377-77); Fernando Ramos Corrêa (014.824.997-38); Francisco Eduardo Cirto (600.543.367-91); Gabriel Cornélio Moura (088.663.867-40); Gisele Maria Ribeiro Vieira (970.792.007-68); Helio Gavinho (372.196.007-63); Leandro Felipe Galiza (029.488.957-40); Luciano Santos Constantin Raptopoulus (021.869.597-71); Luiz Diniz Correa (351.834.037-91); Luís Carlos dos Santos Coutinho Rotondaro (005.947.897-70); Manuel Joaquim de Castro Lourenço (802.096.537-87); Marcelo Aguirre Wanderley (663.597.757-00); Marcelo Sampaio Dias Maciel (881.722.797-87); Marcelo de Sousa Nogueira (002.610.617-55); Maria Alice Caggiano de Lima (775.953.867-72); Maurício Saldanha Motta (949.771.357-68); Nelson Mendes Cordeiro (683.208.257-68); Paulo Cesar Bittencourt (268.100.777-15); Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco (911.707.707-97); Priscila Fabiana Paulo dos Santos (086.182.517-98); Sergio Kazuyoshi Saruwataru (026.027.607-30); Sérgio de Mello Teixeira (668.012.577-49); Tiago Siman Machado (055.483.366-22)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Recomendar ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ que:

1.7.1. efetive as ações planejadas para estruturar um sistema de controle interno que enseje identificação dos riscos mais significativos para os objetivos da organização e desenvolvimento de controles internos voltados à mitigação ou eliminação desses riscos, principalmente considerando a recente publicação da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP 1, de 10/5/2016, que determinou que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem adotar medidas para sistematizar as práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança, dando notícia das medidas adotadas no seu próximo relatório de gestão;

1.7.2. avalie a aplicação no seu âmbito de atuação das recomendações constantes do Acórdão TCU 50/2015-Plenário, de 21/1/2015, prolatado no âmbito do processo TC 019.125/2014-3, que compreende Auditoria Operacional realizada com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços ofertados à comunidade acadêmica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, considerando a similaridade de pontos críticos apontados pela CGU/RJ no seu Relatório de Auditoria de Gestão do CEFET/RJ referente ao exercício de 2014 (Relatório de Auditoria CGU 201503692).

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

O Monitor é o sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização.

A ferramenta proporciona um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e os órgãos e entidades fiscalizados, além da redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real. Assim que a recomendação é cadastrada pela equipe da Controladoria, o gestor responsável pode registrar as suas ações e providências, bem como enviar documentos comprobatórios. Como parte do processo, a CGU verifica a aderência ao que foi recomendado, sempre buscando a melhoria da gestão pública. Maiores informações poderão ser obtidas na sua plataforma digital³⁷. Foram consideradas atendidas no Sistema Monitor no exercício de 2016 as seguintes recomendações:

Tabela 3: Recomendações CGU ó Sistema Monitor ó Status Atendida

Recomendação	Status	Recebido	Descrição	Prazo
77861	Atendida	05/10/2012	Instituir em suas rotinas de controle, procedimentos voltados para a avaliação, ao final do exercício, dos empenhos emitidos durante o ano que devem ser inscritos em restos a pagar não processados e aqueles que devem ser anulados.	12/10/2016
138214	Atendida	16/03/2015	A DIPPG deverá estabelecer mecanismo que garanta a apresentação pelos professores das informações de todos os seus projetos de pesquisa à COPET, para	21/11/2016
138222	Atendida	16/03/2015	O DEPEQ deverá acompanhar o andamento dos projetos de pesquisa por meio das informações disponibilizadas pela COPET, conforme determina o art. 13, § 2º, do Regulamento de Pesquisa.	14/10/2016
155020	Atendida	18/09/2015	Incluir no portal eletrônico do CEFET/RJ o link de acessibilidade por pessoas portadoras de deficiência visual.	13/10/2016
155025	Atendida	18/09/2015	Concluir o Processo Licitatório n.º 23063.000792/2015-36, de recarga de extintores	13/10/2016
155026	Atendida	18/09/2015	O DEPEQ deverá acompanhar o andamento dos projetos de pesquisa por meio das informações disponibilizadas pela COPET, conforme determina o art. 13, § 2º, do Regulamento de Pesquisa.	14/10/2016
155027	Atendida	18/09/2015	A DIPPG deverá estabelecer mecanismo que garanta a apresentação pelos professores das informações de todos os seus projetos de pesquisa à COPET, para seu cadastramento no banco de dados, a fim de atender o art. 5º do Regulamento de Pesquisa	14/10/2016

Estão com o status em monitoramento pelo Sistema Monitor as seguintes ações:

Tabela 4 - Recomendações CGU ó Sistema Monitor ó Status Monitorando

³⁷ <http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/sistema-monitor/perguntas-frequentes>

Recomendação	Status	Recebido	Descrição
47368	Monitorando	30/03/2012	Que o CEFET/RJ adote as medidas necessárias no sentido de eliminar as infiltrações existentes no campus de Nova Iguaçu e a deficiência de sua rede elétrica, bem como adequar o seu auditório para que o mesmo passe a funcionar.
55011	Monitorando	05/10/2012	Adequar as rotinas existentes a fim de cumprir os prazos estabelecidos na IN-TCU nº 55/2007.
138211	Monitorando	16/03/2015	Adotar as providências necessárias para a regularização da ocupação da vaga do professor matrícula SIAPE 390601.
138213	Monitorando	16/03/2015	O CEPE deverá elaborar uma forma de controle institucional para consolidação e integração das informações, e acompanhamento das ações e atividades dos docentes relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.
138215	Monitorando	16/03/2015	Os chefes imediatos deverão realizar análise detalhada das informações registradas nos Planos de Trabalho, incluindo a verificação junto às Diretorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão sobre a previsão de realização de atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão
138216	Monitorando	16/03/2015	Os chefes imediatos não deverão aprovar Planos de Trabalho com carga horária inferior ou superior a da jornada de trabalho, nem fora dos limites estabelecidos na legislação e no RAD (mínimo de 8 horas e máximo de 20 ou 16 horas em sala de aula para jornada de 40 horas/DE ou 20 horas, respectivamente).
138217	Monitorando	16/03/2015	Os responsáveis deverão realizar tempestivamente os cadastramentos e atualizações das informações referentes à grade horária dos professores no sistema SIE.
132818	Monitorando	16/03/2015	Os chefes imediatos deverão realizar acompanhamento tempestivo das atividades executadas pelos professores, incluindo a verificação de sua realização junto às Diretorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão
138219	Monitorando	16/03/2015	Os chefes imediatos deverão realizar conferência detalhada das informações registradas nos relatórios de atividades dos professores, mediante a anexação de comprovação da sua realização.
138220	Monitorando	16/03/2015	Padronizar o preenchimento dos relatórios anuais de atividades, vinculando seu formato ao do Plano de Trabalho
138221	Monitorando	16/03/2015	O CEPE deverá providenciar a elaboração de sistema informatizado que contemple todas as informações das atividades de ensino efetivamente realizadas pelos professores.
140226	Monitorando	31/03/2015	Elaborar a descrição dos campos Objetivo, Escopo do Trabalho, Procedimento e Atividades do Programas de Auditoria executados ao longo do exercício de forma que esses sejam compatíveis entre si e que tenham o detalhamento suficiente e adequado às comprovações que seja deseja obter, explicitando claramente o alcance e extensão dos exames
155013	Monitorando	18/09/2015	Elaborar normativos internos que regulamentem a estruturação, o funcionamento e a designação de servidores responsáveis pelo registro dos atos atinentes à correição (sistema CGU-PAD).
155014	Monitorando	18/09/2015	Efetuar o cadastramento dos processos disciplinares, conforme disciplinado no artigo 4º da Portaria n.º 1.043/2007
155015	Monitorando	18/09/2015	Concluir a apuração dos indícios de acumulação indevida cujos processos já se encontram abertos e implementar as providências relacionadas nos relatórios finais de apuração que serão gerados.

Recomendação	Status	Recebido	Descrição
155016	Monitorando	18/09/2015	Providenciar a elaboração e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros local de projeto de combate a incêndios.
155017	Monitorando	18/09/2015	Elaborar e divulgar normativos internos que disciplinem e formalizem os processos de trabalho referentes à estrutura administrativa, atribuições e responsabilidades; fluxo de informações, procedimentos administrativos/rotinas de avaliação, conservação/manutenção predial, vistoria, e gestão dos bens imóveis próprios sob a responsabilidade da Unidade.
155018	Monitorando	18/09/2015	Providenciar a realização de inventário físico anual de bens imóveis sob a responsabilidade do CEFET/RJ, apresentando, inclusive, o estado de conservação de cada imóvel dos Câmpus da Unidade.
155019	Monitorando	18/09/2015	Garantir as condições necessárias ao Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE CEFET/RJ a fim de finalizar a elaboração do normativo interno sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais.
155022	Monitorando	18/09/2015	Elaborar rotina para verificação do prazo de validade dos extintores de incêndio.
155023	Monitorando	18/09/2015	Implementar estrutura tecnológica adequada para o gerenciamento dos imóveis da Unidade.
155024	Monitorando	18/09/2015	Fazer gestões junto aos órgãos doadores objetivando a conclusão da transferência dos imóveis utilizados pelas Unidades de Petrópolis e Valença para o CEFET/RJ.
155028	Monitorando	18/09/2015	Regulamentar as áreas com características específicas que possibilitariam, de forma excepcional, a alteração de regime para 40 horas semanais no caso dos docentes do Magistério Superior.
155029	Monitorando	18/09/2015	Providenciar junto à Superintendência de Patrimônio da União - SPU o desmembramento dos imóveis da União sob responsabilidade do CEFET/RJ cadastrados no Spiunet, a fim de atender ao estabelecido no item 19.6.8.1. das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 19.6 ? REAVALIAÇÃO DE ATIVOS DO CFCOs ("bens objeto de reavaliação devem ser individualmente identificados quanto à sua descrição e registro contábil, em contas ou subcontas que especifiquem o custo, depreciações, amortizações e exaustões acumuladas").

8.3 APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

O DEADI (Departamento de Assuntos Disciplinares) fora criado mediante a Portaria nº 1.587, de 22/10/2015, com o objetivo de controlar as atividades de cunho disciplinar no âmbito do sistema CEFET/RJ. O chefe deste departamento é o responsável local do SeCI (Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses), sistema criado pela Controladoria-Geral da União com o advento da Lei nº 12.813/2013 ó Lei do Conflito de Interesses

8.3.1. Registro de possíveis faltas disciplinares

O DEADI recebeu, nos meses de janeiro e de fevereiro do corrente exercício (2017), um total de 37 (trinta e sete) processos decorrentes de ação de fiscalização do Tribunal de Contas da União ó TCU (objeto do Ofício nº 278-156/2016-TCU/SEFIP/Diaup). Os processos versam sobre possíveis acumulações de cargos públicos, de situações de afronta ao art. 117, X, da Lei nº 8.112/90, e de percepção indevida de remuneração. Esses processos estão sendo informados neste Memorando pois deveriam ter sido atendidos até 15 de dezembro de 2016, mas, por conta do necessário trabalho de instrução processual desenvolvido pelo DRH, tal prazo fora frustrado. Conveniente se faz informar que a equipe do TCU prorrogou o prazo para até 24 de março de 2017. Portanto, a apuração dessas possíveis faltas, fora da sede de Processo Administrativo Disciplinar, acha-se em curso. Convém lembrar que há outros 42 (quarenta e dois) processos,

decorrentes de cruzamento realizado pela CGU, onde há indícios de afronta ao art. 117, X, da Lei nº 8.112/90. Estes já foram despachados para a DIREG, todos dirimidos pelos servidores envolvidos.

O DEADI recebeu, ao fim da segunda metade do ano de 2016, quatro demandas envolvendo servidores em possíveis faltas disciplinares, as quais ainda estão sob análise e/ou em elaboração de Juízo de Admissibilidade (JA). Vale salientar que ainda não foram formalizados os devidos processos, os quais somente se materializarão após os JAs. Não obstante, informa-se que os casos de que cuidam não se relacionam a desvios de dinheiro público, mas às relações entre servidores e servidores e alunos. Tão logo sejam formalizados os processos, os instrumentos serão incluídos no Sistema CGU-PAD.

8.3.2. Fomento à capacitação de servidores para atuarem em Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar

O DEADI interagiu com o sistema Cefet/RJ, alcançando todas as Diretorias Sistêmicas e Direções dos *campi* (Nova Iguaçu, Maria da Graça, Itaguaí, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Valença), no sentido de que indicassem servidores para se capacitarem segundo a programação de cursos disponibilizada pela CGU em 2016 (a CGU estabeleceu o período de 25/07 a 09/12/2016)³⁸ para realização desses cursos). Não se alcançou o número mínimo desejado de servidores interessados em participar da capacitação, mas tendo em vista o reduzido quadro que dispúnhamos (apenas dois servidores em todo o sistema Cefet/RJ), tal ação representou um elevado ganho para a instituição.

8.3.3. Atuação nos processos de penalização de empresas contratadas para fins de prestação de serviços terceirizados ou de fornecimento de bens

Eventualmente o DEADI é acionado para apoiar na instrução de processos de aplicação de sanções às empresas contratadas, uma vez confirmado o descumprimento de Cláusulas Contratuais.

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O Exercício Financeiro de 2016 demonstra a consequência do saldo de pagamentos não realizados em 2015 sobrecarregando o montante pago em 2016, quanto às obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

Este Centro elaborou o seu plano de pagamento de maneira a atender o que estabelece o art. 5º da Lei 8666/93 de forma que não apresentasse dificuldades no processo cronológico e que as atividades acadêmico-administrativas não sofressem prejuízos e interrupção de suas atividades.

Para a organização desses pagamentos foi elaborada Portaria Cefet/RJ nº 495 de 06/05/2016 com a finalidade de instruir aos setores envolvidos as informações pertinentes sob a supervisão da Administração Central e o controle do Departamento de Contabilidade/DIRAP.

³⁸ A programação dos cursos foi disponibilizada no seguinte link
<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/cursos/eventos/presencias/eventos-2016/formacao-de-membros-para-comissao-de-processos-disciplinares>

Ainda em cumprimento à Lei 8666/93 foi publicada a referida Portaria conforme estabelece o art. 92 da mesma, no DOU de nº 89 de 11 de maio de 2016, pág. 42. Nesse sentido, no decorrer do ano financeiro foi realizado o pagamento dos fornecedores, concessionárias, prestadores de serviços, obras em andamento e os serviços essenciais, de acordo com a planilha elaborada pelo DECOF/DIRAP.

Complementando as instruções desse item, observamos também o estabelecido pela Portaria Cefet/RJ de nº 736, de 09 de outubro de 2012, onde declara os serviços de execução contínua do Centro.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

De acordo com o Acórdão/TCU 2859/2013, itens 9.2 e 9.3, que falam sobre: - as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento; - o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados; a UPC não tem conteúdo a declarar, pois os citados itens do acórdão estão suspensos até que o colegiado do TCU tome decisão definitiva sobre o assunto .

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Não se aplica ao Cefet/RJ.

8.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005³⁹

As Instituições de Educação Superior (IES) que ofertam cursos de Licenciatura devem apresentar documento comprovatório da inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais ó LIBRAS na grade curricular como disciplina obrigatória para os cursos mencionados, atendendo ao que determina o art. 3º do Decreto 5.626/2005. No Cefet/RJ, há somente um curso de licenciatura localizado no *campus* Petrópolis e Nova Friburgo, onde a disciplina de Libras é ofertada de maneira obrigatória. Entretanto, na sede Maracanã, esta disciplina é ofertada de maneira optativa aos demais cursos de graduação.

³⁹ DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR - Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. § 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Com a publicação do Decreto nº 5626, de 22/12/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000, a Diretoria de Ensino designou uma Comissão para estudo da proposta de disciplina de Libras para os Cursos de Licenciatura em Física do Cefet/RJ, que são ofertados nos *Campi* de Petrópolis e Nova Friburgo, Municípios do Rio de Janeiro. Após o estudo e a elaboração do documento, foi aprovada uma proposta da disciplina com carga horária máxima de 54h/a anuais. Na ocasião, também foi determinado às coordenações dos cursos de licenciatura, implantação a disciplina de Libras nos seus respectivos currículos, seguindo os prazos exigidos pelo Decreto.

Fluxograma Currículo Novo Licenciatura em Física								
1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período
1A Introdução à Física 3 0 0 0	2A Mecânica Básica 1 2 2 0 0 1C, 1F	3A Mecânica Básica 2 2 2 0 0 2A, 1C, 2D	4A Eletromagnetismo Básico 0 0 0 0 3A, 3D	5A Relatividade 2 0 0 0 4A	6A Física Ondulatória e Óptica 4 2 0 0 3A, 3D	7A Int. à Física Nuclear 2 0 0 0 6E	8A Laboratório de Física Moderna 0 2 0 0 3A, 6E	9A Novas Tec. Aplicadas ao Ens. de Física 2 0 0 0 4C, 4F
1B Introdução à Astronomia 3 0 0 0		3B Física Térmica 2 2 0 0 2A, 1C, 2D	4B Circuitos elétricos e eletrônicos 2 2 0 0 1C, 3E	5B História e Filosofia da ciência Moderna 4 0 0 0 4A	6B Física Quântica 1 4 0 0 0 4A, 3D	7B Química Geral 2 2 0 0 3E, 4A	8B Problemas Gerais em Física 4 0 0 0 6A, 6E	
1C Introdução às Ciências Experimentais 0 3 0 0	2B Geometria Analítica 4 0 0 0 1F	3C Probabilidade e Estatística 4 0 0 0 1D	4C Álgebra Linear 4 0 0 0 1C	5C LIBRAS I 2 0 0 0	6C Epistemologia 2 0 0 0 3E			9B Oficina de Ens. de Fis. em Mod. Esp. 0 0 2 0 3D, 3E
1D Funções 4 0 0 0	2C Cálculo 1 3 2 0 0 1D, 1E	3D Cálculo 2 3 2 0 0 2D	4D Cálculo 3 3 2 0 0 3D	5D Cálculo 4 3 2 0 0 4D				9C Sujeito, Sociedade e Cultura 2 0 0 0
1E Computação algébrica 4 0 0 0					6D Práticas Extensionistas 0 0 2 0	7C Metodologia da Pesquisa 2 0 0 0 2D, 6F	8C Projeto Final 1 0 0 2 0 4E	9D Projeto Final 2 0 0 2 0 8C
1F Matrizes e vetores 3 0 0 0	2D Leitura e produção de textos 0 0 0 0		4E Oficina de Proj. de Ens. em Mecânica 0 0 0 0 1E, 3A	5E Oficina de Proj. de Ens. em Física Térmica 0 0 0 0 3E, 4E	6E Oficina de Proj. de Ens. em Física Ond. e Eletrom. 0 0 0 0 4A, 5E		8D Oficina de Proj. de Ens. em Física Moderna 0 0 0 0 3A, 6E, 6F	
	2E Educação e sociedade 2 0 0 0	3E Políticas Públicas e Formação de Professores 0 0 0 0 2E	4F Didática 4 0 0 0 2F, 3D	5F Prática 1 0 0 2 4 4C, 4F	6F Prática 2 0 0 2 4 5F	7D Prática 3 0 0 2 10 6E	8E Prática 4 0 0 2 10 7D	9E Prática 5 0 0 2 10 8E
CD Nome da disciplina Pré-requisitos CD - Código da disciplina CT - Horas de conteúdo teórico CE - Horas de conteúdo experimental/computacional F - Horas PCC E - Horas Estágio	2F Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação 4 0 0 0 *Consultar a máscara da disciplina.			5G Psicologia Aplicada à Educação 2 0 0 0 4F	6G Ciência e Meio Ambiente 2 0 0 0 3E	7E Disciplina Optativa 4 0 0 0 *	8F Disciplina Optativa 4 0 0 0 *	9F Disciplina Optativa 5 4 0 0 0 *
						7F Disciplina Optativa 4 0 0 0 *	8G Disciplina Optativa 4 0 0 0 *	9G Disciplina Optativa 6 4 0 0 0 *
310,5 = 0 PCC + 0 E	320,5 = 0 PCC + 0 E	297 = 0 PCC + 0 E	297 = 40,5 PCC + 0 E	343 = 67,5 PCC + 40 E	289 = 108 PCC + 80 E	256,5 = 27 PCC + 100 E	189 = 94,5 PCC + 105 E	148,5 = 81 PCC + 90 E

Figura 14 Fluxograma do currículo novo do curso de Licenciatura em Física e disciplina de libras
Fonte: Diren (2017)

Registra-se ainda que o § 2º do art. 3º do Decreto nº 5626/2005 também prevê Libras como disciplina optativa para os cursos de Bacharelado e Tecnologia, sendo assim a oferta da mesma está ocorrendo alternativamente nessas modalidades como disciplina optativa, cuja carga horária máxima adotada é de 36h/a anuais.

Face ao exposto e, em atenção à solicitação desta Diretoria de Regulação da Educação Superior (DIREG/SERES/MEC), no que se refere ao encaminhamento de documento comprobatório da inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, apresentamos, em anexo, os fluxogramas dos cursos de Licenciatura em Física oferecidos nos *Campi* de Petrópolis e Nova Friburgo do Cefet/RJ.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Av. Maracanã, 229 – Maracanã
20271-110 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2568-8890 www.cefet-rj.br

Ofício nº /2016/DIREN/DIREG

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2016.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Julio Jose Araujo Junio
Procurador da República
Procuradoria da República no Município de Volta Redonda-RJ
Rua Simão da Cunha Gago nº120 – Sobreloja. Aterrado.
CEP 27213-170 – Volta Redonda – RJ

Assunto: Recomendação 04/2016 - Libras

Em atendimento ao Ofício nº 405/2016/MPF/PRM/VR/GAB/JJAJ, informamos que o CEFET/RJ vem cumprindo com a política de inclusão e mais especificamente com o que é estabelecido na legislação referente à Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Esclarecemos que a Instituição possui professor de libras, com especialização em educação especial na área de deficiência auditiva e certificação PROLIBRAS em proficiência no Ensino da LIBRAS e na tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras.

A disciplina Libras é ministrada como disciplina obrigatória em dois cursos de Licenciatura da Instituição e oferecida como optativa em todos os outros cursos superiores, em atendimento ao Decreto nº 5.626, de 22/12/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A docente que ministra a disciplina LIBRAS está apta para atender outras demandas que venham a ocorrer, tanto do ensino superior quanto do ensino técnico de nível médio.

Sem mais no momento, colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Carlos Henrique Figueiredo Alves
Diretor Geral do CEFET/RJ

Figura 15 ó Ofício resposta referente à Recomendação 04/2016

Fonte: DIREN (2017)

9. ANEXOS E APÊNDICES

9.1. ORGANOGRAMA POR DIRETORIA SISTÊMICA

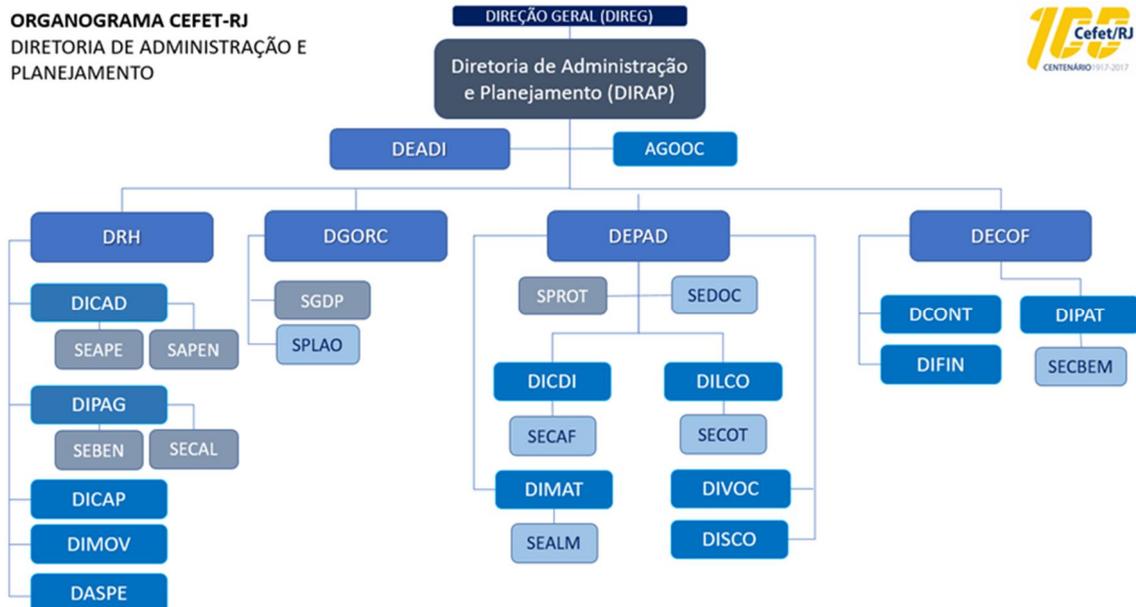


Figura A1 ó Organograma Dirap

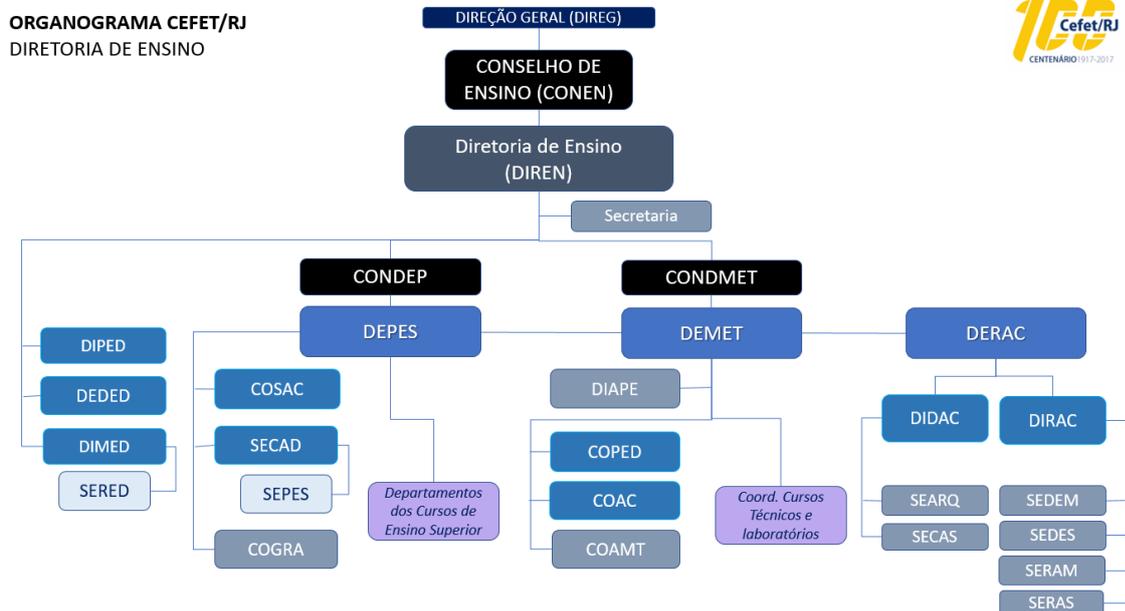


Figura A2 ó Organograma DIREN

ORGANOGRAMA CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA

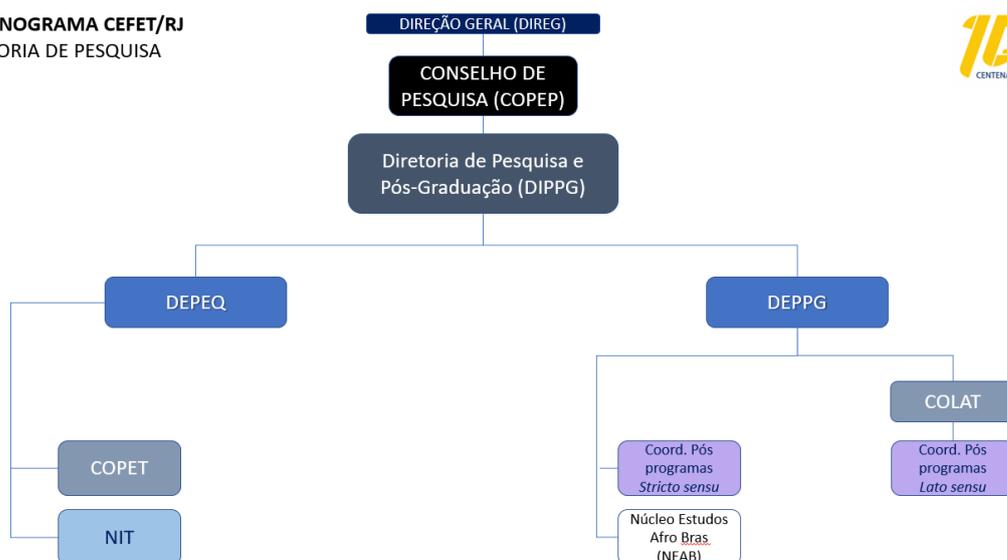


Figura A3- Organograma DIPPG

ORGANOGRAMA CEFET/RJ
DIRETORIA DE EXTENSÃO

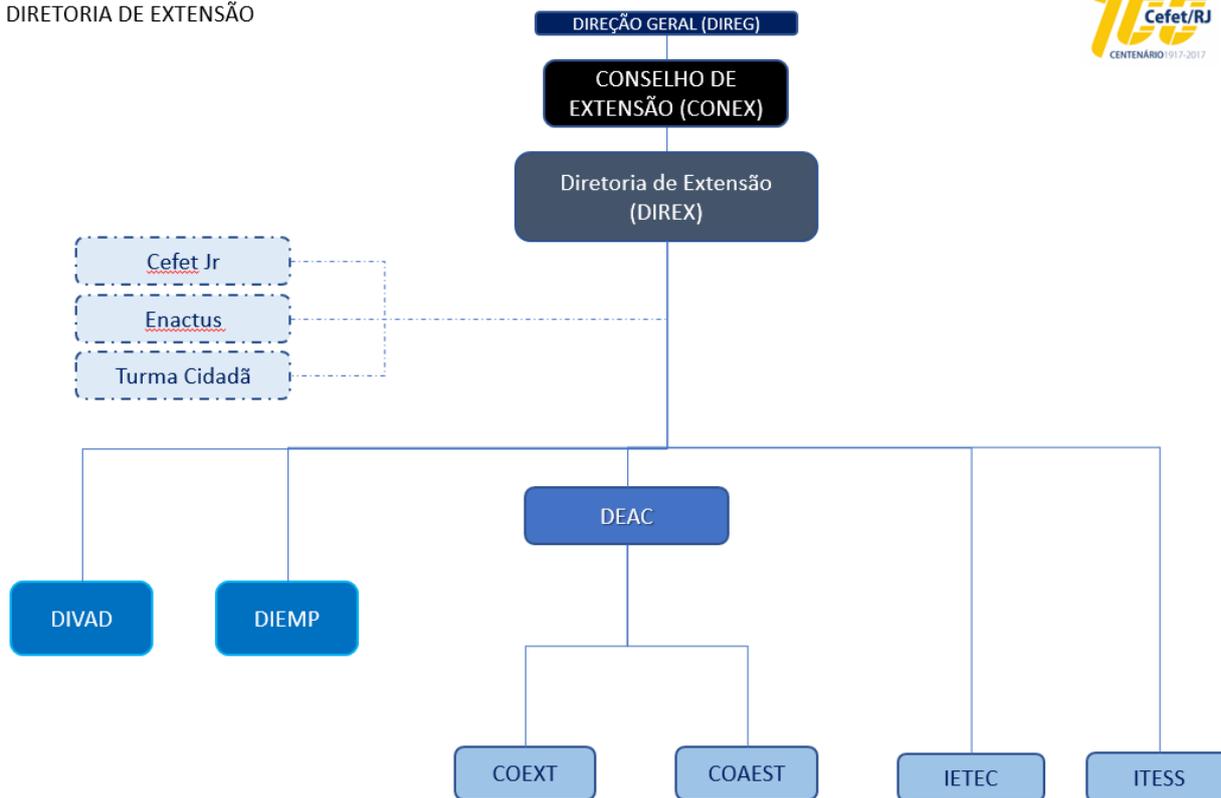


Figura A46 Organograma DIREX

ORGANOGRAMA CEFET/RJ

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

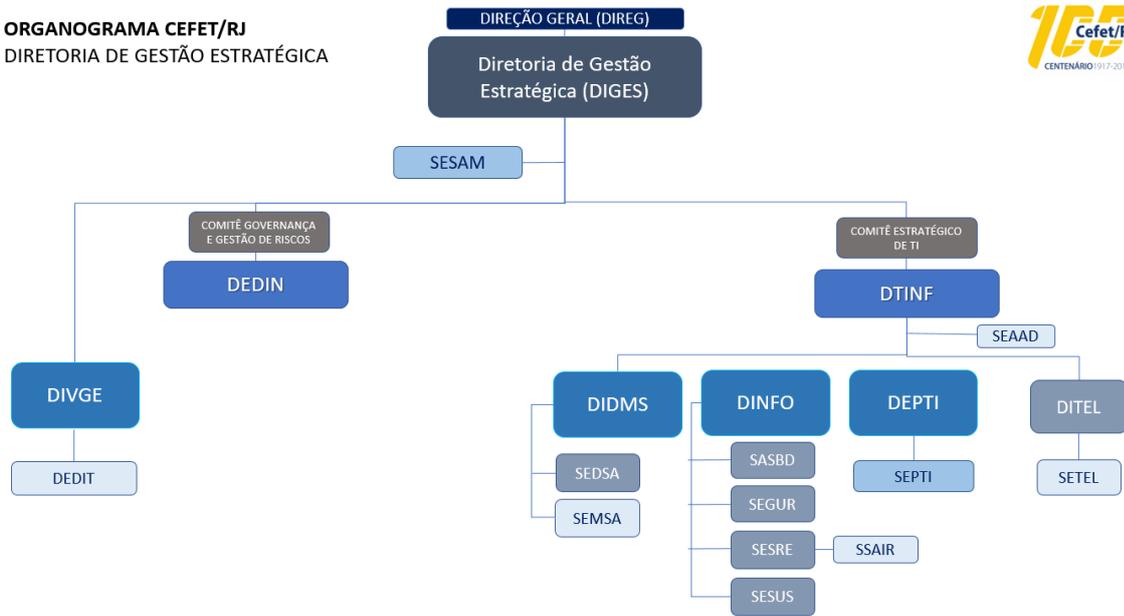


Figura A56 Organograma DIGES

9.2. Portaria de designação da Comissão Central responsável pela prestação de contas Cefet/RJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA Nº 40 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Cria a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do CEFET/RJ do exercício 2016 e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Ministerial nº 812, publicada no D.O.U. de 24 de junho de 2011 e de acordo com a Lei nº 6.545, de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, a Lei nº 8.948, de dezembro de 1994, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e o Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do CEFET/RJ (CERG) do exercício de 2016, presidida pela Diretora de Gestão Estratégica e composta pelos Diretores Sistêmicos deste Centro.

Art. 2º. As atribuições da CERG do CEFET/RJ são:

- I – Coordenar a elaboração do Relatório de Gestão (RG) do CEFET/RJ;
- II – Mapear os responsáveis pelas informações que compõem o RG;
- III – Consolidar as informações geradas pelo sistema CEFET/RJ;
- IV – Promover a análise das informações que fazem parte do RG;
- V – Informar tempestivamente ao Diretor-Geral qualquer problema que ponha em risco a apresentação final do RG ao Conselho Diretor (CODIR).

Art. 3º. Os trabalhos da CERG do CEFET/RJ serão regidos pelo seguinte calendário:

- I – Mapeamento das competências e responsabilidades sobre os dados – até 05/01/2017;
- II – Levantamento dos dispositivos legais e dos dados necessários para o RG – até 10/01/2017;
- III – Envio dos dados dos departamentos e gerências para a Comissão - até 13/02/2017;
- IV – Consolidação do RG, até 23/02/2017;
- V – Envio para apreciação UAUDE, até 01/03/2017;
- VI – Envio para apreciação do CODIR, até 15/03/2017;
- VII – Disponibilização do RG para criação do Processo de Prestação de Contas até 24/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES
DIRETOR-GERAL

9.3. Diretoria de Ensino ó cursos ofertados e número de matrículas no exercício

9.3.1. Alunos matriculados na *Graduação*

Nas tabelas abaixo são apresentados o número de alunos matriculados em todos os cursos de graduação de todos os *campi* do Sistema CEFET/RJ.

Tabela 5: Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Sede (Maracanã)

Bacharelado	2016 1º sem	2016 2º sem
Engenharia Mecânica	515	497
Engenharia Eletrônica	167	178
Engenharia Elétrica	197	197
Engenharia de Telecomunicações	151	143
Engenharia de Produção	448	442
Engenharia de Produção - A Distância (EAD)	508	675
Engenharia Civil	435	455
Engenharia de Controle e Automação	173	168
Engenharia Ambiental	-	23
Administração	374	370
Ciência da Computação	132	158
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	84	69
Total	3184	3375

Fonte: DERAC (Posição de 26/01/17)

Tabela 6: Alunos matriculados na graduação Tecnologia *Campus* Sede (Maracanã)

Tecnologia	2016 1º sem	2016 2º sem
Gestão Ambiental	167	149
Sistemas para Internet	160	132
Gestão de Turismo - A Distância (EAD)	1440	1459
Total	1767	1740

Fonte: DERAC (Posição de 26-01-17) e Coord. TGT-EAD

Tabela 7 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Nova Iguaçu

Bacharelado	2016 1º sem	2016 2º sem
Engenharia de Controle e Automação	273	280
Engenharia de Produção	287	320
Engenharia Mecânica	104	135
Total	664	735

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 8 Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Nova Friburgo

Bacharelado	2016 1º sem	2016 2º sem
Sistemas da Informação	132	169
Engenharia Elétrica	69	88
Total	201	257

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 9 Alunos matriculados na graduação Tecnologia Campus Nova Friburgo

Tecnologia	2016	2016
	1º sem	2º sem
Gestão em Turismo	151	173
Total	151	173

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 10 Alunos matriculados na graduação Licenciatura Campus Nova Friburgo

Licenciatura	2016	2016
	1º sem	2º sem
Física	106	125
Total	106	125

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 11: Alunos matriculados na graduação Bacharelado Campus Petrópolis

Bacharelado	2016	2016
	1º sem	2º sem
Engenharia de Computação	101	127
Turismo	79	116
Total	180	243

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 18-01-17)

Tabela 12: Alunos matriculado na graduação Tecnologia Campus Petrópolis

Tecnologia	2016	2016
	1º sem	2º sem
Gestão em Turismo	71	71
Total	71	71

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 18-01-17)

Tabela 13: Alunos matriculados na graduação Licenciatura Campus Petrópolis

Licenciatura	2016	2016
	1º sem	2º sem
Física	137	164
Total	137	164

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 18-01-17)

Tabela 14: Alunos matriculados na graduação Bacharelado Campus Itaguaí

Bacharelado	2016	2016
	1º sem	2º sem
Engenharia Mecânica	332	345
Engenharia de Produção	101	127
Total	433	472

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 23-01-17)

Tabela 15: Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Angra dos Reis

Bacharelado	2016	2016
	1º sem	2º sem
Engenharia Elétrica	25	49
Engenharia Mecânica	154	178
Engenharia Metalúrgica	55	59
Total	234	286

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 16: Alunos matriculados na graduação Bacharelado *Campus* Valença

Bacharelado	2016	2016
	1º sem	2º sem
Administração	109	102
Engenharia de Alimentos	102	92
Total	211	194

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 17 Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os *campi*

Alunos de graduação por tipo de curso	2016	2016
	1º sem	2º sem
Bacharelado	5107	5562
Tecnologia	1989	1984
Licenciatura	243	289
Total	7339	7835

9.3.2. Alunos matriculados no curso do Ensino médio

O CEFET/RJ não oferece mais vagas apenas para o ensino médio, apesar de em 2015 ainda possuir alguns alunos matriculados na Sede (Maracanã) e *Campus* de Nova Iguaçu, conforme **Tabela 18**. Atualmente a instituição oferece o técnico integrado ao médio.

Tabela 1 Alunos matriculados no ensino médio por *campus*

Campus	2013	2014	2015	2016
Sede ó Maracanã	801	370	52	0
Unidade Nova Iguaçu	299	154	13	5
Total	1100	524	65	5

Fonte: DERAC (Posição de 26-01-17) e Gerência Acadêmica do *Campus* NI (Posição de 19-01-17)

9.3.3. Alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão nº 408/2002-TCU. Deve ser observado que o CEFET/RJ possui alunos matriculados nas seguintes modalidades de cursos técnicos: subsequente (presencial e EAD/e-Tec), concomitante e integrado. Apesar de ainda possuir alunos no ensino técnico concomitante, a instituição não oferece mais vagas nessa modalidade. Nas tabelas seguintes são apresentados os quantitativos de matrículas por *campus* em todas as modalidades, especializações e sua evolução temporal.

Tabela 2 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente *Campus* Sede (Maracanã)

Ensino técnico subsequente	2016 1º sem	2016 2º sem
Edificações	130	207
Eletrotécnica	73	122
Mecânica	134	193
Segurança do Trabalho	77	118
Telecomunicações	121	239
Eletrônica	65	110
Administração (Anual)	68	68
Suporte e Manutenção em Informática	33	27
Total	701	1084

Fonte: DERAC (Posição de 26-01-17)

Tabela 20 Alunos matriculados no ensino técnico subsequente *Campus* Itaguaí

Curso técnico	2016 1º sem	2016 2º sem
Portos	189	213
Total	201	213

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 23-01-17)

9.3.4. Número de alunos matriculados no ensino técnico à distância

Lançado em 2007, o programa de ensino técnico a distância proporciona educação profissional técnica com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso aos cursos técnicos.

Tabela 21: Alunos matriculados no ensino técnico a distância *Campus* Sede (Maracanã)

Curso técnico	2016 1º sem	2016 2º sem
Administração	158	121
Automação	8	5
Informática	74	36
Mecânica	10	6
Meio Ambiente	133	83
Segurança do Trabalho	546	259
Telecomunicações	98	57
Total	1027	567

Fonte: Coord. E-Tec (Posição de 30-01-17)

9.3.5. Alunos matriculados nos ensinos técnicos concomitante interno, concomitante externo e integrado

Os números apresentados são relativos aos alunos matriculados nas modalidades concomitantes interno e externo de ensino técnico.

Tabela 3: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante *Campus Sede (Maracanã)*

Ensino técnico concomitante	2016 1º sem	2016 2º sem
Eletrônica	23	26
Eletrotécnica	31	34
Mecânica	53	37
Meteorologia	3	1
Edificações	45	35
Estradas	25	33
Telecomunicações	20	12
Segurança do Trabalho	30	19
Informática	15	15
Administração	13	13
Turismo e entretenimento	1	0
Total	259	225

Fonte: DERAC (Posição de 26-01-17)

Tabela 23 Alunos matriculados no ensino técnico integrado Unidade Sede (Maracanã)

Ensino técnico integrado	2016
Eletrônica	228
Eletrotécnica	268
Mecânica	259
Meteorologia	107
Edificações	306
Telecomunicações	134
Segurança do Trabalho	127
Informática	232
Administração	160
Turismo	83
Estradas	93
Total	1997

Fonte: DERAC (Posição de 26-01-17)

Tabela 4 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante (anual)- *Campus Nova Iguaçu*

Ensino técnico concomitante	2016
Eletromecânica	2
Enfermagem	5
Informática	2
Telecomunicações	1
Total	10

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 5 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Campus Nova Iguaçu

Ensino técnico integrado	2016
Automação Industrial	90
Enfermagem	103
Informática	106
Telecomunicações	97
Total	396

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 6 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Maria da Graça

Ensino técnico concomitante	2016 1º sem	2016 2º sem
Manutenção Automotiva	80	65
Segurança do Trabalho	259	244
Automação Industrial	66	56
Automobilística	57	56
Informática Industrial	45	44
Total	507	465

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 7 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Campus Maria da Graça

Ensino técnico integrado	2016
Manutenção Automotiva	80
Segurança do Trabalho	94
Automação Industrial	97
Total	271

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 8 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Petrópolis

Ensino técnico concomitante	2016 1º sem	2016 2º sem
Telecomunicações	28	28
Total	28	28

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 18-01-17)

Tabela 9 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Campus Petrópolis

Ensino técnico integrado	2016
Telecomunicações	57
Total	57

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 18-01-17)

Tabela 30 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Nova Friburgo

Ensino técnico concomitante	2016	2016
	1º sem	2º sem
Informática Industrial	4	4
Informática	24	22
Total	28	26

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 31 Alunos matriculados no ensino técnico integrado ó Campus Nova Friburgo

Ensino técnico integrado	2016
Informática	76
Total	76

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 32 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Itaguaí

Ensino técnico concomitante	2016	2016
	1º sem	2º sem
Mecânica	155	138
Total	155	138

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 23-01-17)

Tabela 10 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - Campus Itaguaí

Ensino técnico integrado	2016
Mecânica	152
Total	152

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 23-01-17)

Tabela 11 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Angra dos Reis

Ensino técnico concomitante	2016	2016
	1º sem	2º sem
Mecânica	232	242
Total	232	242

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 19-01-17)

Tabela 12 Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Campus Valença

Ensino técnico concomitante	2016	2016
	1º sem	2º sem
Agroindústria	108	105
Total	108	105

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

Tabela 13 Alunos matriculados no ensino técnico integrado - *Campus* Valença

Ensino técnico integrado	2016
Alimentos	47
Química	50
Total	97

Fonte: Gerência Acadêmica do *Campus* (Posição de 25-01-17)

9.3.6. Número de alunos matriculados no ensino técnico ó PROEJA

A instituição não oferece mais o ensino técnico PROEJA.

Tabela 37: Sumário dos alunos matriculados no ensino técnico de todos os *campi*

Alunos de ensino técnico por modalidade	2016	2016
	1º sem	2º sem
Subsequente (presencial)	890	1297
Subsequente (EAD/e-Tec)	1027	567
Integrado	3046	3046
Concomitante (semestral e anual)	1327	1239
Total	6290	6149

Obs: No caso do técnico concomitante de Nova Iguaçu e os integrados de todos os *campi*, que são anuais, foi considerado o mesmo número de alunos matriculados no 1º e 2º semestre.

9.4. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

9.4.1. Pós-graduação *lato sensu*

Na **Tabela** é apresentado o número de matrículas ativas e de concluintes dos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do CEFET/RJ para 2016. O número de alunos matriculados varia ao longo do ano em função da entrada de alunos através dos diversos processos seletivos e das saídas associadas às defesas das monografias e aos desligamentos.

Tabela 38: Número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* ó DIPPG

Curso	Matriculados	Concluintes
Engenharia Mecânica com Ênfase em Eficiência Energética	9	0
Ensino de Filosofia com Ênfase na Prática Docente	13	10
Matemática Computacional Aplicada	4	0
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	30	0
Modelagem Matemática na Educação	11	0
Turismo Sustentável	16	0
Relações Étnico-Raciais e Educação	29	0
Ensino de Línguas Adicionais	14	0

Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Campo Grande	44	34
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Nova Friburgo	32	23
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Miguel Pereira	18	12
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Niterói	21	17
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Paracambi	16	10
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Resende	16	12
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo São Gonçalo	17	11
Educação Tecnológica (UAB-EAD) - Pólo Três Rios	16	10
Total	306	139

9.4.2. Pós-Graduação *Stricto-sensu*

Na Tabela , são mostrados os números de alunos com matrículas ativas e de concluintes em 2016. O número de alunos matriculados varia ao longo do ano em função da entrada de alunos através dos diversos processos seletivos e das saídas associadas às defesas das dissertações/teses e aos desligamentos.

Tabela 39: Número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* - DIPPG

Curso	Matriculados	Concluintes
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas	46	11
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	84	19
Mestrado em Engenharia Elétrica	42	11
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação	37	12
Mestrado em Relações Étnico-raciais	71	25
Mestrado em Filosofia e Ensino	36	04
Mestrado em Ciência da Computação	10	00
Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas	10	00
Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	17	00
Doutorado em Ciências, Tecnologia e Educação	38	00
Doutorado em Instrumentação e Óptica Aplicada	19	00
Total	410	82

9.4.3. Bolsas de Pós-graduação e Pesquisa

No exercício de 2016, o CEFET/RJ concedeu 16 bolsas associadas às atividades de pós-graduação e 127 associadas às atividades de pesquisa. A divisão entre os programas específicos é apresentada na Tabela .

Tabela 40: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas - DIPPG

Modalidade de concessão	Matriculados	Concluintes
Mestrado Convênio CAPES	73	20
Mestrado Bolsa CEFET	20	06
Mestrado BolsaCNPq	02	00
Doutorado Convênio CAPES	19	00
Doutorado Bolsa CEFET	02	00
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CEFET)	77	73
PIBIC - Iniciação Científica Graduação (CNPq)	30	33
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CEFET)	50	8
PIBIC-EM - Iniciação Científica Médio/Técnico (CNPq)	02	20

Total	275	160
--------------	------------	------------

9.5. Balanço Patrimonial

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016		PERÍODO Anual	
TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 10/03/2017		PÁGINA 1	
SUBTÍTULO 2626 - CENTRO FED EDUC TECN CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ÓRGÃO SUPERIOR 2600 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	5.816.510,49	12.900.905,43	PASSIVO CIRCULANTE	653.341,73	5.757.887,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.541.309,41	7.321.112,17	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.826.621,48	2.408.339,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	798.959,79	5.835.115,73
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoque	3.250.579,51	3.171.462,57	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPA's Pagar Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	62.462,85	721.971,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE	237.614.964,53	233.728.975,81	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	51.354,39	51.354,39
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	51.354,39	51.354,39
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	864.716,12	5.808.641,78
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	228.989.112,39	231.984.996,41			
Bens Móveis	90.399.256,04	88.626.983,23			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	90.716.514,00	88.994.236,69			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-307.256,36	-307.256,36			
Bens Imovéis	145.620.853,75	143.358.013,08			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imovéis	146.225.660,43	143.483.944,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imovéis	-404.806,68	-125.931,29			
Intangível	1.534.862,14	1.743.979,46			
Softwares	1.534.862,14	1.743.979,46			
Softwares	1.789.639,36	1.743.979,46			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-254.767,22	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat	-	-			

Célia Machado Guimarães e Souza
Substituta da Diretora de DIRAP
CEFET/RJ
SIAPE: 0391042

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016		PERÍODO Anual	
TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 10/03/2017		PÁGINA 2	
SUBTÍTULO 2626 - CENTRO FED EDUC TECN CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ÓRGÃO SUPERIOR 2600 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	247.333.474,93	246.629.881,24	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	247.333.474,93	246.629.881,24

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	5.541.309,41	7.321.112,17	PASSIVO FINANCEIRO	25.043.685,67	26.539.499,81
ATIVO PERMANENTE	241.792.165,52	239.308.769,07	PASSIVO PERMANENTE	51.354,39	51.354,39
			SALDO PATRIMONIAL	221.586.434,87	219.983.027,04

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.421.823,66	1.896.164,47	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	126.887.983,97	126.668.882,63
Exercício dos Atos Potenciais Ativos	4.421.823,66	1.896.164,47	Exercício dos Atos Potenciais Passivos	126.887.983,97	126.668.882,63
Garantias e Contrapartidas Recebidas a Executar	571.654,75	553.379,01	Garantias e Contrapartidas Concedidas a Execut	-	-
Direitos Concedidos e Outros Instrumentos Cong	4.049.388,91	1.341.786,46	Obrigações Concedidas e Outros Instrum Cong	-	-
Direitos Concedidos a Executar	-	-	Obrigações Concedidas a Executar	126.887.983,97	126.668.882,63
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.421.823,66	1.896.164,47	TOTAL	126.887.983,97	126.668.882,63

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEPÓSITO FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEPÓSITO FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-3.864.782,45
Recursos Vinculados			-16.277.583,81
Educação			-20.446.444,29
Alocação de Bens e Direitos			4.168,39
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			4.174.124,61
Outros Recursos Vinculados a Fundos			-9.443,12
TOTAL			-26.142.376,24

Célia Machado Guimarães e Souza
Substituta da Diretora de DIRAP
CEFET/RJ
SIAPE: 0391042

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ACESSIBILIDADE DIGITAL (ART. 120 DA LEI Nº 13.146/2015)
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO - CEFET/RJ
EXERCÍCIO 2016

Responsável pelo Preenchimento

Nome Completo: **Elielson Lima Ribeiro**

Cargo que Ocupa: **Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação**

Telefone (com DDD): **(21) 2566 - 3158**

E-mail: **elielson.ribeiro@cefet-rj.br**

Dados Acessibilidade

1) O Órgão tem conhecimento da legislação que envolve o tema "acessibilidade" bem como suas implicações?

Resposta: Sim

2) O Órgão já recebeu, formal ou informalmente, reclamações sobre acessibilidade em seus ambientes digitais?

Resposta: Não

3) Com relação a pergunta anterior, caso tenha respondido 'Sim', mencione abaixo quando e por quem houve a reclamação e qual foi a reclamação:

Resposta: Não Respondido

4) O Órgão tem estimulado seus servidores e parceiros a realizarem capacitações sobre acessibilidade em ambientes digitais?

Resposta: Não, por não conhecer oferta de cursos sobre o tema

5) Com relação a pergunta anterior, caso tenha respondido 'Sim', mencione abaixo os tipos de cursos estimulados pelo órgão:

Resposta:

- **Não Respondido**

6) O Órgão observa em seu processo de desenvolvimento de sítios, portais e serviços eletrônicos os requisitos de acessibilidade?

Resposta: Sim, observamos os requisitos do modelo internacional, ou seja, observamos o 'Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)

7) Com relação à pergunta anterior, caso tenha respondido 'Sim, observamos os requisitos de outros modelos que não os especificados acima', então mencione abaixo estes modelos:

Resposta: Não Respondido

8) Nas contratações de fábrica de software e/ou parcerias firmadas para o desenvolvimento de ambientes digitais há citação explícita sobre os requisitos de acessibilidade assim como as sanções para o seu não atendimento?

Resposta: Não

9) O Órgão realiza validações de acessibilidade em seus ambientes digitais?

Resposta: Não

10) Com relação a pergunta anterior, no caso de 'Sim', mencione abaixo as validações realizadas:

Resposta:

- Não Respondido

11) Quais ferramentas são utilizadas no processo de validação de acessibilidade em seus ambientes digitais?

Resposta:

- Nenhuma

12) Com relação à pergunta anterior, caso tenha respondido 'Outros', mencione abaixo quais são estas ferramentas:

Resposta: Não Respondido

13) Informe abaixo, pelo menos um Ambiente Digital (sítio ou portal) e quatro páginas deste mesmo ambiente. Informe a nota Ases e a nota AccessMonitor (utilize o WCAG 2.0) para cada ambiente e página informada:

Resposta:

URI: <http://www.cefet-rj.br/>

Nota Ases: 87.85%

Nota AccessMonitor: 4.9

URI: <http://www.cefet-rj.br/index.php/perguntas-frequentes>

Nota Ases: 82.6%

Nota AccessMonitor: 7.9

URI: <http://www.cefet-rj.br/index.php/contato>

Nota Ases: 83.65%

Nota AccessMonitor: 5.6

URI: <http://www.cefet-rj.br/index.php/servicos-da-denominacao>

Nota Ases: 82.63%

Nota AccessMonitor: 7.8

URI: <http://www.cefet-rj.br/index.php/area-de-imprensa>

Nota Ases: 82.6%

Nota AccessMonitor: 7.4

14) Quanto aos itens de acessibilidade que não podem ser verificados por máquina, como o atendimento, quanto às normas de acessibilidade, é validado?

Resposta: Não é feito a validação de itens que não podem ser validados de maneira automática.

15) Caso o órgão realize validações com pessoas com deficiência, selecione abaixo quais pessoas fazem essas validações:

Resposta:

- Não Respondido

16) O órgão mantém, em seus ambientes, link para página onde são descritos os recursos de acessibilidade existentes?

Resposta: Sim

17) Dentre as tecnologias assistivas baseadas em softwares, marque qual delas o órgão indica ou implementa em seus ambientes digitais:

Resposta:

- Nenhuma

18) Com relação à pergunta anterior, caso tenha respondido 'Outro(s)' mencione abaixo quais são estas tecnologias:

Resposta: Não Respondido

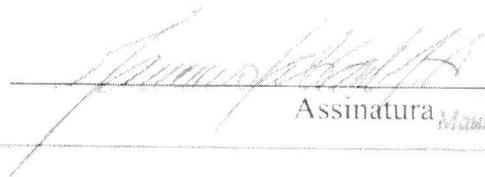
19) Mencione abaixo as dificuldades para o atendimento do prazo previsto na legislação para o estabelecimento da acessibilidade digital, caso o órgão esteja enfrentando estas dificuldades:

Resposta: A chave de acesso para o FAD nos foi liberada poucos dias antes do fim do prazo.

Dados do Formulário

Declaro que as informações apresentadas neste formulário são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Data: 24-01-2017


Assinatura *Mauricio Saldanha Motta*
Vice - Diretor
CEPET/RJ

Plano de trabalho para adequação do site do Cefet/RJ às diretrizes de acessibilidade do E-mag

DATA DE REFERÊNCIA PARA INÍCIO DO TRABALHO: 01 DE FEVEREIRO DE 2017

Correção de erros de lógica e semântica na página inicial

Tags de parágrafo mal posicionadas

Previsão: 08/02/2017

Correção de erros de posicionamento e hierarquia de itens de cabeçalho na página inicial

Tags de cabeçalho aninhadas de forma incorreta

Previsão: 24/02/2017

Correção de problemas de chamada de scripts na página inicial

Previsão: 06/03/2017

Correção de uso de recursos de folhas de estilo inline na página inicial

Código CSS usado de forma inapropriada

Previsão: 10/02/2017

Organização da navegação por tabulação

Previsão: 20/02/2017

Correção de abertura de novas instâncias

Links que abrem em novas janelas sem que isso seja previamente informado ao usuário

Previsão: 12/02/2017

Garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis

Correção da forma como o código lida com scripts em javascript

Previsão: 22/02/2017

Melhorar a descrição dos links

Providenciar descrições mais claras para os links de texto e para links de imagem sem legenda

Previsão: 02/03/2017

Oferecer alternativas de texto para as imagens do site

O site possui imagens sem valor preenchido para o atributo "alt"

Previsão: 12/03/2017

Titulação correta de elementos

Correção da presença de elementos <iframe> sem título

Previsão: 13/03/2017

Correção de atributos id duplicados

Previsão: 15/03/2017

Correção de erros de HTML

Correção de problemas de validação identificados no código do site

Previsão: 30/03/2017

Correção de uso indevido de recursos para apresentação visual

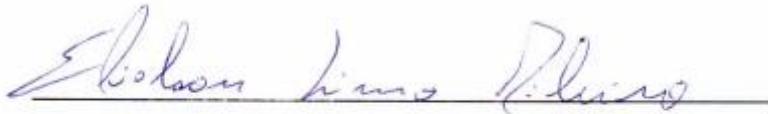
O site usa tags HTML para estilizar determinados pontos em lugar de folhas de estilo

Previsão: 10/04/2017

Correção de recurso inapropriado para determinar tamanho de elementos

Há valores absolutos para determinar tamanho de letras e elementos de composição nas folhas de estilo

Previsão: 15/04/2017



Elielson Lima Ribeiro

Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação - DTINF

Plano de trabalho para adequação do site do Cefet/RJ às diretrizes de acessibilidade do E-mag

DATA DE REFERÊNCIA PARA INÍCIO DO TRABALHO: 01 DE FEVEREIRO DE 2017

Correção de erros de lógica e semântica na página inicial

Tags de parágrafo mal posicionadas

Previsão: 08/02/2017

Correção de erros de posicionamento e hierarquia de itens de cabeçalho na página inicial

Tags de cabeçalho aninhadas de forma incorreta

Previsão: 24/02/2017

Correção de problemas de chamada de scripts na página inicial

Previsão: 06/03/2017

Correção de uso de recursos de folhas de estilo inline na página inicial

Código CSS usado de forma inapropriada

Previsão: 10/02/2017

Organização da navegação por tabulação

Previsão: 20/02/2017

Correção de abertura de novas instâncias

Links que abrem em novas janelas sem que isso seja previamente informado ao usuário

Previsão: 12/02/2017

Garantir que os objetos programáveis sejam acessíveis

Correção da forma como o código lida com scripts em javascript

Previsão: 22/02/2017

Melhorar a descrição dos links

Providenciar descrições mais claras para os links de texto e para links de imagem sem legenda

Previsão: 02/03/2017

Oferecer alternativas de texto para as imagens do site

O site possui imagens sem valor preenchido para o atributo "alt"

Previsão: 12/03/2017

Titulação correta de elementos

Correção da presença de elementos <iframe> sem título

Previsão: 13/03/2017

Correção de atributos id duplicados

Previsão: 15/03/2017

Correção de erros de HTML

Correção de problemas de validação identificados no código do site

Previsão: 30/03/2017

Correção de uso indevido de recursos para apresentação visual

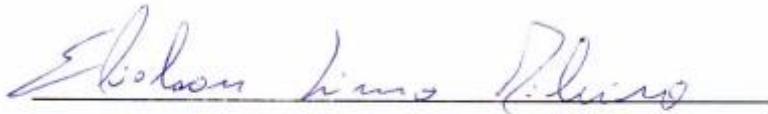
O site usa tags HTML para estilizar determinados pontos em lugar de folhas de estilo

Previsão: 10/04/2017

Correção de recurso inapropriado para determinar tamanho de elementos

Há valores absolutos para determinar tamanho de letras e elementos de composição nas folhas de estilo

Previsão: 15/04/2017



Elielson Lima Ribeiro

Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação - DTINF

OUTROS DOCUMENTOS SOLICITADOS NA BASE E-CONTAS

ROL DE RESPONSÁVEIS

I - DIRIGENTE MÁXIMO – Titular

Carlos Henrique Figueiredo Alves cpf. 664.099.777-00
Rua Araticum 1361, Anil, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, cep. 22.753-01
caique.alves@cefet-rj.br

II- DIRIGENTE MÁXIMO – substituto

Maurício Saldanha Motta cpf.949.771.357-68
Rua Engenheiro Emílio Baumgary 60
Marechal Hermes, Rio de Janeiro, cep. 21.610-240
mauricio.motta@cefet-rj.br

III – SEGUNDO NÍVEL – Titular Diretoria de Ensino

Gisele Maria Ribeiro Viana cpf 970.792.007-68
Rua Bulhões de Carvalho 514/501, Copacabana, Rio de Janeiro, cep.22.081-000
gisele.vieira@cefet-rj.br

IV- SEGUNDO NÍVEL – Titular Diretoria de Administração e Planejamento

Inessa Laura Salomão CPF: 278.427.108-05
End: Rua das Laranjeiras, 457 ap 1203 Bloco A. Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ
CEP 22240-005
email: inessa.salomao@cefet-rj.br

V- SEGUNDO NÍVEL – Titular Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco cpf 911.707.707-97
Rua das Laranjeiras 280, Laranjeiras, Rio de Janeiro, cep. 22.240-003
pedro.pacheco@cefet-rj.br

VI – SEGUNDO NÍVEL – Titular Diretoria de Extensão

Maria Alice Caggiano de Lima cpf.775.953.867-72
Rua Cambaúba 1527/302 Jardim Guanabara, Ilha do Governador
Rio de Janeiro, cep. 21.940-001
maria.lima@cefet-rj.br

VII – SEGUNDO NÍVEL – Titular Diretoria de Gestão Estratégica

Úrsula Gomes Rosa Maruyama cpf.080.653.847-30
Rua Mário Piragibe 20 ap.402 Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro, cep.20.720-320
ursula.maruyama@cefet-rj.br

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DISCIPLINARES

RELATÓRIO

Assunto: Relatório de Gestão do exercício de 2016 – “Atividades de correção e de ilícitos administrativos” e “Canais de acesso do cidadão”

Atividades de correção e de ilícitos administrativos

1. Criação do Departamento de Assuntos Disciplinares – DEADI

O DEADI fora criado mediante a Portaria nº 1.587, de 22/10/2015, com o objetivo de controlar as atividades de cunho disciplinar no âmbito do sistema CEFET/RJ. Todavia, a referida estrutura ainda carece de elementos para pleno funcionamento, em especial de recursos humanos, uma vez que conta apenas com a atuação deste titular e de uma servidora, que exerce atividades de secretária.

2. Sistema CGU-PAD

Há processos no referido sistema, cujas inclusões se deram antes da criação do DEADI, que apresentam pendências de informações. Quanto a isso, informa-se que o DEADI, na medida do possível, está envidando todos os esforços para atualizá-los. Diz-se “*na medida do possível*” porque alguns processos não estão sendo encontrados e outros carentes de finalização. A criação do DEADI foi proposta exatamente para evitar que tais situações ocorram.

3. Registro de possíveis faltas disciplinares I

O DEADI recebeu, ao fim da segunda metade do ano de 2016, quatro demandas envolvendo servidores em possíveis faltas disciplinares, as quais ainda estão sob análise e/ou em elaboração de Juízo de Admissibilidade (JA). Vale salientar que ainda não foram formalizados os devidos processos, os quais somente se materializarão após os JA’s. Não obstante, informa-se que os casos de que cuidam não se relacionam a desvios de dinheiro público, mas às relações entre servidores e servidores e alunos. Tão logo sejam formalizados os processos, os instrumentos serão incluídos no Sistema CGU-PAD.

4. Registro de possíveis faltas disciplinares II

O DEADI recebeu, nos meses de janeiro e de fevereiro do corrente exercício (2017), um total de 37 (trinta e sete) processos decorrentes de ação de fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU (objeto do Ofício nº 278-156/2016-TCU/SEFIP/Diaup). Os processos versam sobre possíveis acumulações de cargos públicos, de situações de afronta ao art. 117, X, da Lei nº 8.112/90, e de percepção indevida de remuneração. Esses processos estão sendo informados neste Memorando pois deveriam ter sido atendidos até 15 de dezembro de 2016, mas, por conta

do necessário trabalho de instrução processual desenvolvido pelo DRH, tal prazo fora frustrado. Conveniente se faz informar que a equipe do TCU prorrogou o prazo para até 24 de março de 2017. Portanto, a apuração dessas possíveis faltas, fora da sede de Processo Administrativo Disciplinar, acha-se em curso. Convém lembrar que há outros 42 (quarenta e dois) processos, decorrentes de cruzamento realizado pela CGU, onde há indícios de afronta ao art. 117, X, da Lei nº 8.112/90. Estes já foram despachados para a DIREG, todos dirimidos pelos servidores envolvidos.

5. Fomento à capacitação de servidores para atuarem em Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar

O DEADI interagiu com o sistema CEFET/RJ, alcançando todas as Diretorias Sistêmicas e Direções dos *campi* (Nova Iguaçu, Maria da Graça, Itaguaí, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Valença), no sentido de que indicassem servidores para se capacitarem segundo a programação de cursos disponibilizada pela CGU em 2016 (a CGU estabeleceu o período de 25/07 a 09/12/2016)¹ para realização desses cursos). Não se alcançou o número mínimo desejado de servidores interessados em participar da capacitação, mas tendo em vista o reduzido quadro que dispúnhamos (apenas dois servidores em todo o sistema CEFET/RJ), tal ação representou um elevado ganho para a instituição.

6. Acumulação de atribuições

O DEADI, conforme a proposta de sua criação, é também a sede da Ouvidoria e da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética do CEFET/RJ, dada a estreita relação entre as matérias que cada um desses órgãos cuidam, ainda que preservadas as suas independências e autonomias. Assim, o titular do DEADI (desde 23/10/2015) atua como Ouvidor (desde o ano de 2005) e Secretário-Executivo da Comissão de Ética (desde ano de 2008). Ademais, o titular do DEADI atua também como Presidente da Comissão Permanente de Licitação, sendo responsável pela condução das licitações presenciais, alheias à modalidade Pregão, realizadas no âmbito do CEFET/RJ. Nos últimos 5 (cinco) anos, foram realizadas Tomadas de Preços envolvendo obras de grande vulto, o que demandou muita dedicação deste signatário (conferência de Editais para serem publicados e condução de todos os procedimentos atinentes às licitações, incluindo elaboração de Juízos de Valor em face de recursos impetrados por concorrentes). Eventualmente, este signatário é também designado membro de Comissões para condução dos pleitos eleitorais deflagrados no âmbito do CEFET/RJ [eleições para o Conselho Diretor (CODIR), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Extensão (CONEX), Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS/PCCTAE) e Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)]. Essas acumulações de atribuições, aliadas à escassez de servidores atuando no DEADI, prejudicam, sobremaneira, o seu pleno funcionamento.

7. Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses – SeCI

¹ A programação dos cursos foi disponibilizada no seguinte link <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/courseventos/presencias/eventos-2016/formacao-de-membros-para-comissao-de-processos-disciplinares>

Este Titular é o responsável local do SeCI, sistema criado pela Controladoria-Geral da União com o advento da Lei nº 12.813/2013 – Lei do Conflito de Interesses.

8. Diálogo com o público interno

Não raro, este DEADI é procurado por servidores que buscam orientações no sentido de se evitar possíveis faltas disciplinares e/ou conflitos de interesses. Nesses encontros, o DEADI assume um papel de cunho pedagógico. Convém lembrar que, quando da proposta de criação do DEADI, a elaboração de cartilha orientadora se fez presente como uma de suas atribuições.

9. Atuação nos processos de penalização de empresas contratadas para fins de prestação de serviços terceirizados ou de fornecimento de bens

Eventualmente o DEADI é acionado para apoiar na instrução de processos de aplicação de sanções às empresas contratadas, uma vez confirmado o descumprimento de Cláusulas Contratuais.

Canais de acesso ao Cidadão

1. Ouvidoria

O DEADI, enquanto sede da Ouvidoria, recebe demandas do público interno e externo e, mediante interação com os órgãos/setores próprios da Instituição, apresenta as respostas e/ou soluções desejadas. Com o advento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), desenvolvido pela CGU, este CEFET/RJ aderiu integral e formalmente a essa ferramenta², sem prejuízo de continuar utilizando o canal que, desde 2005, foi implantado (ouvidoria@cefet-rj.br). Há também o acesso mediante telefone (21-25663050) e presencial, devendo, o interessado, comparecer às instalações do DEADI ou ao Protocolo-Geral do CEFET/RJ para formalização de sua manifestação. Cabe registrar que o e-Ouv é um sistema do qual se pode extrair as devidas estatísticas de atendimento por parte da Ouvidoria e, dada a sua origem, é monitorado pela CGU-OGU, o que confere maior fidedignidade aos atendimentos prestados. Em anexo, seguem os atendimentos prestados no exercício de 2016, por todos os canais de acesso.

Atenciosamente,

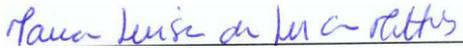


Carlos Augusto Freitas Maciel
Chefe do DEADI
SIAPE: 1078139

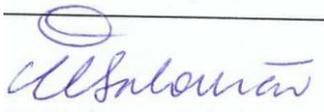
Carlos Augusto Freitas Maciel
Chefe do DEADI
Responsável pela área de Correição do CEFET/RJ

² Acesse <http://www.cefet-rj.br/index.php/ouvidoria>

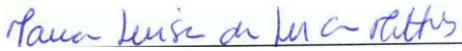
Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Nome da UJ		Código da UG	
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		153010	
<p>Declaro que a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, apresentam as seguintes restrições:</p> <p>A) Código 642-falta /evolução incompatível DEP. AT. Imobilizado- grupo 212:</p> <p>Considerando que ainda não foram adotados procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que compõem o ativo imobilizado, programaremos procedimentos através de aquisição de sistema, talvez o SIADS para normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no sistema SIAFI.</p> <p>B) Código 315-falta/restrrição Conformidade de registros de Gestão- grupo 199:</p> <p>Considerando que no momento estamos sem condições de realizar a conformidade de registros de gestão, faz-se necessário compor uma equipe para desempenho desta atribuição no Sistema SIAFI, tendo em vista que este Centro ampliou suas Unidades ainda sem transformação em UG.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	17 de janeiro de 2017
Contador Responsável	Maria Luísa de Luca Mattos 	CRC nº	078814/0-3

Declaração de integridade das informações sobre o PPA no SIOP

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UC)			Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
<p>Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</p>			
Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	06 de março de 2017
Contador Responsável	 Inessa Laura Salomão	CPF nº	278.427.108-05

Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca		153010	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a</p> <p>Considerando que ainda não foram adotados procedimentos de depreciação e reavaliação dos itens que compõem o ativo imobilizado, implementaremos procedimentos através de aquisição de sistema para normatização de cálculos e taxas para inserção das informações de depreciação de bens móveis no sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	17 de janeiro de 2017
Contador Responsável	Maria Luísa de Luca Mattos 	CRC nº	078814/0-3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Avenida Maracanã, 229 – CEP: 20271-110, Rio de Janeiro – RJ
CNPJ 42.441.758/1000-05

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do CEFT/RJ, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens, rendas ou autorização de acesso às declarações de bens anuais conforme Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 06/09/2007 neste Departamento de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Rio de Janeiro, 10/03/2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Agmar da Rocha Martins', is written over a light blue rectangular background.

Agmar da Rocha Martins
(CPF nº 612.077.567-68)
Chefe do Departamento de Recursos Humanos

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no SISAC

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
<p>Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensões relativas ao pessoal do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA- CEFET-RJ, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.</p>			
Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	08 de março de 2017
Chefe do Departamento de Rec. Humanos.	 Agmar da Rocha Martins	CPF nº	612.077.567-68

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **Rosana Pinho Galiza**, CPF nº 069.517.337-59, **Chefe de Departamento**, exercido no Departamento de Administração - DEPAD, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.



Rosana Pinho Galiza

CPF nº 069.517.337-59

Chefe do Departamento de Administração

Este Centro integra o Sistema SIAFI do Governo Federal, desde modo não faz uso do Sistema SICONV, declarando que no Exercício de 2016, não houve repasse de recursos a nenhum Órgão Estadual ou Municipal, bem como a ONG's ou Entidades Similares.